

ORGANIZADORA

ALEXSANDRA MARIA VIEIRA MUNIZ

Espaços da (des) industrialização e do Terciário Cearense no contexto de Reestruturação e Transição Energética



u
Imprensa
Universitária
UFC

**COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO**

**Espaços da (des)industrialização
e do terciário cearense no
contexto de reestruturação
e transição energética**



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Vice-Reitora

Prof.^a Diana Cristina Silva de Azevedo

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. João Guilherme Nogueira Matias

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Regina Célia Monteiro de Paula



IMPrensa UNIVERSITÁRIA DA UFC

Diretor

Francisco Charles Rocha e Silva Ribeiro

**COMISSÃO TÉCNICO-EDITORIAL DA
COLEÇÃO DE ESTUDOS DA PÓS-GRADUAÇÃO – UFC
Edição 2024-2026**

Coordenadora de Planejamento Estratégico e Avaliação

Lidiany Karla Azevedo Rodrigues Gerage

Biblioteca Universitária

Felipe Ferreira da Silva

Departamento de Enfermagem/FFOE

Joselany Áfio Caetano

Biblioteca Universitária

Juliana Soares Lima

**Alexsandra Maria Vieira Muniz
(Organizadora)**

**Espaços da (des)industrialização
e do terciário cearense no
contexto de reestruturação
e transição energética**



Fortaleza
2026

Espaços da (des)industrialização e do terciário cearense no contexto de reestruturação e transição energética

Copyright © 2026 by Aleksandra Maria Vieira Muniz (organizadora)

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2932 – Benfica, Fortaleza-Ceará, Brasil

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Marilzete Melo Nascimento

Layout gráfico-visual

Sandro Vasconcellos

Diagramação

Frank Bezerra

Capa

Heron Cruz

Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará

E77 Espaços da (des)industrialização e do terciário cearense no contexto de reestruturação e transição energética [livro eletrônico] / Organizado por Aleksandra Maria Vieira Muniz. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026.
10.281 kb : il. color. ; PDF (Coleção de Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-648-3

1. Geoeconomia verde. 2. Industrialização. 3. Terciário. I. Muniz, Aleksandra Maria Vieira (org.). II. Título.

CDD 338.9

Elaborada por: Marilzete Melo Nascimento – CRB 3/1135

Apresentação

O livro *Espaços da (des)industrialização e do terciário cearense no contexto de reestruturação e transição energética* é resultado de estudos desenvolvidos a partir da necessidade de entendimento das transformações em curso atinentes ao crescimento do comércio e serviços no estado, em um contexto de crescentes espaços de (des)industrialização, de atração do capital privado com investimentos em estruturas de oportunidade e de busca por ofertar condições gerais da produção em consonância com a transição energética, caracterizada pela geoeconomia verde e a quarta revolução com o avanço da ciência, tecnologia e informação.

A redefinição da estrutura produtiva diante das mudanças tecnológicas e informacionais requer estudos que acompanhem a dinâmica atual na busca de traçar potencialidades, desafios e perspectivas na economia urbana e mercado de trabalho, tendo como recorte de análise as especificidades do território cearense, e como este se insere na escala global.

A desconcentração da indústria em direção ao Brasil não metropolitano redefiniu o papel das cidades pequenas e médias, bem como assegurou a inserção destas no circuito da produção global, figurando como resultado da reestruturação produtiva e espacial que impulsiona a desconcentração da produção.

A reestruturação capitalista estabelece transformações tanto na produção, nas relações capital e trabalho, como no espaço. Este livro

trata das transformações na estrutura produtiva ((des)industrialização, comércio, serviços), bem como, trata de um dos fatores das condições da produção – a Energia –, da dinâmica da economia urbana, do mercado de trabalho e das consequências socioespaciais.

Entender as transformações socioeconômicas e espaciais que moldam as cidades contemporâneas é um desafio instigante, especialmente em um contexto de profundas mudanças globais e locais. Assim, esta coletânea de estudos que se apresenta em um todo coeso revela as complexas relações entre o crescimento urbano e a atividade econômica, perpassa tanto as condições de produção e consumo, como a interdependência entre o comércio e os serviços, dimensões que se complementam e impulsionam o desenvolvimento local. Além disso, a análise dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o setor terciário traz à tona os desafios enfrentados e as soluções criativas que surgiram, como a economia de plataforma, o *e-commerce* com uso de tecnologias que continuam a moldar o cenário pós-pandemia. Ademais, na obra, evidencia-se a relação entre a desindustrialização, o território e a recente terciarização da economia nacional e cearense.

Considerando os estudos atinentes ao programa de pós-graduação em geografia, esta proposta preenche lacunas ao explicitar diferentes perspectivas e abordagens dos desafios no espaço cearense acerca da pujança do setor terciário (comércio e serviços), com impacto positivo no programa ao reunir pesquisadores e pesquisadoras do curso de Geografia, além de oportunizar aos discentes a participação nesta temática que é tão pertinente, pois está diretamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo financeiro e o rebatimento no território.

Esta obra resulta dos estudos em desenvolvimento ligados à dinâmica da economia urbana, ao mercado de trabalho e às consequências socioespaciais. O livro apresenta os seguintes capítulos e temáticas: Des(Industrialização) brasileira e suas implicações na economia cearense; Os caminhos da produção de energia no Ceará; A transição econômica e seus reflexos urbanos: da indústria aos serviços no Ceará; Espaços da produção têxtil

e confeccionista e mercado de trabalho no Ceará; O terciário de Caucaia-CE: uma análise dos impactos socioeconômicos e espaciais; Refuncionalização de Maranguape-CE: espaços de vivências e memórias. Para o alcance dos objetivos elencados em cada parte da tessitura deste livro, foram adotados procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica de temas correlatos, levantamento de dados secundários e pesquisas de campo.

A escolha do espaço cearense como recorte espacial decorre da dinâmica no terciário que se intensifica como parte das ações desenvolvidas no estado do Ceará voltadas à articulação com o setor privado, fundadas na construção de infraestrutura, transformações na produção, programas de capacitação, oferta de mão de obra, incentivos fiscais e demais atrativos locais, revelando a busca por sua inserção em face do quadro atual de competitividade mundial.

No contexto de financeirização, reestruturação produtiva e espacial, somos levados a questionar quais as consequências socioespaciais dos investimentos produtivos e da adequação às condições gerais da produção no espaço cearense. Eis o desafio aqui proposto, essencial para pesquisadores, gestores, estudantes e público em geral. O livro oferece a oportunidade de se compreender o movimento do capital e seu papel no direcionamento dos fatores locais, evidenciando espaços de concentração e desconcentração industrial, realocização de indústrias, bem como de (des)industrialização e refuncionalização acompanhado do crescimento no terciário e destacando respectivas espacializações, que ajudam na elucidação da atual dinâmica na economia urbana.

Esperamos assim que a leitura deste livro contribua para a análise da dinâmica da Geografia do terciário no contexto de crescentes espaços de (des)industrialização, no território cearense.

Alexsandra Maria Vieira Muniz

Sumário

(Des)industrialização brasileira e suas implicações na economia cearense <i>Maria da Penha dos Santos Costa</i> <i>Alexsandra Maria Vieira Muniz</i>	10
Os caminhos da produção de energia no Ceará <i>Alana Sales Neco</i> <i>Alexsandra Maria Vieira Muniz</i>	35
A transição econômica e seus reflexos urbanos: da indústria aos serviços no Ceará <i>José Átila Abreu de Sousa</i>	75
Espaços da produção têxtil e confeccionista e mercado de trabalho no Ceará <i>Alexsandra Maria Vieira Muniz</i> <i>Francisco Gabriel da Silva Neto</i> <i>José Átila Abreu de Sousa</i>	97

O terciário de Caucaia-CE: uma análise dos impactos socioeconômicos e espaciais <i>Leticia Albuquerque Azevedo</i> <i>Alexsandra Maria Vieira Muniz</i>	121
Refuncionalização de Maranguape-CE: espaços de vivências e memórias <i>Mariane Lemos Abreu</i> <i>Alexsandra Maria Vieira Muniz</i>	152
Os autores	187

(DES)INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA CEARENSE

*Maria da Penha dos Santos Costa
Alexsandra Maria Vieira Muniz*

Introdução

A primeira metade da década de 1970 representou a ruptura do sistema de acumulação de capital. Os mecanismos de comando e regulação desse “sistema” foram reformulados (Chesnais, 1996). A nova configuração do capitalismo ocasionou modificações nas relações produtivas e sociais, por meio da reestruturação da economia capitalista. Essa ruptura histórica é expressa na nova organização territorial do capitalismo contemporâneo.

A reestruturação produtiva é uma espécie de resposta à crise do regime de acumulação fordista e a sua rigidez, afetando, sobretudo, a indústria e a produção de mercadorias, na busca por lucratividade. A história do capitalismo é concomitante com os regimes de acumulação responsáveis pela reprodução do capital, com destaque para o regime fordista/taylorista, consolidado entre os anos de 1950 e 1960, e o regime de acumulação flexível (Harvey, 1992)

ou com predominância financeira (Chesnais, 2002) no período que se sucede.

No Brasil, a indústria intensiva em mão de obra também foi afetada por reestruturações, tanto técnicas quanto territoriais, o que culminou na dispersão territorial da produção industrial. Nesse cenário de transformações, ramos como o de calçados e alimentos foram os mais influenciados pelo regime de acumulação flexível.

As estratégias da reestruturação produtiva fizeram com que a indústria brasileira atravessasse um processo de modernização e, por conseguinte, inserção no mercado globalizado, além disso, também se observou um movimento de desconcentração da produção, atingindo principalmente os ramos com maior dependência de mão de obra no processo produtivo, com destaque para a indústria de transformação. Assim, como parte da reestruturação produtiva, a indústria de transformação foi conduzida a uma complexa mudança, que induziu a formação de novos espaços da produção, sobretudo a indústria alimentícia, de bebidas, têxtil e calçadista.

A reestruturação produtiva também ocasionou, segundo muitos autores (Pereira Júnior, 2019; Gomes, 2020), a “desaceleração da indústria” e “desindustrialização” ainda em curso no país, uma vez que, nos últimos anos, ocorreu “a associação dos serviços ao ramo industrial” (Gomes, 2020, p. 147).

Pereira Júnior (2019) chama atenção para o fato de as mudanças tecnológicas e informacionais terem contribuído para a perda de participação industrial no Brasil. Com a redefinição da estrutura produtiva, diversas indústrias se apropriaram da flexibilidade para fins de atender as demandas da produção/circulação/troca. Para isso, a indústria realizou um movimento “simultâneo da informalização dos empregos e das empresas, numa ampla parcela do espaço geográfico” (Pereira Júnior, 2019, p. 15).

A reestruturação produtiva reconfigurou a gestão e a organização da produção e dos circuitos produtivos, por meio de circuitos cada vez mais flexíveis e dispersos pelo espaço. A nova organização industrial também absorveu a terceirização e informalização da força

de trabalho, visto a interdependência da indústria com empresas terceirizadas e de serviços.

Diante da problemática, este estudo busca analisar a relação entre a desindustrialização, o território e a recente terceirização da economia cearense. Para tanto, foram realizados 1) levantamento bibliográfico a partir de conceitos estruturantes e 2) pesquisa documental e estatística em boletins mensais e em relatórios setoriais de órgãos públicos, bem como os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

O trabalho está organizado em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Inicialmente são enfatizadas as principais características da desindustrialização no Brasil pelas diferentes perspectivas de análise e seus desdobramentos na economia nacional. Posteriormente, analisamos a associação da reestruturação produtiva com a ressignificação industrial e o aumento da importância do terciário para a economia cearense.

Ressignificação industrial: características e desdobramentos

Transcorre na literatura uma discussão internacionalizada em torno do processo de desindustrialização em países de industrialização tardia do Sul Global, aí incluído o Brasil. Trata-se de fenômeno identificado como uma mudança econômica estrutural em curso tanto nos países do Norte, quanto no Sul global (Pike, 2022). A desindustrialização se apresenta como um processo recente de transformações assistidas no mundo industrial após a consolidação da reestruturação que ocasionou severas mudanças econômicas, sociais e territoriais nas economias capitalistas.

Com uma discussão mais consolidada nas ciências econômicas, o debate sobre a desindustrialização é feito à luz de indicadores quantitativos relacionados à participação da indústria na economia nacional. Para os economistas, fatores como a queda na

participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), redução no volume de empregos registrados na indústria e aumento das exportações de *commodities*, bem como a importação de manufaturados embasam a tese de uma possível desindustrialização (Silva, 2014; Cano, 2012).

Desse modo, a desindustrialização é entendida como um processo resultante do declínio da produção e do emprego industrial, em termos absolutos ou como proporção do produto e emprego. Trata-se, portanto, de uma consequência natural do processo de desenvolvimento econômico, visto que este se encontra associado às próprias transformações econômicas. Nesse padrão, há um revezamento de participação dos setores no PIB, sendo que, em um primeiro momento, a queda foi registrada com a agropecuária e o aumento da participação da indústria, enquanto que, em momento posterior, houve maior participação do setor de serviços e a redução da participação industrial (Feijó; Carvalho; Almeida, 2005).

Diegues e Rossi (2016) apontam que as mudanças na estrutura produtiva seguem a lógica das três fases do desenvolvimento econômico, sendo a primeira caracterizada por uma maior participação do setor primário no PIB e consequente produtividade. Com o aumento da produtividade, observa-se a migração do excedente de mão de obra, antes concentrado no setor agropecuário, para a área urbana, especificamente para o setor industrial. Na segunda fase, assim como na primeira, há um significativo aumento da produtividade, dessa vez na indústria, que passa a liberar a mão de obra para o setor de serviços, que, por sua vez, aumenta a sua participação no PIB, durante uma terceira e última fase do desenvolvimento econômico, ou seja, quando há um tipo de amadurecimento do estágio de desenvolvimento do país. Com isso, a desindustrialização pode ser compreendida como uma consequência da industrialização, expressa pela redução da participação da indústria no PIB (Diegues; Rossi, 2016 *apud* Rowthorn; Ramaswamy, 1999).

Bonelli, Pessoa e Matos (2013) apontam que a perda de participação da indústria na economia é embasada por dimensões

inter-relacionadas. A primeira delas de caráter cíclico, relacionada ao desempenho da indústria global. A segunda dimensão está atrelada à inclusão de países orientais como China e Índia na economia global. Nesses países, os baixos custos produtivos provocaram uma nova dinâmica no quadro da indústria global, conferindo às duas nações considerável importância na produção industrial. Por fim, a terceira dimensão se apresenta como uma dimensão estrutural de transformações nos padrões de consumo que cresce concomitante com o crescimento econômico, onde o setor de serviços ganha mais dinamismo do que a indústria (Bonelli; Pessoa; Matos, 2013).

O fenômeno da redução da participação da indústria na economia se insere em um processo amplo identificado inicialmente em países desenvolvidos, de industrialização consolidada, e, posteriormente, em países de industrialização tardia, sobretudo na América Latina. A desindustrialização, como já discutido, é um processo identificado a partir da redução do emprego industrial no quantitativo do emprego total, bem como a redução da participação da indústria no valor adicionado industrial e consequente perda de valor da indústria na geração de empregos no país (Rowthorn; Ramaswamy, 1999; Oreiro; Feijó, 2010).

No caso do Brasil, os primeiros indícios de um possível enfraquecimento da indústria na economia se deram no decorrer da década de 1990. A década em questão se destaca como um período de estagnação da produção industrial brasileira, quando se verificou um lento crescimento do produto real da indústria, sendo a indústria extrativista, especificamente o ramo petrolífero e a exploração de minérios, e outros segmentos exportadores os principais responsáveis pelo crescimento da participação industrial na economia brasileira (Suzigan, 1992).

Suzigan (1992) ressalta ainda que, diferentemente das décadas anteriores, a indústria de transformação apresentou uma maior redução se comparada a outros segmentos, logo a incumbência da perda de participação concentrou-se nas categorias de bens de capitais e nos duráveis de consumo, tendo contraído negativamente cerca de 26% entre 1980 e 1990. A década já evidenciava

um “encolhimento” da participação da indústria de transformação na produção industrial brasileira.

Em análise do comportamento da indústria global, Bonelli, Pessoa e Matos (2013) apontam que, nas últimas décadas, somente a Ásia e o Oriente Médio não registraram uma retração da participação industrial na economia. No caso do Brasil, entre os anos de 1970 até a segunda metade dos anos de 1980, a indústria apresentou índices acima da média padrão, tendo revertido essa situação para um padrão de “crescimento” normal. Inicialmente, o Brasil apresentou uma situação de “doença soviética” e, posteriormente, absorveu o que os autores chamam de “doença holandesa”, essa, por sua vez, como uma justificativa para a perda de participação da indústria no PIB após 1990.

Pereira Júnior (2019) indica uma série de acontecimentos que modificaram profundamente a estrutura industrial brasileira, entre eles, a migração de capitais, sobretudo norte-americanos e europeus, para a China, o que ocasionou diferentes impactos nas economias de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Para o Brasil, isso significou a perda de mercados como os Estados Unidos e, por conseguinte competitividade em muitos setores industriais, uma vez que o país também passou a importar produtos chineses.

Cano (2012) explica que, desde a década de 1980, nota-se uma queda na participação da indústria no PIB ocasionando uma desindustrialização “precoce e nociva” preconizada pelos seguintes fatores: a) perda de competitividade internacional, explicada pela política cambial implantada a partir do Plano Real; b) desregulamentação quanto à abertura comercial iniciada no fim da década de 1990; c) alta taxa de juros; e d) aumento no fluxo de investimentos estrangeiros.

Para Feijó, Carvalho e Almeida (2005), o Brasil passa por um processo de desindustrialização relativa, procedente de um intenso retrocesso da indústria no PIB iniciado antes mesmo da abertura e aplicação de políticas da década de 1990, iniciado ainda nos anos de 1980 e estendido até 1998, proporcionado pela tentativa de contenção da hiperinflação que assolava a economia brasileira, em decorrência da crise inflacionária, o que provocou uma

abertura econômica com falhas e, por conseguinte, sobrevalorização da moeda nacional, revertida com a maxidesvalorização da moeda em 1999.

Ao analisar a taxa de participação da indústria no PIB, Feijó, Carvalho e Almeida (2005) apontam que o peso da indústria de transformação apresentou uma redução de mais de doze pontos percentuais em pouco mais de uma década, passando de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998, o que já se configurava como desindustrialização. Mesmo diante dessas circunstâncias, o Brasil ainda preservou “setores de ponta tecnológica e capacidade de ampliar sua produtividade e capacidade exportadora”, não havendo, assim, uma perda irreparável na estrutura industrial, bem como em sua capacidade dinâmica, ou seja, “a indústria no país conserva requisitos para reerguer-se e reintegrar-se com maior plenitude nas atuais tendências de industrialização dos países de maior dinamismo industrial” (Feijó; Carvalho; Almeida, 2005, p. 2-3).

Na ciência geográfica, a desindustrialização é interpretada enquanto um desdobramento da reestruturação produtiva. Lencioni (2015) questiona se o Brasil realmente estaria atravessando uma desindustrialização, visto que há uma crescente expansão da participação do setor de serviços entre as atividades econômicas, o que consequentemente refletiu nos últimos anos na indústria. Embora o setor de serviços tenha se destacado no quesito participação no PIB e nos empregos, isso não significa que ele traga consigo a desindustrialização, mas sim um incremento na perda de posição da atividade ligada à indústria, o que quer dizer que “o Brasil está desenvolvendo o setor de serviços numa lógica que aparentemente, e só aparentemente, acompanha os países de peso da economia mundial” (Lencioni, 2015, p. 18).

Ao comparar parcialmente o crescimento dos serviços no Brasil com o que ocorreu em países desenvolvidos, Lencioni (2015) justifica que as próprias condições históricas impõem uma distinção entre o Brasil e outros países, pois o país é marcado por um desenvolvimento econômico com base na exportação de produtos

primários, tal como uma industrialização tardia dependente das tecnologias estrangeiras, o que influencia o debate em questão.

Lencioni (2015) destaca ainda outra característica da expansão dos serviços no país, a saber:

O desenvolvimento dos serviços no Brasil não vem acompanhado de uma lógica paralela à transferência da produção industrial para outros países; ou seja, pela lógica de transferência do “chão de fábrica” para outros países, ficando no país originário a concepção e o desenvolvimento dos processos produtivos e do produto. Além do mais, também não vem acompanhado por uma intensa modernização dos serviços, pelo desenvolvimento extraordinário da produção científica e tecnológica e pelo desenvolvimento da ciência aplicada (Lencioni, 2015, p. 19).

Assim, o que ocorre no Brasil é um fenômeno distinto, em que há uma expansão dos serviços e um encolhimento da indústria, não se apresentando como uma desindustrialização, mas como um crescimento dos serviços em detrimento da indústria, porém tal processo, em razão das condições históricas do Brasil, não veio acompanhado pelo desenvolvimento da produção científica e tecnológica (Lencioni, 2015).

Pereira Júnior (2019) destaca a necessidade de ampliação da análise da leitura geográfica da desindustrialização, onde as categorias de tempo e território também possam ser contempladas na discussão do fenômeno, uma vez que ambos guardam distinções inerentes às suas próprias particularidades. O território, enquanto propulsor das diferentes intencionalidades, apresenta-se como uma força produtiva.

Em nossa concepção, o Brasil passa por um processo de “res-significação industrial”, embasado por transformações orientadas, sobretudo, pela reestruturação produtiva que redirecionou parte dos seus investimentos para o setor de serviços. Por uma abordagem geográfica do processo, devemos levar em consideração o fato de que a atual fase do capitalismo no Brasil apresenta particularidades que perpassam as leituras econométricas, fazendo-se necessário entender

os efeitos da reestruturação produtiva e seus rebatimentos na organização da economia brasileira (Pereira Júnior, 2019).

Quando observada pela perspectiva da reestruturação produtiva, a desindustrialização passa a contar com mais um elemento até então negligenciado pelas análises econômicas, a fragmentação setorial da indústria, que antes se concentrava somente na indústria e que passou a transpor para os serviços partes de setores que antes estavam centrados na indústria (Pereira Júnior, 2019).

Como destaca Pereira Júnior (2019), é preciso reconhecer que, após 1970, muitas foram as transformações na esfera econômica mundial, especificamente nas estratégias comerciais, industriais e financeiras, o que ocasionou uma reconfiguração da economia em diversos países do mundo. Até esse período, muitos serviços, ainda estavam intrinsecamente subordinados à indústria, como os serviços de gestão, desenvolvimento, *marketing* e distribuição da produção, com a reestruturação produtiva, porém, “desmembraram-se” da indústria. De tal modo,

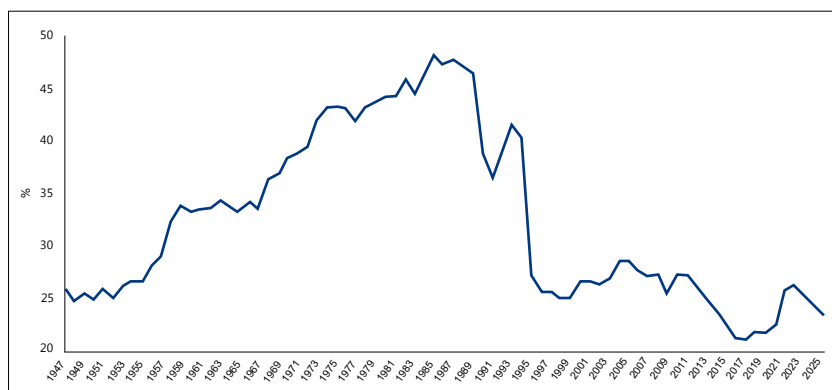
As novas complexidades dos circuitos espaciais da produção ganham densas redes de relações setoriais, isto é, *linkages* que articulam produção fabril com escritórios de *design* gráfico, agências de publicidade, serviços de gestão, comunicação, segurança e limpeza, entre outros. Diretamente articuladas com novos distribuidores e fornecedores, as maiores indústrias de transformação passam a produzir com base numa rede de relações comerciais e de circulação que envolve diversos agentes (Pereira Júnior, 2019, p. 13).

Setores que, durante muito tempo, estiveram restritos ao espaço fabril passaram a atravessar esse limite em direção a empresas de serviços, por meio de densas relações setoriais entre empresas industriais com escritórios territorialmente dispersos. É por meio dessa comunicação que a indústria também adentrou nos serviços, assim como os serviços passaram a se articular mais intensamente com a indústria. A densidade dessas relações imprime

novas relações setoriais que se expressam na configuração da atividade industrial brasileira.

Quando analisado o desempenho da indústria no PIB brasileiro, é possível identificar as expressões da reestruturação da produção. Os dados demonstram as transformações na indústria nacional nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito ao “enfraquecimento” da indústria frente à economia nacional. Entre 1947 e 2023, os registros dos menores índices de participação da indústria na economia se deram entre 2016 e 2017, quando a indústria participou em 21,2% e 21,1%, respectivamente (Gráfico 1).

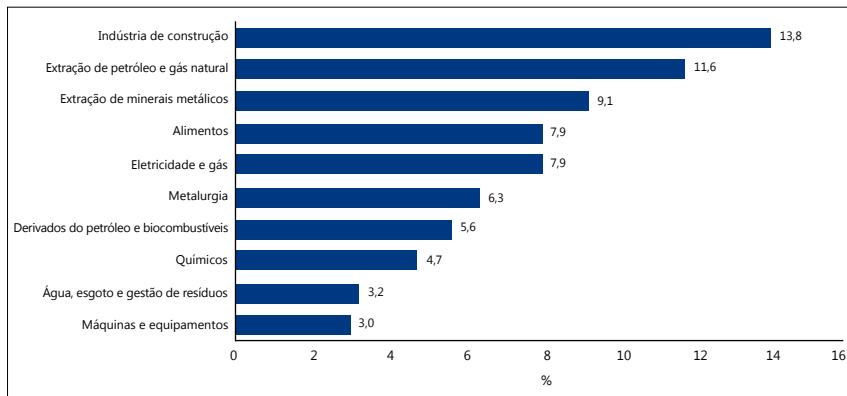
Gráfico 1 – Histórico da participação da indústria no PIB brasileiro



Fonte: Confederação Nacional da Indústria, 2023.

Em 2023, a indústria apresentou uma participação de 25,5% no PIB nacional, ocupando a segunda colocação de importância para a economia. Os serviços respondem por 67,4%, seguidos pela agropecuária, que representou 7,1% do PIB. Em relação à participação dos setores, destaca-se que, nas três primeiras colocações do *ranking*, estão a indústria de construção (13,8%), extração de petróleo e gás natural (11,6%) e extração de minerais metálicos (9,1%), seguida pela indústria alimentícia (7,9%), eletricidade e gás (7,9%), entre outras.

Gráfico 2 – Participação dos setores industriais no PIB nacional



Fonte: Confederação Nacional da Indústria, 2023.

Do ponto de vista histórico, Serafim Gomes (2020) observa que houve uma redução da participação de muitos setores manufatureiros, no entanto, de modo descontínuo. Para a indústria têxtil e a de vestuário, couro e calçados, a redução teve início ainda nos anos de 1970, intensificada nos anos de 1990, enquanto, para o setor de máquinas e equipamentos, a redução se deu na primeira metade da década de 1970 e, para o setor de móveis, metalurgia e metal, química e petroquímica, deu-se no início dos anos 1980. Nos setores de alimentos, bebidas e fumo, esse fenômeno foi iniciado nos anos 2000.

Os efeitos da reestruturação produtiva na indústria e seus rebatimentos no terciário

A mundialização do capital e os avanços tecnológicos responderam pelas principais alterações no padrão de localização da indústria global e a sua repercussão no território. Os padrões de concentração industrial são de natureza cíclica, sendo influenciados, sobretudo, por fatores de mercado e questões políticas, que se destacam como importantes definidores da estrutura industrial.

A reestruturação econômica da década de 1970 conduziu as empresas industriais a um ajustamento do modelo organizacional para adaptar-se às transformações econômicas e tecnológicas (Castells, 1999) que culminaram na reorganização da produção e dos territórios. A produção, antes limitada aos padrões de produção fordista, passou a se dispersar pelo território e a incluir novos territórios na rede global de produção.

A reestruturação produtiva influenciou sobre o uso dos espaços de reserva e da periferia global pelo capital. Tais regiões passaram a ocupar – do ponto de vista produtivo – lugar de destaque no que se refere à produção de mercadorias. A reestruturação produtiva influenciou sobre a reorganização dos territórios da produção e da força de trabalho, visto que as transformações ocorridas também incluíram a desconcentração das fábricas e a adoção de distintas técnicas organizacionais.

Entendemos que a reestruturação produtiva se apresenta como uma mudança em curso. Uma estrutura atual se sobrepõe a uma estrutura até então predominante, sendo a indústria a maior impactada pelos novos padrões impostos pela reorganização produtiva. A reestruturação produtiva significou o remodelamento das práticas fordistas de produção e a inclusão de estratégias de produção flexíveis, o que possibilitou uma nova lógica no que diz respeito à produção de mercadorias (Lencioni, 1998; Muniz, 2019; Santos, 2022).

Como parte da reestruturação produtiva, a indústria de transformação foi conduzida a uma completa mudança, que induziu a formação de novos espaços da produção, sobretudo os ramos industriais intensivos em mão de obra, a exemplo do ramo têxtil e calçadista.

No Brasil, a reestruturação produtiva estabeleceu estratégias que resultaram na modificação das práticas de engenharia da produção, até então predominantes no país, alinhadas às novas formas de contratação da força de trabalho, incluindo a intensificação do trabalho informal e a divisão do território, por meio de uma complexa divisão territorial da produção que culminou na fragmentação do espaço geográfico. Cada parte desse “espaço fragmentado” passou a atender, de alguma forma, o circuito espacial da produção.

As estratégias da reestruturação produtiva fizeram com que a indústria brasileira atravessasse um processo de modernização e, por conseguinte, inserção no mercado globalizado, além disso, também se observou um movimento de desconcentração da produção, atingindo principalmente os ramos com maior dependência de mão de obra no processo produtivo, com destaque para a indústria de transformação (Gomes, 2011).

Para as empresas, a adesão ao sistema de produção flexível significou a necessidade de mudanças no campo organizacional e da produção, pelo qual as estruturas internas das empresas foram modificadas, também reformulando o trabalho no sentido da qualificação dos empregos, localização geográfica das fábricas e distribuição territorial das categorias de bens (Fischer, 2000). A partir do modelo de produção flexível, a empresa industrial aderiu ao ajustamento territorial como alternativa para superar a crise do fordismo.

Fischer (2000) observa que, antes mesmo da aceleração do ajuste territorial dos anos 1980, a indústria global já atravessava transformações para sanar os custos de trabalho, o que originou o que o autor identifica como deslocalização geográfica e descentralização da produção, tendo influído sobre o deslocamento de plantas industriais para os países periféricos do mundo, o que implicou, por sua vez, na nova Divisão Territorial do Trabalho, enquanto a segunda – a descentralização – também favoreceu, por meio das políticas de desenvolvimento, a instalação de plantas industriais nas regiões periféricas. Assim, os movimentos geográficos abordados se apresentam como um transbordamento das tradicionais áreas industriais, alcançando diversas regiões do globo.

A expansão territorial da indústria foi viabilizada pelo avanço das tecnologias de informação incorporadas pela gestão empresarial, tornando-se um elemento central para os deslocamentos da indústria pelo território, visto que “[...] a difusão da microinformática e, principalmente, da rede de telecomunicações com fibra ótica é que tornou, cada vez mais, possível a cisão territorial entre produção e gestão”, possibilitada pela reintegração do capital e seu espaço (Lencioni, 1998, p. 35).

Para a indústria, sobretudo de transformação, as cidades pequenas e médias se tornaram ponto de interesse industrial, por apresentarem diferentes vetores de atração, entre eles, os incentivos fiscais – no caso daquelas cidades localizadas no nordeste brasileiro, houve a disponibilidade de infraestrutura básica para as operações industrial, mão de obra e baixos salários. A desconcentração da indústria em direção ao Brasil não metropolitano redefiniu o papel das cidades pequenas e médias, bem como assegurou a inserção destas ao circuito da produção global, figurando como resultado da reestruturação produtiva.

Se, por um lado, há as deseconomias influenciando no deslocamento geográfico da indústria, por outro, há também as políticas de desenvolvimento regional que versam por amenizar as desigualdades inter-regionais, efetivadas por meio de vantagens adicionais para a atração de investimentos, embasadas em incentivos fiscais, especificamente nas isenções, reduções e deferimento de tributos, acesso a empréstimos, doação de terrenos, entre outros atrativos voltados para a atração das atividades produtivas (Ferreira, 2000).

No Brasil, a desconcentração produtiva emerge como desfecho do crescimento da economia nacional e das políticas de desenvolvimento regional que antecederam os anos 1970, quando São Paulo ainda se sobressaía como o único centro dinâmico da economia brasileira, tendo, como principal motor do desenvolvimento, a indústria (Cano, 2007).

As primeiras evidências de uma desconcentração econômica e produtiva no Brasil se deram em São Paulo ainda na década de 1970, quando o interior paulista apresentou um aumento na participação industrial, enquanto a região metropolitana de São Paulo, composta por 39 municípios apresentou um declínio no que diz respeito à participação no valor adicionado do estado. Em termos de participação no valor da produção, a região metropolitana de São Paulo reduziu 14,7% entre 1970 e 1975, passando de 67,4% para 52,7%, respectivamente. Enquanto isso, no mesmo período, o interior paulista aumentou a sua participação em 14,5% (Lencioni, 1998).

Cano (1997) aponta como vetores para o aumento da importância do interior de São Paulo: I) políticas de descentralização; II) políticas de atração municipal; III) custos da concentração na Grande São Paulo; III) investimentos federais; e as IV) políticas de incentivo às exportações e ao Pró-Álcool. A descentralização impulsionada pelas políticas estaduais efetivaram-se por meio da construção de infraestrutura – sobretudo rodoviárias, investimentos em centros de pesquisas, bem como em um sistema de informações. Já as políticas de atração industrial pautaram-se na oferta de subsídios fiscais, infraestrutura e disposição de distritos industriais. Além do mais, os investimentos federais no interior também serviram como impulsores da atração industrial, por meio da instalação das refinarias da Petrobrás e centros de pesquisas ligados às telecomunicações, informática, pesquisa agrícola, entre outras medidas.

Lencioni (2006), ao observar a distribuição do emprego industrial no Brasil, enfatiza ainda uma particularidade quanto à desconcentração: a indústria de capital nacional e intensiva em mão de obra apresenta uma maior tendência à desconcentração, a exemplo da indústria têxtil e de calçados. No caso, o movimento se direcionou para o Norte, Nordeste e Centro-oeste do país, enquanto a indústria intensiva em tecnologia de capital transnacional ainda se concentra no Sudeste, sobretudo na capital paulista e seu entorno metropolitano. Assim, observa-se que a tendência à localização ou desconcentração da indústria induz a integração regional do país, por meio da produção industrial.

Serafim Gomes (2004), ao analisar o crescimento da indústria nas cidades do interior de São Paulo, aponta que a desconcentração industrial direcionou investimentos para as cidades pequenas e médias do estado, porém também priorizou outros estados do país. A desconcentração ou desaglomeração é determinada por deseconomias externas, que pode ser explicada pela redução dos benefícios do território, o que faz com que os custos adicionais superem os benefícios interfirmas e interindustriais procedentes da concentração (Ferreira, 2000).

No Ceará, o processo de desconcentração ocasionou a concentração de diversos estabelecimentos de diferentes naturezas, tanto nas áreas metropolitanas, quanto não metropolitanas do estado, além de influenciar diretamente a dinâmica do setor terciário. O terciário é entendido como atividades diferentes das manufatureiras, o seu crescimento ocasiona transformações na natureza da economia (Kon, 1999).

O setor terciário representa um dos setores da atividade econômica, sendo composto por atividades heterogêneas que agrupam serviços essenciais como saúde e educação, além dos segmentos ligados aos transportes, serviços administrativos, informação e comunicação, entre outros. No contexto econômico, é atribuída ao setor de serviços uma parcela significativa de participação na economia, com destaque na geração de emprego.

Souza (2017), ao analisar o setor terciário enquanto uma manifestação da divisão territorial do trabalho, enfatiza que o avanço tecnológico possibilitou o desenvolvimento de técnicas de produção e o aumento da produtividade, o que conseqüentemente acarretou o desemprego industrial e o fortalecimento dos serviços, pela criação de novos empregos.

No Brasil, em 2023, os serviços representam 67,4% do PIB, seguidos pela indústria e agropecuária com uma participação de 25,5% e 7,1%, respectivamente (IBGE, 2023).

Os serviços contemplam atividades classificadas em sete segmentos: 1) Serviços prestados às famílias; 2) Serviços de informação e comunicação; 3) Serviços profissionais, administrativos e complementares; 4) Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; 5) Atividades imobiliárias; 6) Serviços de manutenção e reparação; e 7) Outras atividades de serviços, conforme o IBGE.

Tabela 1– Empresas de serviços no Brasil em 2022

SEGMENTOS	VALOR ADICIONADO (MIL REAIS)	VÍNCULOS	EMPRESAS
Serviços prestados às famílias	153.854.101	2.761.545	393.507
Serviços de informação e comunicação	281.878.746	1.282.577	144.195
Serviços profissionais, administrativos e complementares	549.539.131	6.215.801	650.164
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	339.595.063	2.556.919	164.452
Atividades imobiliárias	49.556.952	315.510	118.090
Serviços de manutenção e reparação	20.726.763	428.956	102.417
Outras atividades de serviços	141.798.029	642.135	66.825
Total	1.536.948.785	14.203.443	1.639.650

Fonte: PAS – Pesquisa Anual de Serviços, IBGE, 2022.

Conforme apresentado na Tabela 1, os “Serviços profissionais, administrativos e complementares” é o segmento de maior importância no terciário, tanto no quesito valor adicionado, quanto no registro de empresas e vínculos. O valor adicionado do segmento foi

de 549.539.131 em 2022, enquanto foram registradas 650.164 empresas e 6.215.801 vínculos associados ao segmento. Já os “Serviços prestados à família” apresentaram um quantitativo de 393.507 empresas e 2.761.545 de postos de empregos, e uma participação de 153.854.101 no valor adicionado.

Economia e o setor terciário: uma breve reflexão sobre o Ceará

O estado do Ceará, localizado na região Nordeste do Brasil possui 184 municípios e três regiões metropolitanas: Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana do Cariri (RMC) e Região Metropolitana de Sobral (RMS). O Ceará é oitavo estado mais populoso do Brasil, com 8.794.957 de habitantes em 2022.

No Ceará, a economia é impulsionada pelos serviços, indústria e agropecuária. Na indústria, ramos intensivos em mão de obra se destacam no quesito crescimento econômico, como a indústria associada à preparação de couros e a fabricação de artefatos de couro, artigos e a confecção de artigos de vestuário e acessórios. Nos serviços, a maior parcela de contribuição centra-se nos serviços de informação e comunicação e dos serviços prestados às famílias. Já na agropecuária, a economia é influenciada por atividades ligadas às lavouras e à pecuária.

Conforme dados divulgados pelo Ipece, em 2021, o PIB estadual foi de R\$ 194,88 bilhões, com uma maior participação dos Serviços (73,28%), seguidos pela indústria (20,49%) e a agropecuária (6,23%). O Valor Adicionado Bruto (VAB) dos Serviços cearense apresentou um montante de R\$ 122,4 bilhões em 2021. Ainda de acordo com o estudo, no referido ano, houve um crescimento de atividades ligadas à administração, defesa, educação, seguridade social e atividades profissionais, científicas e técnicas, bem como administrativa e serviços complementares.

Tabela 2 – Municípios com maiores participações no terciário cearense em 2021

MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO BRUTO DOS SERVIÇOS	PARTICIPAÇÃO SERVIÇOS (%)
Fortaleza	41.839.236	49,81
Maracanaú	4.907.454	5,84
Caucaia	3.305.418	3,94
Juazeiro do Norte	2.988.186	3,56
Sobral	2.596.111	3,09
Eusébio	1.503.329	1,79
São Gonçalo do Amarante	1.454.218	1,73
Aquiraz	1.347.196	1,60
Crato	913.224	1,09
Iguatu	884.619	1,05

Fonte: IBGE (2021).

Os dados evidenciam uma maior participação de municípios da RMF, especificamente em Fortaleza (49,81%), Maracanaú (5,84%), Caucaia (3,94%), Juazeiro do Norte (3,56%) e Sobral (3,09%). Para além desses, ainda houve uma significativa participação dos municípios de São Gonçalo do Amarante, Aquiraz, Eusébio, Horizonte e Iguatu, ou seja, dos dez municípios que apresentam as maiores participações no VAB dos serviços, oito estão localizados na RMF e dois nas duas regiões metropolitanas do interior, a saber: RMC e RMS.

No Ceará, o terciário se destaca como o setor de maior expressão na empregabilidade, com um total de 1.277.116 postos de trabalhos gerados em 2022, dos quais 714.017 somente em Fortaleza. De tal modo, o metropolitano assume um papel de destaque na concentração de investimentos ligados aos serviços no estado.

Acerca desse processo de terceirização da economia, Valente Júnior e Silva (2019) apontam alguns fatores que contribuem para tal processo: a inovação técnica e científica, a modernização tecnológica do setor agropecuário, além de um aumento significativo da demanda por bens e serviços mais complexos. Desse modo,

os setores primário e secundário passaram a empregar uma quantidade intensamente menor e em um nível de qualificação mais exigente, transferindo parte dos trabalhadores e da agregação de valor para o terciário (Valente Júnior e Silva, 2019, p. 164).

A terceirização da economia é resultado da dinâmica de acumulação do capital, que durante dois séculos esteve centrada na produção industrial, assim a terceirização emerge como uma nova força econômica cada vez mais importante para a economia de todos os países, ou seja, a terceirização é uma parte importante do PIB e da População Economicamente Ativa (PEA) (Elias; Pequeno, 2013).

Considerações finais

A reestruturação produtiva se apresenta como uma mudança, ainda em curso, nas estruturas produtivas e na economia global, centrada, sobretudo, na modernização da indústria. O processo influenciou a desaceleração da indústria ou desindustrialização (Gomes, 2020), por meio da reconfiguração da estrutura produtiva, além de influir sobre as novas localizações industriais, visto que ela foi acompanhada por um processo de desconcentração produtiva.

A desindustrialização é entendida enquanto perda de participação da indústria no PIB, na qual o setor terciário se sobressai em relação à indústria nacional, tanto no quesito de valor adicionado, quanto na empregabilidade. Como discutido, a desindustrialização é resultado da reestruturação produtiva que deslocou para o setor de serviços parte das atividades antes restritas à indústria.

No Ceará, os segmentos ligados aos serviços ocupam o primeiro lugar na participação do VAB, representando 73,28%, enquanto a indústria e agropecuária apresentaram 20,49% e 6,23%, respectivamente. Das atividades do terciário em crescimento no estado, evidencia-se a importância da administração, educação, defesa e atividades associadas às atividades profissionais, científicas e técnicas. Dos municípios cearenses, aqueles localizados na RMF se destacam com as maiores concentrações de atividades associadas aos serviços, seguidos por Juazeiro do Norte e Sobral, no interior cearense.

Referências

- BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel; MATOS, Sérgio. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica (org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2018*. Base de dados estatísticos. Brasília. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php. Acesso em: 5 jul. 2024.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, p. 831-851, 2012.
- CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil 1970/95. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 101-141, 1997.
- CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. São Paulo: Unesp, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Indicadores industriais*. Brasília, 2023.

DIEGUES, Antônio Carlos; ROSSI, Caroline Gut. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de ‘Doença Brasileira’. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 21., 2016, São Bernardo do Campo. *Anais [...]*. São Bernardo do Campo: SEP, 2016.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, maio/ago. 2013.

FELJÓ, Carmem Aparecida; CARVALHO, Paulo Gonzaga Martins de; ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil*. São Paulo: IEDI, 2005.

FERREIRA, Maria de Fátima Silveira; LEMOS, Mauro Borges. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 31, Suplemento Especial, p. 484-507, 2000.

FISCHER, André. Les migrations selectives: une reponse a la crise? *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 4, n. 1, p. 125-132, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123408>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. A desconcentração industrial e o crescimento da indústria no interior do estado de São Paulo-Brasil. *Eixo temático: dinâmica urbana - redes*

urbanas, cidades médias e pequena. 2004. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/35.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. A indústria de transformação no Brasil: o debate da desindustrialização e os desafios da indústria 4.0. *Revista Entre-Lugar*, v. 11, n. 22, p. 139-168, 2020.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. *Raega: O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 21, p. 51-77, 2011.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Municípios com maiores participações no terciário cearense em 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Anual de Serviços – PAS*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto – PIB*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 64-83, abr./jun. 1999.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1998. p. 1-10.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (org.). *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006.

LENCIONI, Sandra. Estado de São Paulo: lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *O novo mapa da indústria no início do século XXI*. São Paulo: Unesp, 2015. p. 12-34.

MUNIZ, Alexsandra Muniz Vieira. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, n. 16, 2019.

OREIRO, José Luis da Costa; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Impactos da acumulação com predominância financeira sobre a nova Geografia industrial: processos produtivos, competitividade e diferenciação espacial. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 13, n. 3, p. 29-45, 2019.

PIKE, Andy. Coping with deindustrialization in the global North and South. *International Journal of Urban Sciences*, v. 26, n. 1, p. 1-22, 2022.

ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Romana. Growth, trade and de-industrialization. *IMF Staff Papers*, v. 46, n. 1, 1999.

SANTOS, Maria da Penha Vaz. *Reestruturação produtiva e territorial da empresa calçadista Grendene e sua implicação na cidade média de Sobral - Ce*. 2022. 231 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2022.

SILVA, José Alderir. A questão da desindustrialização no Brasil. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 10, n. 1, p. 45-75, jan./mar. 2014.

SOUZA, Leonardo Roza de. *O setor terciário como manifestação da divisão territorial do trabalho nos municípios de Dourados e Três Lagoas/MS*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 89, 1992.

VALENTE JÚNIOR, Airtton Saboya; SILVA, João Marcos Rodrigues da. O setor de serviços do Nordeste no início do século XXI. *BNB Conjuntura Econômica*, Fortaleza, v. 2019, p. 164-175, 2019.

OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO DE ENERGIA NO CEARÁ

*Alana Sales Neco
Alexandra Maria Vieira Muniz*

Introdução

Nas últimas décadas, o Ceará vem se destacando no cenário nacional por sua produção energética, sobretudo, de energias renováveis, resultado de investimentos e desenvolvimento de políticas públicas que visam possibilitar a articulação do setor com o mercado de energia nacional e global. Logo, as discussões em torno da temática mostram-se de suma importância, visto o forte impacto do setor energético no âmbito social, econômico e ambiental, além do papel que desenvolve nas atividades agro(industriais), bem como, o comércio e os serviços associados. Desse modo, deve-se analisar a temática em amplos aspectos sociais, econômicos e sua influência nas transformações espaciais em um contexto de transição energética, descarbonização, economia verde e neindustrialização.

Destarte, a produção energética do Ceará, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece, 2018), apresenta uma maior participação do tipo termelétrica (52,32%), seguida da eólica (47,53%), sendo essas as principais matrizes a compor a

capacidade instalada do estado. Em seguida, tem-se a energia solar fotovoltaica (0,12%) e a hídrica (0,03%). Contudo, o processo de distribuição de energia no estado do Ceará se estruturou em conjunto das empresas de distribuição de energia no estado. De acordo com Moraes (2007), é possível vislumbrar como tais processos foram decisivos para a interiorização da energia no estado impactando no cenário atual de distribuição energética e investimentos em novas matrizes, para além das convencionais. Segundo o Ipece (2004), antes de 1961, toda energia consumida no estado era fornecida por grupos geradores termoelétricos, com fornecimento precário e dispendioso, apesar de a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e de a geração de energia hidráulica no Nordeste já serem realidade desde 1949. Assim, desde 1963, no primeiro mandato de Virgílio Távora até o governo de Camilo Santana (2022), é percebida a ação do governo do estado nas iniciativas de fomento à produção de energia elétrica no Ceará.

As formas de fornecimento de energia elétrica eram limitadas e dependiam muito das necessidades de consumo, por isso, estavam presentes próximas aos centros regionais que despon-tavam economicamente, como a capital cearense, o centro sul e o centro norte. Percebendo a influência das institucionalizações energéticas e as normatizações elétricas no Brasil, evidenciamos no estado do Ceará e no Nordeste brasileiro o despertar das companhias elétricas estatais. Especificamente para o setor de energias renováveis, o estado disciplinou o Programa de Incentivos da Cadeia Produtiva Geradora de Energias Renováveis (PIER) que beneficia empresas fabricantes de equipamentos e de geração de energias renováveis.

Observarmos, no Quadro 1, a “Linha do tempo da produção de energia no Ceará”, os avanços na produção e distribuição de energia no estado do Ceará, desde a iluminação a gás com a *The Ceará Gas Company* até a privatização da Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce). Daí se inicia uma nova etapa da dinâmica de distribuição e investimentos no setor energético no Ceará.

Quadro 1 – Linha do tempo da produção de energia no Ceará (1864 a 1998)

ANO	EVENTO
1864	A iluminação a gás da capital foi contratada a 16 de janeiro de 1864 com Joaquim da Cunha Freire e Thomaz Rich Brand, pela <i>The Ceará Gas Company Limited</i> (Costa, 2017).
1866	É instalado um gasômetro na cidade de Fortaleza, pertencente à empresa <i>The Ceará Gas Company Limited</i> (Oliveira-Neto, 2017).
1867	O serviço de iluminação pública iniciou-se, por meio de gás hidrogenado (Garcia, 2012).
1895	Fortaleza contava com 1.607 combustores, considerados por Bezerra de Menezes como “a iluminação nesse gênero a mais elegante do país” (Costa, 2017).
1913	Ocorre a criação da <i>Ceará Tramway</i> ¹ , <i>Light and Power Company</i> para explorar o transporte de bondes elétricos e energia elétrica para empresa e residências, abrindo concorrência com a <i>Ceará Gas Company</i> , que distribuía iluminação a gás carbônico (Moraes, 2007).
1934 ²	A iluminação pública, que até então era a gás, passa a ser com eletricidade fornecida pela <i>Ceará Light</i> (Moraes, 2007).
1945	É criado o Serviço de Luz e Força do Município de Fortaleza (Serviluz), para atender a capital do estado e as cidades circunvizinhas (Moraes, 2007).
1948	Em virtude das dificuldades de abastecimento durante a Segunda Guerra Mundial, a <i>Ceará Light</i> é encampada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.
1960	É criada a Companhia de Eletrificação de Centro Norte do Ceará (Cenorte), ³ a fim de distribuir a energia para a região Norte e Centro-Litoral (Moraes, 2007).
	É instituída a Companhia de Eletrificação do Cariri (Celca), tendo a Chesf como principal acionista e as prefeituras e a população local compoendo o restante do quadro acionário.
1961	A Energia de Paulo Afonso chega à região do Cariri (Moraes, 2007).

¹ Em Fortaleza, passa a funcionar a *The Ceará Tramway, Light & Power Company Ltd.*, a primeira rede de distribuição de eletricidade, como suporte para os bondes elétricos (Costa, 2017).

² [...] ano em que se iniciou a iluminação pública por lâmpadas elétricas, começando com algumas lâmpadas na Praça do Ferreira (Garcia, 2012).

³ A Cenorte foi a primeira empresa do Nordeste, além da Chesf, a projetar e construir linhas de transmissão em 69.000 volts.

1962	Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (Cerne), subsidiária da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), destinada à eletrificação das áreas rurais do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, assume o lugar da extinta Serviluz. É criada a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor) (Moraes, 2007).
1965	A Energia de Paulo Afonso chega a Fortaleza.
1968	A Energia de Paulo Afonso chega a Sobral.
1971	Ocorre a união das Companhias Conefor, Celca, Cenorte e Cerne, formando a Coelce ⁴ – Companhia de Eletricidade do Ceará.
1998	A Coelce vai a leilão na bolsa de valores do Rio de Janeiro e é privatizada, passando a ser administrada pelo Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A.

Fonte: Moraes (2007). Elaborado pela autora.

A iluminação a gás realizada pela empresa britânica *The Ceará Gas Company Limited* sinaliza os primeiros degraus acerca da iluminação pública cearense em articulação pública e privada. Contudo muitos problemas começaram a surgir. No início da década de 1870, a capital cearense tinha por volta de 20 mil habitantes (Azevedo, 2001). Passadas duas décadas, a população girava em torno de 40 mil pessoas e, cinco lustros depois daquele levantamento fabril, a *Ceará Gas Company* mais do que triplicara a produção do iluminante, cuja média mensal, entre 1893 e 1894, era de 1.718 pés cúbicos (Silva Filho, 2024). Logo, a implantação de unidades geradoras assumiu um ritmo regular na virada para o século XX: a potência elétrica instalada cresceu sete vezes entre 1905 e 1915, com a preeminência da matriz hidráulica, responsável por mais de 80% dos quilowatts produzidos (Silva Filho, 2024). Em Fortaleza, a criação da Serviluz trouxe maior consistência elétrica para a capital cearense, tendo por objetivo principal a distribuição de energia para Fortaleza e região metropolitana, por meio da Usina Termoelétrica do Mucuripe.

⁴ Em 1987, a Coelce muda sua razão social para Companhia Energética do Ceará, nome dado pelo engenheiro Thomé Saboya, presidente da companhia na época.

Figura 1– Serviluz (1945)



Fonte: Fortaleza em fotos, 2010.

No fim de 1959, também compunham o sistema de geração a turbina nº 3 da usina velha do Passeio Público, a usina diesel-elétrica do Meireles e as unidades geradoras das fábricas São José, Progresso, Brasil Oiticica e o Cotonifício Leite Barbosa (Moraes, 2007). Para Costa (2017), o desenvolvimento dos meios de transporte possibilitou aos moradores habitarem fora do núcleo central e propiciou o surgimento e fortalecimento de vários bairros em Fortaleza. Os bondes e, posteriormente, os ônibus e trens tornaram alguns bairros mais acessíveis em termos de transporte, o que levou várias famílias e pequenos comerciantes a se instalarem em chácaras ao longo e no final das linhas (Costa, 2017). Desse modo, o uso dos bondes elétricos alterou o cotidiano da cidade, tendo em vista que o transporte de massa permitiu o desafogo do centro da cidade, possibilitando a mobilidade de boa parte da população, carente de um transporte rápido, moderno para a época e de atuação regular (Moraes, 2007). Assim, ao implantar infraestrutura e serviços, o poder público direcionava o crescimento da cidade e incorporava outras áreas à malha urbana, dando uma nova configuração ao espaço urbano (Costa, 2017), transformando o modo de vida na capital e proporcionando o desenvolvimento de serviços em Fortaleza. Na Figura 2, é possível visualizar os bondes elétricos em Fortaleza, na década de 1930.

Figura 2 – Bondes elétricos em Fortaleza (1930)



Fonte: Fortaleza em fotos, 2010. Acervo Nilson Cruz.

No governo de Virgílio Távora, o qual se estendeu de 1963 a 1966, o Ceará contava com a presença de quatro empresas que gerenciavam a produção e distribuição de energia elétrica: Companhia de Eletrificação do Centro Norte do Ceará (Cenorte), Companhia de eletrificação do Cariri (Celca), Companhia Nordeste de eletrificação de Fortaleza (Conefor) e Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne). No Quadro 2, é possível analisar o ano de criação das empresas e de quem a empresa era subsidiária, bem como a localização e o raio de fornecimento de energia da companhia.

Quadro 2 – Empresas de distribuição regional de energia no Ceará, durante o governo de Virgílio Távora (1963-1966)

ANO	EMPRESA	SUBSIDIÁRIA	LOCALIZAÇÃO	RAIO
1960	Cenorte ⁵	Governo Estadual	Norte e Centro Norte	82 mil km ²
	Celca	Sudene	Centro Sul	51 mil km ²
1962	Conefor ⁶	Chesf	Fortaleza	336 km ²
	Cerne	Sudene	Baixo Jaguaribe, Granja, Itapipoca, Itapajé e Camocim	Sem dado

Fonte: Ipece (2004). Elaborado pela autora.

Em 1962, a Cerne, sendo subsidiária da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), torna-se um importante agente de eletrificação das áreas rurais do Nordeste, atendendo também os estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Apesar de as companhias serem fundadas antes do governo de Virgílio Távora (1963-1966), elas obtiveram um grande avanço com as políticas e investimentos do governo estadual. Visando ao atendimento das demandas elétricas, o governo iniciou os seguintes procedimentos:

- (i) agrupar os interessados de uma mesma região, cujas propriedades estivessem situadas ao longo de uma mesma linha lançada; (ii) realização de levantamentos; (iii) dar conhecimento aos interessados; (iv) formar cooperativas de consumidores (Ipece, 2004, p. 15).

⁵ Decreto Nº 53.127, de 10 de dezembro de 1963. Outorga à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará a concessão para distribuir energia elétrica.

⁶ Foi instituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por meio da Resolução nº 452-a, de 9 de maio de 1962, tendo a mudança na representação do capital, havendo de ser pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), segundo a Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Com base nessas ações, o esforço do governo Virgílio Távora, apoiado pelo governo federal, foi o de prolongar a linha de transmissão até a capital, Fortaleza, onde se encontrava a maior parte do mercado consumidor (Ipece, 2004). Desse modo, o então governador surge com a proposta de tirar o Ceará do isolamento elétrico. Isto era importante, frente às políticas de implementação da indústria no cenário regional e nacional. Diante disso, verificou-se a necessidade de um sistema em construção para receber o fornecimento de energia das companhias elétricas. Destarte, o prolongamento se deu por meio das ligações Milagres-Banabuiú-Fortaleza, que tirou o Ceará e sua capital do isolamento do sistema de abastecimento federal de energia elétrica de origem hidráulica (Ipece, 2004). Doravante, a expectativa era de que a eletricidade – potente e ininterrupta – produzida pelas turbinas de Paulo Afonso fomentaria a industrialização regional, sendo, conseqüentemente, primordial ao semiárido brasileiro possuí-la (Gomes, 2016). Em 2021, completam-se sessenta anos da instalação da energia elétrica de Paulo Afonso no Ceará, na região do Cariri, ocorrida em 28 de dezembro de 1961, com festa realizada na Praça do Socorro, em Juazeiro do Norte.

O primeiro poste foi fincado na entrada de Juazeiro, onde está sendo construído um supermercado. Crato, Juazeiro e Barbalha foram às primeiras cidades do Ceará a receberem energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), que construiu sua subestação no Bairro São Miguel (Vicelmo, 2010).

Nas imagens da Figura 3, é possível ver a empolgação do povo cearense com a chegada da Chesf. Ressalta-se o contexto da ditadura militar na ocasião, com a presença do então presidente do Brasil, Castelo Branco, como também a presença de operários das usinas de Paulo Afonso e da Celca.

Figura 3 – Evento comemorativo da chegada da energia elétrica no Ceará (1961)



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade. Elaborada pela autora.

Nota: 1- Castelo Branco em evento comemorativo do abastecimento de energia elétrica no Ceará. 2- Evento comemorativo do abastecimento de energia elétrica no Ceará. 3- Discurso de Virgílio Távora. 4- Mauro Thibau e operários de Paulo Afonso. 5- Evento comemorativo do abastecimento de energia elétrica no Ceará. 6- Multidão com operários e convidados.

Entre cartazes e festejos, a Chesf chega ao Ceará, potencializando a distribuição de energia no estado e proporcionando uma mudança significativa no modo de vida, principalmente da capital. Na ocasião, muitos operários foram convidados para a inauguração, pois havia a esperança de que a chegada da Chesf proporcionaria empregos, com o desenvolvimento a ela atrelado.

A Chesf possuiu uma forte influência no Nordeste brasileiro, sendo sua sede localizada na Bahia e expandindo-se para quase todos os estados do Nordeste. No Ceará, a primeira região a receber a influência da rede elétrica da usina foi o Cariri, e isso se deu graças à grande pressão política e popular, o que favoreceu a presença das indústrias da região. O conhecido trecho “Crajuubar” ganha destaque e aparato na dinâmica fabril crescente.

O desenvolvimento das políticas energéticas nos planos de governos do estado

Virgílio Távora criou para o estado o Plano de Metas Governamentais (Plameg), a fim de industrializar e estimular a

economia do Ceará. Para isso, foi necessário o apoio do corpo técnico do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Sudene, visando à instalação da Superintendência do Desenvolvimento do Ceará (Sudec) (Alece, 2017). O poder público estadual foi de suma importância para a expansão da eletricidade no território cearense. Os planos governamentais traziam planejamentos estratégicos voltados para a expansão da malha elétrica, não apenas nas regiões desenvolvidas, mas também para as áreas rurais. Segundo o Ipece (2004), com o governo de Plácido Castelo (1967-1970), foi definida a “Hora de Expansão Interna das Redes”. Os esforços desse governo orientavam-se em três direções:

- (i) ampliação da capacidade de geração de energia termelétrica nas regiões não atendidas pelo sistema Chesf; (ii) construção de linhas de transmissão, aumentando a área suprida pelo eixo Milagres-Banabuiú-Fortaleza; (iii) eletrificação rural (Ipece, 2004, p. 15).

Ainda no governo de Plácido Castelo, houve a interiorização da eletrificação, levando as linhas de transmissão para dentro do estado, intensificando-se as atividades industriais e as atividades fabris nesse período. Desse modo, fazia-se necessário o incremento das linhas de transmissão justamente em regiões do estado onde se vislumbrava uma crescente das atividades econômicas e o desenvolvimento das cidades. Era imprescindível para a modernização dos meios de produção, portanto, a chegada da energia elétrica. Nesse sentido, destaca-se a construção das linhas de transmissão de Sobral, onde, em 1968, ocorreu a chegada do abastecimento de energia elétrica da Usina de Paulo Afonso. Segundo o Ipece (2004), o governo deu continuidade ao processo de eletrificação rural, com o apoio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda).

Começou-se pelo atendimento de consumidores rurais caracterizados como isolados e que pagavam integralmente o investimento à vista [...]. Criaram-se várias cooperativas de âmbito regional, que contaram com financiamentos da Eletrobrás, Pólo nordeste e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (Ipece, 2004, p. 16).

Outrossim, até o encerramento do mandato, o governador Plácido Castelo (1967-1970) obteve a construção total de 109 sedes municipais eletrificadas, de um total de 144. No governo de César Cals (1971-1974), definido pelo Ipece (2004) como a “Época da Unificação e Estadualização das Empresas de Energia”, foram estabelecidas quatro diretrizes na área energética:

- (i) unificar as diversas empresas de energia presentes no Estado, com o objetivo de reduzir custos e garantir a racionalização do planejamento, a manutenção e operação de um verdadeiro sistema estadual; (ii) assegurar, até o final do governo, o suprimento de todos os municípios viáveis com energia hidrelétrica e os demais com energia gerada por grupos diesel geridos pela concessionária estadual; (iii) incrementar programas de eletrificação rural e estudar tarifas especiais para o fornecimento aos consumidores rurais em horário fora do período de ponta de carga da Chesf; (iv) garantir continuidade de fornecimento às áreas do Estado a serem supridas pela expansão do sistema de Boa Esperança, por meio de interligação com o sistema Chesf (Ipece, 2004, p. 16).

Desse modo, o Ceará, dentro das perspectivas da primeira fase proposta da expansão da eletrificação no Brasil, adapta-se ao seguimento da intervenção do governo nas normatizações e diretrizes no setor energético. É possível assim perceber que se buscava cada vez mais a unificação dos sistemas elétricos em um único governo, pois, desse modo, as tomadas de decisões seriam mais precisas e o planejamento estratégico mais eficaz. Com isso, entre 1971 e 1973, o objetivo de unificar todas as empresas de energia elétrica do Ceará foi cumprido, passando todas elas para o controle da Coelce, de propriedade do Governo do Estado, em 30 de agosto de 1971.

Isto foi possível graças ao Decreto n. 60.824, de 07 de junho de 1967, do Governo Federal, que recomendava e permitia não só a unificação das empresas presentes nos Estados, mas também a concentração do controle em uma só empresa (Ipece, 2004, p. 16).

Durante este e futuros governos, é possível perceber os esforços para a eletrificação rural. Com os incentivos fiscais propostos pela Sudene e a expansão do sistema integrado da Chesf, o crescimento da eletrificação nas áreas rurais foi cada vez mais intenso. Não podemos deixar de compreender que, em plano de fundo econômico, o Ceará está no processo de industrialização, que, mesmo se apresentando tardio se comparado ao plano nacional, é concebido buscando estratégias de superação das secas e ascensão nos cenários nordestino e brasileiro. Segundo o Ipece (2004), o programa de eletrificação rural do governo César Cals⁷ (1971-1974), veio para impulsionar esse setor. O programa dividiu o estado em treze áreas geográficas, cada uma com sua cooperativa de eletrificação rural. O segundo período do governo de Virgílio Távora (1979-1983), caracterizado pelo Ipece (2004) como o “impulso da distribuição e na transmissão”, foi marcado, em nível nacional, pelo segundo choque do petróleo e, em nível estadual, pelo impulso nas redes de distribuição e transmissão. Atenta-se para a criação do II Plano de Metas do Governo, o qual traçou seus objetivos na área de energia elétrica, com foco em três frentes:

- (i) assegurar o crescimento de distribuição de energia elétrica em Fortaleza; (ii) ampliar e realizar melhorias nas redes de distribuição do interior; (iii) implantar redes de distribuição de energia em aglomerações populacionais próximos de linhas primárias da COELCE (Ipece, 2004, p. 18).

Nesse plano de governo, Virgílio Távora prospecta não apenas uma expansão das redes de transmissão, mas estratégias que visavam potencializar o desempenho do sistema da Coelce no tocante à qualidade do fornecimento da energia elétrica (Ipece, 2004). No referido Plano, já são dados os primeiros passos na direção de se discutir a capacidade do estado para a produção de energia alternativa.

⁷ Conforme Alece (2017) destaca, enquanto ministro, César Cals viabilizou o Programa Nacional do Alcool, inclusive com a construção do primeiro carro a álcool no Brasil. Em 1984, inaugurou a usina hidrelétrica de Itaipu e as usinas de Sobradinho e Paulo Afonso IV.

A partir do potencial hídrico oferecido por alguns açudes (Araras, Orós, Banabuiú e Jaburu), mas também pelas potencialidades localizadas nas fontes eólica, solar e biomassa, tendo sido publicado, em 1982, o primeiro Balanço Energético do Ceará (Ipece, 2004, p. 18).

Evidenciam-se, de acordo com Alece (2017), os governos de Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals como os que compuseram o chamado “triumvirato de coronéis”, sendo responsáveis por governar o estado durante doze anos. Sua base política desenvolvimentista concordava com o modelo adotado durante o governo federal de Juscelino Kubitschek (1956), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Desse modo, durante o governo dos coronéis, o Ceará recebeu investimento em setores básicos da economia sobretudo no setor de distribuição de energia elétrica, tais investimentos também incluíam a indústria (Alece, 2017). Outrossim, destaca-se que ambos os governadores desenvolveram uma base para o processo de eletrificação do Ceará bem como a mudança de perspectiva no cenário de produção energética. Desse modo, com a Constituição de 1988, o Ceará entra em uma nova óptica política, vislumbra-se um governo democrático após o fim do regime militar, porém, permeia-se uma perspectiva econômica, um tanto liberal, que orienta os planos de governo no fim da década de 1980 início da década de 1990.

Com as eleições diretas no ano de 1982, Gonzaga Mota (1983-1987) é eleito governador do Ceará, tendo por base o Plano Estadual de Desenvolvimento. Com isso, realizou um trabalho de largo alcance social, principalmente, quando ocorreram secas e enchentes no território cearense (Alece, 2017). Durante o seu governo, buscou-se uma continuidade dos esforços tanto na expansão das linhas de transmissão, quanto numa melhoria da eletrificação rural.

O PLANED estabelece como objetivos a expansão e melhoria das redes de distribuição, a expansão do sistema de transmissão, a eletrificação rural e o atendimento aos consumidores de baixa

renda. Neste Plano, no entanto, há uma preocupação explícita com o segmento de baixa renda, que intensificou o programa específico para o seu atendimento. No que pese a crise fiscal e financeira que atravessava o país e o setor público brasileiro nesse período, os investimentos realizados pela Chesf e pela Coelce foram consideráveis (Ipece, 2004, p. 19).

De acordo com o Ipece (2004), as realizações foram bastante abrangentes: ampliação da capacidade instalada de subestações, por meio de construção e reforma; construção de linhas de transmissão; construção e ampliação de redes de transmissão; e energização de novas localidades. Durante o governo de Tasso Jereissati (1987-1990), destaca-se o momento de ajustes estruturais. Seu Plano de Mudanças abordou a energia elétrica dentro do tema geral da energia. Em uma perspectiva sistêmica, o Plano ressaltou duas preocupações, a primeira sobre o uso eficiente das energias e conservação energética, com três orientações:

(i) a diminuição do uso da lenha e carvão vegetal; (ii) a substituição de lâmpadas incandescentes dos sistemas de iluminação pública, cuja solução veio por meio de convênios realizados entre a Coelce, Procel e Eletrobrás; (iii) o uso racional de energia elétrica, através da distribuição de manuais (Ipece, 2004, p. 20).

A segunda preocupação foi acerca da ampliação das fontes locais de energia. Era previsto então o seguinte:

(i) o aproveitamento adicional do gás natural; (ii) a implantação de 05 bio gestores industriais; (iii) a implantação de gasôgenios; (iv) a implantação de aerogeradores; (v) a implantação de painéis fotovoltaicos (Ipece, 2004, p. 20).

O Plano das Mudanças impunha duas outras preocupações, sendo a primeira, a recuperação do setor de energia elétrica, e a segunda, a interiorização da eletrificação. Dentro da primeira preocupação, previam-se:

(i) a redução do índice de endividamento global da Coelce; (ii) o aumento da capacidade instalada das subestações; (iii) a construção de linhas e redes; (iv) o aumento na capacidade instalada de transformadores; (v) a construção de redes e eletrificação rural (Ipece, 2004, p. 20).

Já na segunda preocupação, o Plano objetivava:

(i) o aumento da eletrificação de propriedades rurais; (ii) a conexão dos domicílios da população de baixa renda do interior à rede elétrica (Ipece, 2004, p. 20).

Destaca-se que, no governo de Tasso Jereissati, há um importante avanço na sistematização e na organização no setor elétrico cearense, além da perspectiva da implantação de novas fontes alternativas, o que colocou o Ceará em uma nova perspectiva de produção de energias renováveis.

No que concerne ao período de governo de Ciro Gomes (1991-1994), há uma preocupação na consolidação da estratégia global tratando a energia elétrica dentro do contexto energético mais amplo, interligando as discussões e preocupações a nível nacional e enxergando as potencialidades em trâmites globais. Nesse sentido,

Dentre as diretrizes e realizações nesse período, merece destaque a estruturação do Conselho Estadual de Energia e a Companhia Distribuidora de Gás (CEGÁS),⁸ dando assim um passo importante no sentido de modificar a cadeia produtiva de energia elétrica no Estado, ao mesmo tempo em que a torna menos vulnerável. O Conselho Estadual de Energia foi criado com o objetivo de estabelecer uma política energética para o Estado, tirando essa função da Coelce. Paralelo a isso, continuaram os esforços no sentido de estudar fontes alternativas de energia, ampliação das redes de transmissão e distribuição, bem como no sentido de racionalizar o sistema energético e o uso final de energia em geral (Ipece, 2004, p. 20).

⁸ A Cegás significou a ponta de lança que começaria a quebrar com a dependência absoluta do Estado em relação à energia hidráulica, pois passaria a trabalhar, junto à Petrobrás, o aproveitamento local de gás natural além do transporte, ou canalização, desse produto a partir de outras regiões do país (Ipece, 2004, p. 20).

Nesse momento, o Ceará ganha um novo olhar estratégico, sob o qual desperta para o caminho de produtor energético. Assim, segundo o Ipece (2004), o plano de governança passa a avançar nas reflexões e estudos sobre as fontes alternativas de energia a fim de diminuir a dependência e a vulnerabilidade do estado em relação à fonte hidroelétrica. O Ceará descobriu a vocação para gerar energia por meio dos ventos no final da década de 1990 e se tornou pioneiro no estímulo à geração de energia eólica no Brasil. A energia eólica é a segunda principal fonte energética do Ceará, perdendo apenas para a geração termelétrica, tendo mais de oitenta parques eólicos em funcionamento, localizados no litoral e na região serrana.

O segundo período de governança de Tasso Jereissati (1995-1998 e 1999-2002) com Beni Veras⁹ (2002) foi marcado pelas mudanças estruturais na matriz e na cadeia produtiva de energia elétrica. As diretrizes e iniciativas lançadas e efetuadas nesse período promoveram mudanças estruturais significativas no sistema de energia elétrica do estado. A primeira fase, o Plano Plurianual (“Avançando nas Mudanças”), previa:

(i) a recuperação e o aumento da capacidade do setor; (ii) a disseminação de energias renováveis e o uso de energias alternativas, com a utilização da energia solar e aerogeradores no meio rural, a adoção de sistemas termosolares na indústria, as aplicações de biomassa e biodigestores bem como dar continuidade aos programas de energia eólica; (iii) ampliação do programa de conservação de energia para outros energéticos; (iv) expansão da oferta de gás natural (Ipece, 2004, p. 21-22).

Essas diretrizes implicaram na mobilização de alguns projetos estruturantes de grande porte, tais como a construção das linhas de transmissão de 230 KV nos trechos Fortaleza/Pici e Banabuiú/Fortaleza; a construção das subestações de Pentecoste, Icó e Pici;

⁹ Com a renúncia de Tasso Jereissati para disputar uma vaga de Senado Federal, Beni Veras assumiu o governo do estado do Ceará no período de 5 de abril de 2002 a 1 de janeiro de 2003 (Alece, 2017).

a construção do gasoduto Guamaré (RN)/Fortaleza; a construção e reforma de 1.882 km de redes de distribuição urbana e de 2.000 km de rede de distribuição rural (Ipece, 2004). O estado era, até o final do século XX, totalmente desprovido de grandes unidades geradoras de energia. Na década de 2000, foram feitos diversos investimentos na geração de energia eólica a fim de que o estado atendesse toda sua demanda energética a partir de seu próprio solo. Durante algum tempo, parte da demanda de energia elétrica pôde ser suprida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, por meio da geração nas usinas hidrelétricas de Paulo Afonso, Xingó, Sobradinho, Itaparica e Moxotó. O Ceará também foi atendido pela energia gerada na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, estando totalmente integrado ao Sistema Interligado Nacional.

Ademais, entre as diretrizes elencadas no Plano de Metas (1997-1998), recomendou-se a construção de uma usina termelétrica no Porto do Pecém, com capacidade para produzir 240 MW de energia. Essa medida foi planejada visando a uma melhoria na distribuição de energia elétrica no estado. Além disso, como bem ressalta o Ipece (2004), a construção da usina estava sendo estimulada pela Coelce no sentido de constituir uma parceria, nacional ou internacional, para tal fim. Contudo, na segunda fase desse período, o governo promove um divisor de águas na trajetória da história da energia elétrica do Ceará, quando privatiza a Coelce em 1998. Com isso,

Dá-se início a uma nova fase na qual o governo estadual deixa de controlar a principal peça do sistema que é a empresa de distribuição de energia elétrica do Estado. Apesar disso, o governo estadual conserva uma atuação estratégica por intermédio da Coordenadoria de Energia e Comunicações, instalada na Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), criada logo após a privatização da Coelce (Ipece, 20024, p. 22).

Com a privatização da Coelce, tem início uma nova era na gestão energética no Ceará: as políticas neoliberais e o sobressalto do capital global articulado com as perspectivas de um novo milênio redesenham as políticas energéticas. O Ceará passa a ter destaque

nas produções das fontes renováveis, principalmente de matrizes eólica e solar, acordos, instalações e planos de governos, passam a tratar o setor energético como palco de investimentos externos. Assim, o estado vai assumindo um papel estratégico de mediador do capital e facilitador de acordos.

Em 1990, a primeira medida nesse sentido foi instituir o PND, que preparou a base para posterior privatização das empresas do setor elétrico. Para Muniz (2014), diferente do período conhecido como milagre econômico brasileiro (1968 a 1973), que tinha como fonte de crescimento o setor de bens de consumo duráveis, durante o período de 1974 a 1979, desenvolveu-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que era baseado no setor de bens de capital e insumos básicos.

Em seguida, a lei nº 8.631/1993 regularizou as questões financeiras do setor (Schlickmann, 2018). A privatização da Coelce constava no Programa Nacional de Desestatização (PND), o processo de privatização das empresas estaduais de distribuição de energia elétrica, iniciado em 1995, põe um fim no modelo estatal centralizado, integrado e monopolista de energia elétrica do país (Ipece, 2004). A partir de 1995, o objetivo central do processo de privatização do setor elétrico era abandonar o modelo de crescimento impulsionado pelo Estado e seguir rumo a um modelo conduzido pelo mercado

Assim, Distriluz Energia Elétrica S.A., Coelce, Aneel e o governo do estado do Ceará assinaram o contrato de concessão, válido por trinta anos, por meio do qual a Coelce assumiu a distribuição de energia elétrica no Ceará (Coelce, 2016). Pertencendo ao grupo italiano Enel – que possui sessenta milhões de clientes residenciais e empresariais em quarenta países –, a empresa é a terceira maior distribuidora do Nordeste em volume comercializado de energia, com fornecimento para aproximadamente três milhões de clientes (Veras, 2016). De acordo com a Enel Distribuição Ceará (Enel, 2023), a empresa fornece energia elétrica nos 184 municípios do estado do Ceará, com aproximadamente 4,2 milhões de unidades consumidoras, sendo a terceira maior distribuidora do Nordeste em volume distribuído.

O Ceará na produção de energia renovável

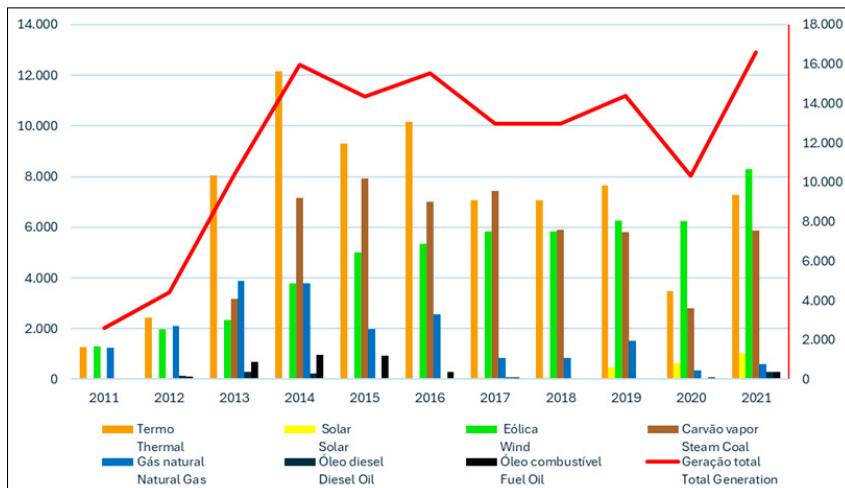
O Ceará mostrou-se efetivo, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas energéticas e no investimento de energias renováveis alternativas. Isto decorre de fatores naturais, sobretudo pela pouca disponibilidade hídrica vigente no cenário cearense, devido ao embasamento cristalino impermeável, o que não contribui para a infiltração de corpos d'água, dificultando a instalação de usinas hidrelétricas.

Mas há o favorecimento da aproximação da zona equatorial que nos “brinda” com a irradiação solar bem distribuída ao longo do ano, além dos ventos alísios fortes e constantes na extensa faixa costeira de 573 km. Diante disso, no Gráfico 3, é possível analisar a produção de energia no Ceará a partir das diferentes fontes geradoras, entre 2011 e 2021. De acordo com Ipece (2018), a produção de energia proveniente de combustíveis fósseis no Ceará tem um peso significativo na matriz energética do estado, uma vez que mais da metade (52,32%) da energia produzida no estado pertence a essa matriz.

Atualmente, o Ceará conta com 36 usinas em operação, sendo o óleo diesel (72,2%) e o gás natural (16,6%) as principais fontes, totalizando uma potência instalada de 2.153.158 KW. A Região Metropolitana de Fortaleza concentra 26 das 36 usinas desta fonte no Estado, com destaque para os municípios de Fortaleza, São Gonçalo do Amarante e Caucaia (Ipece, 2018, p. 18).

Observando o Gráfico 1, “Desenvolvimento da produção energética no Ceará”, podemos compreender que, no Ceará, apesar dos investimentos feitos acerca das energias renováveis, sobressaem, entre os anos de 2011 e 2019, as atividades de produção termal.

Gráfico 1– Desenvolvimento da produção energética no Ceará (2011-2021)



Fonte: Ministério de Minas e Energias (Brasil, 2022). Elaborado pela autora.

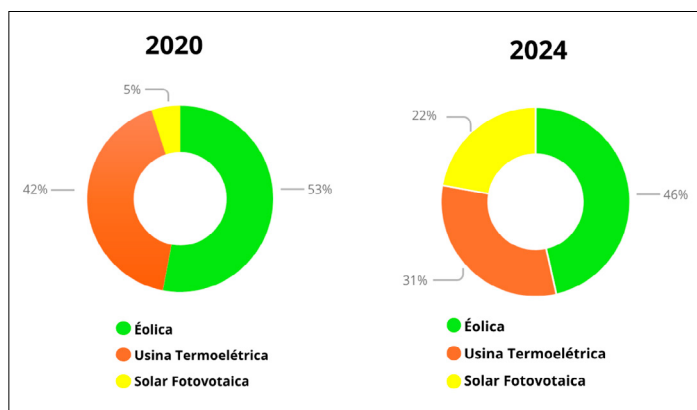
Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel, 2019), quanto à produção de energia à base de carvão mineral, verifica-se que o setor energético brasileiro possui 164.747.269 kW de potência instalada proveniente das Usinas Elétricas (UE), contando com catorze unidades de Usinas Termelétricas (UTE) que utilizam o carvão mineral como principal fonte energética, com capacidade de produção de 3.323.740 kW (Cirino, 2021). Apesar da posição estratégica no cenário nacional, ainda percebemos certa dependência das usinas térmicas notadamente ligadas a uma crescente do uso de biomassas e do carvão mineral.

Cirino (2021), ao analisar os dados do Balanço Energético Nacional (2017), concebe que, no Ceará, encontram-se usinas termelétricas localizadas no Pecém/CE, enquanto as UTEs pertencem às empresas EDP Brasil e Eneva, Pecém I e Pecém II, com potência de 1085 MW, que utilizam o carvão mineral proveniente do Nordeste da Colômbia, o que representa cerca de 32% da potência total de UTE no Brasil, sendo a maior em termo de potência.

A contribuição do estado do Ceará para a expansão da matriz elétrica brasileira se sobressai por possuir características peculiares para a implantação de novos projetos de energia elétrica a partir de fontes renováveis: localiza-se no nordeste brasileiro, representando 1,74% da extensão total da área do Brasil, com a quarta maior extensão territorial da região; bem como radiação solar incidente e fortes ventos em ótimas condições o ano todo (Lira *et al.*, 2019).

No Gráfico 2, “Capacidade de geração de energia no Ceará por fonte”, é possível comparar a capacidade de geração de energia no estado do Ceará nos anos de 2020 e 2024 (os dados de 2024 são preliminares, em razão de o ano ainda não ter finalizado).

Gráfico 2 – Capacidade de geração de energia no Ceará por fonte – Em operação (2020 e 2024)



Fonte: Fiec, 2023.

Em 2024, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), compreende-se a capacidade de geração do Ceará, em 5.566.533 kW, participando em 2,7% da produção energética nacional e 9,2% na produção do Nordeste; além disso, ocupando a 13º lugar no Brasil e 5º lugar no Nordeste. Segundo Gorayeb e Brannstrom (2016), a história da energia eólica no Brasil tem relação direta com o estado do Ceará e se desenvolveu de forma contundente na década de 1990.

Desse período, datam os estudos referentes ao potencial energético eólico que se concentraram nos estados do Ceará e Pernambuco. Iniciou-se a medição para torres entre 30 e 50 metros instaladas em locais selecionados no litoral dos estados do Ceará, Bahia e Paraná, além de áreas em Minas Gerais, que eram estudadas desde 1983 (Araújo, 2015; Aneel, 2005). No início dos anos de 1990, os primeiros estudos sobre o potencial eólico brasileiro foi realizado pelo Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) com o apoio da Aneel e do Ministério de Ciência Tecnologia (MCT), tendo como resultado o primeiro Atlas Eólico da Região Nordeste, o qual identificou como área potencial para instalação de parques eólicos a ampla e privilegiada faixa litorânea dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (Aneel, 2014 *apud* Moreira *et al.*, 2015).

No Ceará, o primeiro parque eólico foi inaugurado em janeiro de 1999 na praia da Taíba, no município de São Gonçalo do Amarante, tendo a capacidade de 5 MW com dez aerogeradores de 44 metros de altura e 500 KW instalados. Em seguida,

A segunda usina foi inaugurada em abril do mesmo ano, na Prainha, município do Aquiraz, tendo capacidade para 10 MW, com 20 aerogeradores de 44 m de altura e 500 KW instalados, cujo investidor foi a Wobben Windpower. Sendo estas, as primeiras no mundo construídas sobre dunas, com capacidade de produzir 52,5 GWh/ano, energia suficiente para atender a 120 mil habitantes. Em 2000, foi instalado o parque eólico do Porto do Mucuripe (Fortaleza) com potência de 2,4 MW. Neste mesmo ano, foram iniciados estudos para construção de mais duas usinas eólicas de 30 MW cada, em Paracuru e Camocim (Adece *apud* Moreira *et al.*, 2015, p. 5).

De forma estratégica, o governo do Ceará estabeleceu os primeiros projetos de comercialização de energia eólica, atraindo ao estado investidores nacionais e internacionais e, em 1993, foram instaladas torres para a prospecção de potencial eólico, pela Coelce

e a Chesf que viabilizaram, em 1996, o primeiro projeto de demonstração da tecnologia eólica no Brasil: a usina eólica do Mucuripe, na Praia Mansa (Fortaleza), com o apoio da Aneel e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em 1998, o Centro Brasileiro de Energia Eólica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) publicou a primeira versão do Atlas Eólico da Região Nordeste. A continuidade desse trabalho resultou no Panorama do Potencial Eólico no Brasil, de 2003 (Gorayeb; Brannstrom, 2016). Os esforços para produção de uma matriz alternativa se tornaram evidentes.

Durante o governo de Lúcio Alcântara (2003-2006), notou-se uma certa dependência nacional em relação à matriz hídrica, o que colocava o Ceará em uma posição desvantajosa, logo, pela falta de recursos hídricos. Assim, desenvolveu-se o Plano de Governo “Ceará Cidadania”, com diretrizes que apontassem para uma solução alternativa a essa dependência. Por essa razão, o referido Plano propõe: (i) a busca da autossuficiência na geração de energia elétrica; (ii) a diversificação da matriz energética, a partir da termoeétrica e da geração de energia eólica (Ipece, 2004, p. 23).

Abraçado a essas diretrizes, o governo cearense passou a ter um papel importante, por meio da sua Secretaria de Infraestrutura, na definição do Programa Nacional de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica-Proinfa. Neste sentido,

No segmento termoeólico inaugura-se em 2004 a termoeólica Fortaleza, de propriedade do Grupo Endesa (Coelce). Para apoiar esse segmento, bem como os projetos estruturantes que deverão compor o Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP, o Governo do Estado tem se empenhado para garantir, junto à Petrobrás, o fornecimento necessário de gás natural. No segmento eólico, o Plano Ceará Cidadania prevê a construção e operacionalização de dois parques eólicos nos municípios de Paracuru e Camocim, com capacidade de geração de 30 MW. Muito provavelmente, essa previsão poderá ser superada caso os projetos aprovados pelo Proinfa em 2004 sejam rapidamente implantados (Ipece, 2004, p. 23).

Em 2004, o Governo do Estado do Ceará lançou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Atualmente, segundo dados da Aneel (2014), foram instalados, em 2023, 123 novos parques eólicos, num total de 4,8 GW de nova capacidade e 9,3 MW de capacidade repotenciada. Foi um ano recorde de instalações de nova capacidade eólica (Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEólica, 2023). Até 2014, O Ceará era o segundo maior produtor de energia eólica do Brasil, perdendo somente para o Rio Grande do Norte (Adece, 2014). Logo, de acordo com os dados da ABEEólica (2023), o Ceará ocupa a 4ª posição do *ranking* nacional. Os cinco estados com maior geração no ano de 2023 foram Bahia (29,67 TWh), Rio Grande do Norte (26,77 TWh), Piauí (12,82 TWh), Ceará (7,22 TWh) e Rio Grande do Sul (4,94 TWh).

Figura 4 – O montante de geração verificado para cada estado brasileiro com participação eólica

REGIÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RN	2.541,8	2.497,9	1.769,5	1.747,9	3.046,3	3.242,0	3.722,1	4.413,9	4.688,8	4.424,6	4.292,4	3.830,8
BA	1.696,5	2.836,9	2.762,2	3.378,3	4.424,3	5.000,5	5.311,3	5.177,2	5.312,0	4.492,9	4.140,1	4.064,0
PI	608,6	1.228,1	877,2	1.303,2	2.079,3	2.350,7	2.561,0	2.434,8	2.229,3	1.777,5	1.616,8	1.337,4
RS	633,3	577,2	461,0	682,9	575,2	607,0	463,3	821,8	683,0	711,8	772,9	656,1
CE	862,0	600,7	273,9	222,0	477,2	625,3	817,5	977,4	1.136,2	1.279,9	1.233,3	1.062,6
PE	321,3	395,0	328,9	349,0	427,6	517,5	583,4	600,9	620,5	549,2	575,9	531,1
MA	226,4	148,1	76,1	59,1	89,1	108,5	162,5	261,5	347,8	322,4	316,3	283,5
PB	207,0	322,8	268,0	235,3	398,2	550,9	607,7	665,8	667,7	495,0	482,5	468,5
SC	55,7	49,4	46,7	65,2	91,4	102,1	70,0	92,1	84,5	72,1	61,3	58,4
SE	8,7	5,8	5,9	4,0	1,9	2,6	5,5	2,3	8,6	10,7	11,4	12,0
RJ	6,2	5,2	4,3	2,5	3,8	4,9	3,1	8,6	13,1	7,1	8,3	5,9
PR	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,4	0,2	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3

Fonte: CCEE/ABEEólica (2023).

Como bem visto na Figura 4, o Ceará ocupa o 4º lugar no *ranking* nacional, outrora ocupava o 2º lugar. Para o diretor regulatório da ABEEólica, Francisco Silva, o principal fator do rebaixamento foi a falta de linhas de transmissão para o escoamento de produção, sendo que a última vez em que o estado vendeu

um projeto em um dos leilões do Governo foi no leilão A-5, de 2015. Depois disso, o Brasil teve leilões, em que principalmente os estados da Bahia e do Rio Grande do Norte eram os que mais vendiam projetos ao longo desses últimos anos (Vargas, 2024). Ressalte-se, contudo, segundo Vargas (2024),¹⁰ que a geração de energia eólica corresponde a 46% da matriz energética do Ceará. A maior parte da produção é realizada em grandes usinas.

O estado do Ceará possui cem parques eólicos que geram 2.577 MW de potência, segundo dados da Aneel. Há outros 72 empreendimentos, em construção ou obras não iniciadas, com capacidade contratada de 2.876 MW (Vargas, 2024). A concentração dos parques está nos municípios de Aquiraz, Acaraú, Amontada, Aracati, Beberibe, Camocim, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza (Adece, 2014). O grande potencial eólico do estado do Ceará desperta interesse pela produção de energia por meio dessa fonte. Os municípios de Acaraú e Itarema, assim como outros municípios no estado, destacam-se por meio de novos empreendimentos empenhados nessa produção de energia eólica. Um dos parques é denominado Central Eólica Volta do Rio S/A. Nesta central, foram instalados 28 aerogeradores, iniciando na Praia do Farol, que é limite entre os municípios de Acaraú e Itarema, estendendo-se até a praia do Espriado, estando a subestação de energia localizada na praia da Volta do Rio (Oliveira, 2011; Moreira *et al.*, 2015).

No Relatório de ações do Ceará (Ipece, 2022), buscando atender ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia Limpa e Acessível, a Seinfra desenvolve o Programa Matriz Energética do Estado do Ceará, que tem por objetivo a promoção da segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no estado.

¹⁰ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/por-que-o-ceara-perdeu-posicoes-nos-ultimos-anos-em-ranking-de-energia-eolica-entenda-1.3542763>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Desenvolveram-se parcerias com a Companhia de Gás do Ceará (Cegás), o Fundo de Incentivo à Eficiência Energética (FIEE), a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), as Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (Ceasa), a Secretaria das Cidades (Scidades), o Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb) e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (Sedet). Neste sentido, o intuito é

Garantir a autossuficiência de energia, com custo competitivo, definindo uma nova matriz energética para o Estado a partir de fontes renováveis: aproveitamento da energia eólica, solar, biomassa, biodiesel gerando energia limpa para diminuir a poluição ambiental, através da elaboração de planos de desenvolvimento dos parques de geração. Articular a criação de um programa permanente de pesquisa e desenvolvimento para se obter o domínio sobre as tecnologias de geração de energias de fontes renováveis (Ceará, 2014, p. 40).

Entre os princípios firmados no planejamento participativo para elaboração do plano de Governo do Estado do Ceará, a busca pela autossuficiência por meio das fontes renováveis torna-se uma preocupação rotineira nas elaborações de propostas de planos e ações. Em visita ao Ceará, no início de outubro de 2024, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressalta os acordos elencados na lei nº 14.993 de out/2024, que institui, segundo o artigo 1º, inciso I, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano. Visando aos investimentos voltados à produção e comercialização de combustíveis verdes, tais como os biocombustíveis e o hidrogênio verde, ressaltando o pacto internacional pela descarbonização das matrizes energéticas.

Hidrogênio verde: O futuro na produção de energia no Ceará

Denominado como HUB de Hidrogênio Verde (H2V), a nova perspectiva na geração de energia no estado do Ceará se dá nas iniciativas que envolvem a produção do hidrogênio verde, assim, em fevereiro de 2021, o projeto é lançado pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Fiec e UFC, visando transformar o território cearense em um grande fornecedor global desse tipo de combustível. Com isso, será possível a geração de emprego e renda, contribuindo diretamente para a descarbonização do planeta, um dos objetivos estipulados por diversos países do mundo até 2050 (CIPP, 2021 n.p.). O marco será a assinatura de um memorando de entendimento com a empresa australiana Energyx Energy para a construção de uma usina do combustível no CIPP, em que a empresa deverá aportar US\$ 5,4 bilhões no projeto, ao longo dos próximos anos (Fiec, 2021).¹¹

Considerada como “pilar da transformação energética mundial”, essa inovação traz uma nova perspectiva na produção de combustíveis e de energia. O H2V é um combustível universal obtido pela eletrólise das moléculas da água (H₂O) e alimentado por energias renováveis. Como afirma a Semace (2024),

Após aplicação dessa corrente elétrica contínua, as moléculas do hidrogênio e do oxigênio são separadas gerando o hidrogênio verde, que pode ser usado nas indústrias, nos transportes e no consumo doméstico. Vale ressaltar que o hidrogênio pode ser armazenado em suas formas líquida ou gasosa e transportado para outras localidades (Semace, 2024, n.p.).

Para a produção do hidrogênio verde, é necessária uma grande potência energética gerada por matrizes renováveis. De acordo com

¹¹ Disponível em: HUB de Hidrogênio Verde é lançado no Ceará com a parceria da FIEC – <https://www1.sfipec.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=139592>. Acesso em: 27 nov. 2024.

o CIPP (2021), o Ceará vem sendo referência na produção de energias renováveis e possui grande potencial na produção do H2V, desse modo, o CIPP disponibiliza toda a infraestrutura necessária para a produção e comércio desse combustível. Nesse sentido, para o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio verde, é necessária uma

Uma infraestrutura portuária com capacidade e calado operacionais adequados às operações de H2V, uma rede elétrica robusta com infraestrutura de linhas de transmissão compatível com as demandas das usinas de eletrólise, uma ampla rede de distribuição de gás que conecta todo o Complexo, desde o Terminal Portuário (píer 2) até as áreas industriais, que pode ser utilizada para o transporte de H2V entre as áreas de produção e consumo industrial e um ecossistema totalmente favorável ao desenvolvimento dessa cadeia citada (CIPP, 2021, n.p.).

O Ceará também é um dos estados com maior interesse para instalação de eólicas *offshore* – em alto-mar. Há 26 empreendimentos esperando licenciamento do Ibama e regulamentação da geração, com promessa de gerar 64,9 GW no oceano (Vargas, 2024). Logo, como a produção de hidrogênio verde demandará uma grande quantidade de energia para sua fabricação, vislumbra-se, no sistema eólico *offshore*, uma estratégia de suporte na cadeia produtiva de H2V. Além disso, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém possui uma ampla área industrial, sendo uma *joint venture* formada pelo Governo do Ceará (70%) e pelo Porto de Roterdã (30%) (Duarte; Araújo; Muniz, 2022). Essa é a única Zona de Processamento de Exportação em operação no Brasil, a ZPE Ceará, sendo um poderoso diferencial competitivo para negócios voltados à exportação, tendo em vista os incentivos fiscais que a ZPE cearense oferece (CIPP, 2021). Corroborar-se, assim, a visão de Santos (1997, 2021), ao perceber o contexto dos sistemas de engenharia aplicados à importância deles na lógica das modificações do espaço.

Figura 5 – O processo de produção do hidrogênio verde



Fonte: O Povo (Lima, 2021).

Na Figura 5, percebe-se a transformação espacial e os agentes envolvidos no processo de produção e logística de armazenamento. É evidente a articulação do poder público e privado, que, em conjunto, dialogam com as estratégias que potencializam a pauta do hidrogênio verde no estado, como também colocam o Brasil em destaque global. Ademais, segundo o próprio Governo do Estado do Ceará (2024), suas iniciativas buscam desenvolver acordos internacionais e nacionais que invistam no projeto e fortaleçam o HUB de H2V. Nos meses iniciais de 2024, já são mais de trinta acordos com instituições parcerias, empresas nacionais e estrangeiras, com uma sinalização de investimentos acima de US\$ 30 bilhões de dólares (R\$ 145,7 bilhões de reais). Desses, há quatro pré-contratos já

firmados, nos quais a previsão de investimento é de US\$ 8 bilhões (R\$ 38,8 bilhões) (Governo do Estado do Ceará, 2024).

Em julho de 2021, o governador Camilo Santana assinou o memorando de entendimento entre o Governo do Ceará e a multinacional Qair Brasil para o desenvolvimento de planta de produção de hidrogênio verde com energia elétrica gerada pelo Complexo Eólico Marítimo Dragão do Mar e um parque de energia eólica *offshore* (dentro do mar). O investimento total previsto é de US\$ 6,95 bilhões. Na ocasião, Camilo Santana lembrou que o Ceará é pioneiro no campo das energias renováveis e se pronuncia:

Estamos falando aqui do combustível do futuro, com a eletrólise da água somado com a energia solar, teremos o hidrogênio verde, uma energia limpa a ser exportada para Europa e outros países do mundo inteiro. E que deve substituir os combustíveis fósseis no futuro. Aqui o Ceará partiu na frente e criou um grupo de estudo com a Fiec, para atrair investimentos. Esse projeto da Qair é um investimento de quase 7 bilhões de dólares, que vai permitir descentralizar e que vai estimular a produção de energia renovável por todo o interior do Ceará (Governo do Estado do Ceará, 2021b).

Em dezembro de 2021, o então governador do Ceará Camilo Santana assinou o 14º memorando de entendimento para a implantação de uma planta do combustível limpo no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante. O protocolo foi firmado com a AES Brasil, uma subsidiária da AES Corporation, que é uma das maiores empresas de energia dos Estados Unidos. Camilo destacou:

Eu não tenho dúvida que a mudança da matriz energética é um passo importante para o futuro do meio ambiente e o futuro energético do Brasil. O Governo do Estado tem se empenhado fortemente para garantir as condições necessárias para que o Ceará se transforme em um grande Hub de produção de energias renováveis e de hidrogênio verde para o Brasil e para o mundo (Governo do Estado do Ceará, 2021a).

Entre as parcerias público e privado, o campo das pesquisas também foi incluído. Com isso, a parceria entre Governo do Estado, empresas privadas e universidades traz a noção de unidade, visando desenvolver pesquisas que promovam o conhecimento acerca da H2V e os potenciais impactos ao meio ambiente. Resultado disso, são publicações em conjuntas iniciativas como a publicação do livro “Construindo o Hub de Hidrogênio Verde do Ceará”, elaborado pela Fiec e o Governo de Estado do Ceará em 2024. A publicação apresenta o relatório final com os resultados dos estudos desenvolvidos ao longo do Masterplan do Hidrogênio Verde, que trazem informações sobre as oportunidades que devem surgir com a implantação dos empreendimentos de produção do H2V (Fiec, 2024). Como bem afirmaram alguns representantes que participaram da cerimônia, as discussões acerca da temática constroem a premissa de um futuro verde e com políticas energéticas sustentáveis.

Ricardo Cavalcante destacou que o documento entregue à sociedade cearense traduz o pensamento estratégico, com metodologia de construção coletiva bem delineada, que irá nortear a atuação do Hub de H2V no estado. Nesse sentido,

Esse relatório é a materialização do propósito que todos aqui temos em comum, que é aproveitar essa grande oportunidade à frente, garantindo desenvolvimento econômico e social. Nós teremos um novo Ceará, um novo Nordeste, a partir de agora. O futuro já chegou e nós precisamos estar prontos para trabalhar nele (Fiec, 2024).

De acordo com o atual governador Elmano de Freitas, a união entre Governo do Estado, Sistema Fiec, iniciativa privada e universidades tem dado a total condição para que o Ceará se solidifique como grande centro de produção do hidrogênio verde em cenário global. Nas palavras da Fiec, evidencia-se isso, conforme o trecho a seguir:

Estamos aqui hoje colhendo mais um passo das nossas discussões e pesquisas, mas sabendo que traçamos o patamar para

muito mais trabalho que teremos que fazer. Por isso é muito importante agirmos em conjunto. Nós todos aqui presentes temos a compreensão de que estamos diante de uma oportunidade histórica que nos unifica, para o bem do Ceará (Fiec, 2024).

O Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, Salmito Filho, ressaltou a qualidade dos estudos desenvolvidos ao longo do Masterplan, que resultaram em uma publicação com informações técnicas avançadas essenciais na tomada de decisões de todas as partes envolvidas no Hub do H2V. Neste sentido,

O hidrogênio verde é um projeto que tem que unir o Ceará, unir o Nordeste e unir o Brasil. É um projeto de oportunidades estratégicas para o povo cearense e para todo o povo brasileiro. Esse estudo é mais um passo importante, com pesquisadores de reconhecimento internacional, de algo que vai permear toda a economia do nosso estado. É um estudo que permite como podemos nos estruturar cada vez melhor (Fiec, 2024).

Delineou-se assim a união do público e do privado, dois agentes que dialogam em conjunto nos novos arranjos políticos que envolvem a tomada de decisões na produção de energia renovável no Ceará e no Brasil. O setor privado participa com o poder que o capital exerce nessa dinâmica, evidenciando a participação de bancos financiadores, investidores, instituições de pesquisa particular e empresários do ramo energético. Outrossim, o Estado assume o papel de facilitador, o qual busca a reunião dos agentes privados e contribui a partir dos incentivos fiscais e isenções de impostos, atraindo ainda mais o setor privado.

O Governo do Ceará assinou seu 35º memorando com empresas brasileiras e estrangeiras interessadas em produzir hidrogênio verde. Dessa forma,

Embora nem todos esses memorandos possam ser concretizados, se pelo menos um terço deles for executado, o Ceará poderá receber mais de 50 bilhões em investimentos. Carlos Alberto destacou ainda a importância de desenvolver incentivos na produção de energias renováveis, como o projeto Renda do Sol, uma ação

do Governo do Ceará que se alia a uma linha de objetivos estratégicos em prol de uma transição energética mais justa e limpa. O Programa visa auxiliar cearenses de baixa renda a aproveitar uma das maiores riquezas naturais do estado, a luz solar, em benefício de sua população mais necessitada (Semace, 2023).

Os fatores de produção são aqueles necessários à realização de um dado produto final. São os elementos que tornam possível a existência de produção, tais como capital, energia, mão de obra qualificada, matéria-prima, mercado consumidor e meios de transportes. A análise da disponibilidade e estrutura de cada um desses fatores é que orienta a instalação das indústrias em determinados lugares e outros não. Atualmente, além dos fatores já citados, os incentivos fiscais oferecidos por alguns governos também são grandes atrativos para a instalação de indústrias.

Considerações finais

Ao examinar os principais marcos na política energética no estado, evidencia-se o papel do Estado como fundamental enquanto agente de transformação, tanto na legislação quanto na modelação espacial.

Ao analisar as políticas desenvolvidas pelos governadores, evidencia-se a articulação interna que visa à eletrificação do estado do Ceará, visto que, em um primeiro momento, pensou-se na infraestrutura para a recepção da energia elétrica sobretudo a Chesf. Logo, quando ocorre a vinda da energia de Paulo Afonso para a região do Cariri, Fortaleza e Sobral, vislumbra-se uma mudança significativa aplicada ao modo de vida cearense e na produção industrial.

Dentre as mudanças acometidas, ressaltam-se aquelas ocorridas na capital Fortaleza, onde a dinâmica da cidade com os bondes, ônibus e trens elétricos modificou a forma de se locomover, impactando diretamente na mobilidade da população. Governos como o de Plácido Castelo e de César Cals tiveram impacto significativo na eletrificação rural, elevando os investimentos na infraestrutura,

consolidando as políticas energéticas no estado e o gerenciamento na distribuição elétrica. Aos poucos, tanto a cidade quanto o meio rural foram se adaptando à energia elétrica.

Outrossim, evidenciamos um novo momento nas políticas energéticas. Dada a urgência climática e ambiental, é necessário se desvincular de matrizes energéticas não renováveis e de alto impacto ao meio ambiente. Assim, percebemos os esforços nacionais pelo incentivo e investimento nas matrizes renováveis, destaca-se primordialmente o Ceará com as políticas de investimento do hidrogênio verde. Espera-se que os investimentos feitos nos últimos anos no H2V se mostrem promissores. Sendo o Ceará palco dessas inovações, espera-se que tais investimentos possam surtir efeitos positivos para o Brasil colocando-o em evidência no cenário global.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEÓLICA). *Boletim de Geração Eólica*. 2023. Disponível em: <https://abeeolica.org.br/energia-eolica/dados-abeeolica/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ (ADECE). *Atração de Investimentos no Estado do Ceará – Mapa Territorial de Parques Eólicos*. Fortaleza: ENGEMEP, 2010. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/5-energia>. Acesso em: 15 nov. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *Matriz energética do Brasil*. 2014. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1321639205.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *Atlas de energia eólica do Brasil*. Brasília: ANEEL, 2005. 243 p.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *Banco de Informações da Geração (BIG)*. 2019. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ARAÚJO, Júlio César Holanda. *As tramas da implementação da energia eólica na zona costeira do Ceará: legitimação e contestação da “energia limpa”*. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (ALECE). *Governadores do Ceará: registros biográficos*. Memorial Deputado Pontes Neto. Fortaleza: Inesp, 2017.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Cronologia ilustrada de Fortaleza: roteiro para um turismo histórico e cultural*. Fortaleza: BNB, 2001. v. 1.

BRASIL. Ministério de Minas e Energias. *Série histórica – Produção de energia: dados estaduais, 2022*.

CEARÁ. *Os 7 Cearás: síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do plano de governo*. 2014. Disponível em: <https://aprece.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Plano-de-Governo.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CIRINO, Miguel Adriano Gonçalves *et al.* Caracterização e avaliação da atividade pozolânica das cinzas provenientes da queima de carvão mineral das termelétricas do Pecém, Ceará, Brasil. *Matéria*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. e13090, 2021.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ (COELCE). *Relatórios anuais*. Fortaleza, 2016.

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP). *Institucional*, 2021. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/institucional/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. *Capítulos de geografia histórica de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

DAMASCENO, Bruna. Termelétrica do Pecém prevê investimento de até R\$ 4 bilhões para transição energética no Ceará. *Diário do Nordeste*, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/bruna-damasceno/termelétrica-do-pecem-preve-investimento-de-ate-r-4-bilhoes-para-transicao-energetica-no-ceara-1.3549364>. Acesso em: 5 jan. 2025.

DUARTE, Francisco Tiago Silva; ARAÚJO, Francisca Laryssa Feitosa; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Questões hídricas e energéticas e seus impactos socioambientais no entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará. In: SILVA, Giovanna de Castro *et al.* (org.). *Planejamento e gestão territorial em suas diversas amplitudes*. São Luís: EDUFMA, 2022. v. 5, p. 296-305.

EMPRESA DE PESQUISAS ENERGÉTICAS (EPE). *Balanco Energético Nacional 2017: relatório síntese – ano base 2016*. Rio de Janeiro: EPE, 2017.

ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ (ENEL). Informações gerais. *Enel Ceará*, 2023. Disponível em: <https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores/enel-distribuicao-ceara/informacoes-gerais.html>. Acesso em: 13 out. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ (FIEC). *Capacidade de geração de energia no Ceará por fonte*. Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://www.observatorio.ind.br/inteligencia-de-dados>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ (FIEC). *HUB de Hidrogênio Verde é lançado no Ceará com a parceria da FIEC*. Fortaleza, 2021. Disponível em: HUB de Hidrogênio Verde é lançado no Ceará com a parceria da FIEC - <https://www1.sfipec.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=139592>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ (FIEC). *Sistema FIEC e Governo do Ceará lançam livro de relatório final do Masterplan do Hidrogênio Verde no Ceará*. 2024. Disponível em: <https://www1.sfiiec.org.br/fiec-80/noticias/search/162775/sistema-fiec-e-governo-do-ceara-lancam-livro-de-relatorio-final-do-masterplan-do-hidrogenio-verde-no-ceara>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GOMES, Assis Daniel. *Faça-se luz: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972)*. 2016. 315 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian. Caminhos para uma gestão participativa dos recursos energéticos de matriz renovável (parques eólicos) no nordeste do Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 15, p. 101-115, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/JRtprDJnXZT3kfDx3Dw8qy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Hub do Hidrogênio Verde: com 14º memorando de entendimento assinado, Ceará amplia a capacidade de produção do combustível do futuro*. *Casa Civil*, 2021a. Disponível em: <https://www.casacivil.ce.gov.br/2021/12/13/hub-do-hidrogenio-verde-com-14-memorando-de-entendimento-assinado-ceara-amplia-a-capacidade-de-producao-do-combustivel-do-futuro/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Governo do Ceará e Qair Brasil assinam acordo para desenvolvimento de projetos de energias renováveis com investimento de US\$ 6,95 bilhões e geração de 2.600 empregos*. 2021b. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/07/06/governo-do-ceara-e-qair-brasil-assinam-acordo-para-desenvolvimento-de-projetos-de-energias-renovaveis-com-investimento-de-us-695-bilhoes-e-geracao-de-2-600-empregos/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Com grande potencial em energias renováveis, o Ceará está se tornando a Casa do Hidrogênio Verde*. 2024. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/01/01/com-grande-potencial-em-energias-renovaveis-o-ceara-esta-se-tornando-a-casa-do-hidrogenio-verde/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Relatório ODS. *Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as ações do Governo do Ceará: ODS 7 – Energia Limpa e Acessível*, Nº 07/2022. Fortaleza, Ceará: Ipece, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Panorama da produção de energia elétrica no estado do Ceará: um enfoque para a matriz eólica*. Fortaleza, Ceará, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Cadeia produtiva da energia elétrica no Ceará*. Governo do Estado do Ceará, 2004. (Série Texto para discussão, nº 15).

LIMA, Armando de Oliveira. Estado já negocia com dez multinacionais para o hub de hidrogênio verde. *O Povo*, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2021/04/03/estado-ja-negocia-com-dez-multinacionais-para-o-hub-de-hidrogenio-verde.html>. Acesso em: 23 nov. 2024.

LIRA, Marcos Antônio Tavares *et al.* Contribuição dos sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica para a redução de CO₂ no estado do Ceará. *Revista Brasileira de Meteorologia*, São José dos Campos, v. 34, n. 3, p. 389-397, 2019.

MORAES, Cristiano Vieira de. *Um estudo sobre regulação do setor elétrico no Brasil e preços de Ramsey-Boiteux: o caso do estado do Ceará*. 2007. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MOREIRA, Roselia Nunes *et al.* *Impactos socioambientais e econômicos da energia eólica no interior do Ceará*. São Paulo: Engema, 2015. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/397.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2024.

OLIVEIRA NETO, Ezequiel Marinho de. *Panorama da iluminação pública no Brasil: estudo de caso no município de Fortaleza*. 2017.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 6. ed. 3. reimp. São Paulo: Edusp, 2021.

SCHLICKMANN, Flávio. *As mudanças no marco regulatório do setor elétrico brasileiro e os impactos sobre as cooperativas de eletrificação: o caso da CEGERO*. 2018. 220 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. Um painel esplêndido e fantástico: a luz de gás na formação da paisagem urbana (Fortaleza-Ceará, anos 1860 a 1930). *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, v. 10, n. 24, p. 223-244, 2024.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMACE). *Com grande potencial em energias renováveis, o Ceará está se tornando a Casa do Hidrogênio Verde*. Secretaria do Meio Ambiente e mudanças do Clima. 2024. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2024/01/03/com-grande-potencial-em-energias-renovaveis-o-ceara-esta-se-tornando-a-casa-do-hidrogenio-verde/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (SEMACE). *“Investimentos em Hidrogênio Verde no Ceará podem chegar a 50 bilhões”*, destaca superintendente da Semace na

COP28. 2023. Disponível em: <https://www.semace.ce.gov.br/2023/12/05/investimentos-em-hidrogenio-verde-no-ceara-podem-chegar-a-50-bilhoes-destaca-superintendente-da-semace-na-cop28/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

VARGAS, Paloma. Por que o Ceará perdeu posições nos últimos anos em ranking de energia eólica? *Diário do Nordeste*, 7 ago. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/por-que-o-ceara-perdeu-posicoes-nos-ultimos-anos-em-ranking-de-energia-eolica-entenda-1.3542763>. Acesso em: 27 nov. 2024.

VERAS, Mônica Patrícia Lira. *Impactos da privatização no setor elétrico do estado do Ceará: um estudo de caso na empresa Coelce*. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35456/1/2016_tcc_mplveras.pdf. Acesso em: 7 jan. 2025.

VICELMO, Antônio. Abertos 50 anos da energia de Paulo Afonso. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 30 dez. 2010.

A TRANSIÇÃO ECONÔMICA E SEUS REFLEXOS URBANOS

da indústria aos serviços no Ceará

José Átila Abreu de Sousa

A configuração da forma urbana pós-moderna é profundamente influenciada por transformações significativas na economia global. Um aspecto crucial dessa metamorfose é a transição do domínio industrial para um modelo econômico centrado nos serviços. Esse processo está associado à substituição do paradigma fordista-keynesiano por um modelo de acumulação flexível, como elucidado por Barata Salgueiro e Cachinho (2002). Harvey (2005), por sua vez, argumenta que a acumulação flexível, baseada na adaptabilidade dos processos produtivos, produtos e padrões de consumo, possibilita um afastamento das limitações impostas pela padronização e estabilidade. Em vez disso, promove a valorização da diversidade, da efemeridade, do espetáculo, da moda e da mercadorização das expressões culturais. Essas mudanças têm repercussões diretas na paisagem urbana, manifestando-se na variedade de espaços comerciais, residenciais, financeiros e de escritório, que, direta ou indiretamente, sustentam a cultura do consumo (Barata Salgueiro, 2002), conformando grande parte das morfologias urbanas contemporâneas.

No estado do Ceará, situado na região Nordeste do Brasil, as dinâmicas associadas à produção e reprodução do capital, em consonância com as transformações econômicas que o estado tem experimentado ao longo do tempo, evidenciam uma transição gradual de uma economia predominantemente fundamentada nos setores primário e secundário para uma economia cada vez mais orientada pelo setor terciário. Em face desse cenário, torna-se imperativo realizar uma análise detalhada dos indicadores econômicos em diferentes escalas, com o intuito de discernir a lógica subjacente à redução da participação da indústria na economia cearense e ao aumento da relevância do setor terciário na contemporaneidade.

O estudo da evolução econômica do Ceará revela uma trajetória rica e multifacetada, evidenciando como o estado se adaptou e se transformou ao longo dos séculos. Conforme elucidada Sousa e Medeiros (2021), o primeiro momento foi marcado pela atividade pastoril no século XVIII, que não só estabeleceu as bases para a formação das cidades, mas também sinalizou o início de uma identidade econômica distinta, apesar da dependência da produção de cana-de-açúcar nas províncias vizinhas. A mudança para o segundo período, que abrange desde meados do século XIX até a década de 1980, reflete uma fase de coexistência entre a pecuária e a produção algodoeira, o chamado binômio gado-algodão (Muniz, 2016). Tal aspecto sinalizava uma diversificação das atividades econômicas, mas ainda sem grandes alterações estruturais.

Conforme os autores mencionados, foi a partir da década de 1980 que se observou uma transformação decisiva, com a inserção do Ceará em uma nova lógica de modernização econômica. A liderança do Centro Industrial do Ceará, sob a batuta do Governador Tasso Jereissati, trouxe uma abordagem inovadora ao incorporar, além do setor agrícola moderno, a indústria e o turismo como vetores essenciais para o desenvolvimento regional (Costa; Amora, 2009). O turismo, por sua vez, “é apresentado como atividade econômica rentável, dado norteador das políticas públicas do Estado” (Dantas, 2020, p. 36), ações essas que

podem ser observadas desde os primórdios dessa prática até os dias atuais.

É válido destacar que essa lógica baseada na reestruturação produtiva e socioespacial, implementada por grupos empresariais da época que comandavam o chamado Centro Industrial do Ceará, CIC, tendo à frente o Governador Tasso Jereissati, não teve seu desenvolvimento de forma uniforme no território, pois:

Privilegiou determinados espaços do território cearense, sejam por fatores naturais, sejam por condições econômicas pré-existentes, (áreas onde já havia indústrias, irrigação, infraestrutura) além de outros fatores como a lógica de planejamento do desenvolvimento cearense (Sousa; Medeiros, 2021, p. 117).

Esse breve resgate das fases econômicas do Ceará nos ajuda a vislumbrar como cada etapa contribuiu para a configuração atual do estado e como a modernização buscou não apenas diversificar, mas também fortalecer a economia regional em um cenário globalizado, haja vista que toda essa movimentação desencadeada no Ceará, consoante Kon (1997), estava alinhada com as tendências da economia global, que promoviam a globalização da produção e do consumo, a flexibilização dos processos produtivos, uma nova configuração da divisão internacional e social do trabalho, além de políticas voltadas para o ajuste fiscal e a estabilidade das finanças públicas. Ao examinarmos a evolução econômica do Ceará, constatamos que essas dinâmicas são observadas desde o final da década de 1980, quando, conforme asseguram Elias e Pequeno (2013, p. 96) “[...] é visível sua reestruturação econômica e, conseqüentemente territorial, com objetivos claros de inserir-se na lógica da produção e do consumo globalizados”. Para além dessas questões globais, o estado ainda vivenciava, durante as fases de sua evolução econômica, uma situação à parte com sua capital Fortaleza, a qual desempenhava um papel macrocefálico com forte papel polarizador de Fortaleza sobre a rede urbana do espaço cearense:

A exemplo desse processo, de acordo com o IPEADATA (2020), em 1970, Fortaleza representava 65,48% do Valor Adicionado de Serviços do PIB cearense, enquanto em 2008 (último ano da série produzida pelo IPEA), a participação de Fortaleza caiu para 51,38%. Esse decréscimo demonstra que, apesar da capital representar mais da metade do PIB de serviços do estado à época, uma boa parte passou a pertencer a outras cidades (Sousa; Medeiros, 2021, p. 117).

Conforme os citados, é naquelas cidades em que os três vetores de reestruturação já mencionados (indústria, turismo e agro-negócio) não encontram abrigo, onde o terciário vai florescer com maior evidência (p. 120). É buscando compreender o *status quo* desse processo de transformações impulsionado por e a partir da reestruturação produtiva-econômica do Ceará com consequências no urbano, nas relações de trabalho que se estabelecem os levantamentos e análises com foco nos indicadores econômicos cearenses, analisando bases de levantamentos e avaliando a participação e relevância dos três principais setores da economia do estado.

A representatividade do terciário na economia do Ceará

Conforme estudamos a evolução econômica do estado do Ceará, compreendemos como cada período e etapa serviu de base para o desenvolvimento dos aspectos atuais, sobretudo aqueles ligados à impulsão experimentada pelo setor terciário cearense, que, embora não seja um dado novo, refletiu-se nos últimos anos em grandes saltos de participação em indicadores como o PIB e as taxas de empregabilidade no Ceará. Essa terciarização¹ observada, especialmente aquela ligada ao comércio e aos diversos serviços, com ressaltos para educação e saúde, serve como mote para análises que

¹ A terciarização pode ser definida como um “processo de crescimento relativo acelerado das atividades terciárias, que resulta num incremento considerável de seu produto em relação ao crescimento do produto dos demais setores” (Kon, 1992, p. 47).

compreendem desde as transformações territoriais às modificações do acesso a oportunidades de trabalho, melhoria de renda, entre outras várias questões. Todavia, o presente trabalho dedica-se a reunir e analisar uma série de dados estatísticos de natureza secundária, compreendendo períodos específicos de 2002 a 2023 que procuram elucidar e visibilizar as contribuições do terciário na economia cearense.

Para fins de melhor aproximação com a temática e antes de iniciarmos a apresentação dos dados coletados, cabe uma breve compreensão do conceito com o qual nos propusemos trabalhar neste artigo: o terciário. Quanto a isso, temos que a conceituação do setor terciário ou de serviços não é amplamente consensual na literatura acadêmica. Lipietz (1988, p. 2), sob uma perspectiva marxista, define o setor terciário como “[...] aquilo que não está relacionado com a produção de mercadorias dentro do processo de valorização do capital”.

Em contraste, Kon (1992) argumenta que, no sistema capitalista, qualquer atividade que produza recompensa monetária deve ser considerada produtiva, uma vez que contribui para a geração de mais-valia no sistema econômico. Assim, Kon refuta a ideia de que o setor terciário seja apenas uma atividade residual da indústria ou das atividades primárias. A autora também ressalta que o setor terciário se distingue das atividades manufatureiras e que seu crescimento provoca uma mudança significativa na estrutura da economia moderna (Kon, 1999, p. 71). Conforme pontua Santos (2004, p. 200):

A noção de atividade terciária é uma herança direta da divisão tripartite da economia, proposta por Colin Clark (1957), quando apresentou a existência de três setores da economia – primário, secundário e terciário – e os delimitou formalmente.

Segundo Silva (2005, p. 66), essa delimitação formal do setor terciário define como atividades próprias desse setor o comércio e os serviços, não incluindo outras atividades que se situavam na fronteira entre o setor secundário e o próprio setor terciário, como o faz Milton Santos na sua abordagem do circuito inferior nos países subdesenvolvidos. Tendo em vista isso, estabelece-se um levantamento

dos indicadores da economia em escalas diferentes de modo a identificar essa lógica do recuo da indústria e crescimento das atividades de comércio e serviços, começando pelos dados do Estado do Ceará, afunilando e expandindo o olhar conforme direcionado pelos dados.

Diante dessas e de outras colocações, podemos compreender que o setor terciário é composto por atividades essencialmente urbanas que não produzem mais-valia pela transformação direta de bens, embora participem do processo econômico. Caracterizam-se por serem intangíveis, não passíveis de armazenamento e realizadas de forma simultânea (Kon, 2000), englobando, portanto, uma série de atividades, desde o comércio até os serviços educacionais. Tendo visto essas concepções, passamos às proposições seguintes do presente do trabalho.

Conforme anteriormente mencionado, o setor terciário se destaca pela sua contribuição significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) do estado e pela geração de empregos. Concordantes com Teles (2005) e Della Rosa (2020), pontuamos que “o setor terciário é um dos setores de suma relevância na cadeia produtiva”, com impactos substanciais de “natureza social que reverberam diretamente na vida das famílias e da economia do país”.

Em 2016, observou-se, por meio dos estudos de Neto (2018), que a economia do estado do Ceará estava sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,1%), seguidos das atividades da Indústria (19,2%) e da Agropecuária (4,7%). Entretanto, nossa análise se expandirá em temporalidade buscando fontes de dados em períodos e fontes diversas: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Levantamentos de Dados Econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (Ipece), por meio de instrumentos como a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), Ademais, foram coletadas informações do estudo: Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2019 (dezembro/2021), construído com

base nos relatórios da Diretoria de Estudos Econômicos (Diec) e da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Governo do Estado do Ceará.

Em avaliação aos dados disponibilizados pela Diec, constatamos que houve um ganho de participação no setor de Serviços do estado do Ceará, indo de 69,82%, em 2002, para 77,80%, em 2019, contrastando com quedas de 7,53% para 5,14% na Agropecuária, e de 22,65% para 17,05% na Indústria, no mesmo período. A pesquisa acrescenta que a Agropecuária cearense, em 2019, apresentou um crescimento de 9,79%, na mesma direção, os Serviços cresceram 1,47%, e a Indústria geral avançou 1,70%, na comparação com o ano anterior.

No setor de Serviços, o crescimento é explicado pelas Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares e pela Atividade de Alojamento e Alimentação. Já na indústria, o segmento da eletricidade, gás, água e esgoto foi o principal responsável pelo desempenho positivo do setor (Ipece, 2021c). Desse modo, a composição estrutural da economia cearense, no ano de 2021, ficou a seguinte: Serviços (77,80%), Indústria geral (17,05%) e Agropecuária (5,14%). O levantamento, “Indicadores Econômicos do Ceará 2021” 2 do Ipece-IBGE reforça:

O crescimento de 1,4% da economia brasileira em 2019 foi reflexo do desempenho de seus três setores: I) agropecuária (0,6%), II) indústria (0,4%), III) serviços (1,7%), com destaque para as seguintes atividades: Informação e comunicação (5,2%), Atividades imobiliárias avançou (2,2%), Comércio (1,9%), Outras atividades de serviços (2,6%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%) e Transporte, armazenagem e correio (0,8%), mostrando variação positiva (Ipece, 2021a, p. 7).

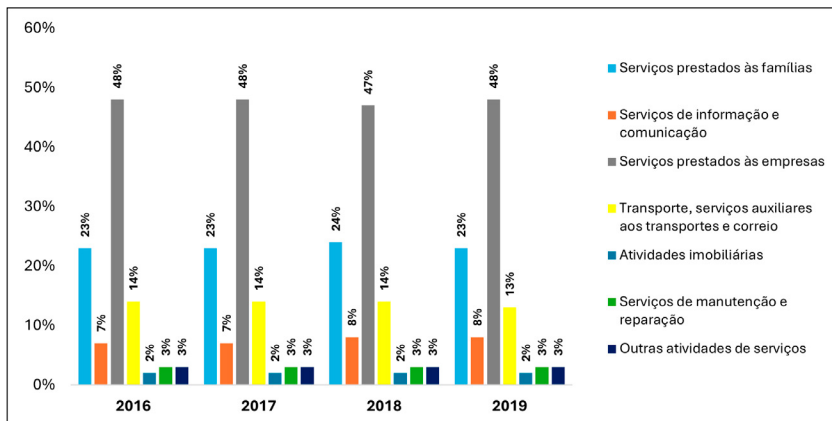
Verificamos, portanto, o destaque dos números referentes aos Serviços em nível nacional, crescendo 1,7% em comparação com a indústria nacional, que cresceu 0,4%. No Ceará, o Ipece

(2019) destaca: “os serviços que apresentam a maior quantidade de empresas são os serviços prestados às famílias e os serviços prestados às empresas”. Tomados conjuntamente, esses dois segmentos, no ano de 2018, representaram 70% das empresas que compõem a PAS; no ano de 2019, houve somente uma leve queda de 1% nesse total (Ipece, 2021a, p. 43). Na série histórica de 2016 a 2019, realizada pelo estudo “Indicadores Econômicos do Ceará 2021” sob a classificação de referência da PAS, a qual tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), observou-se o comportamento dos sete agrupamentos que compõem a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) no estado do Ceará:

Serviços prestados às famílias; Serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação e outras atividades de serviços (Ipece, 2021a, p. 40).

A pesquisa concluiu que, para o critério de Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2016 a 2019, por exemplo, os maiores percentuais foram os seguintes: serviços prestados às empresas; serviços prestados às famílias; informação e comunicação; transportes; e outras atividades de serviços, ao lado de manutenção, reparação e atividades imobiliárias. Em relação aos serviços prestados às famílias, sua participação fica em torno de 23%, representando mais de 1/3 das empresas do estado – participação de 37% em 2018 e 2019. No caso do segmento dos serviços de informação e comunicação, em 2019, cerca de 8% das pessoas ocupadas e das empresas existentes, eram desse segmento. O gráfico a seguir ilustra essas informações, focando a distribuição percentual de pessoal ocupado.

Gráfico 1 – Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará 2016-2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: Ipece (2019).

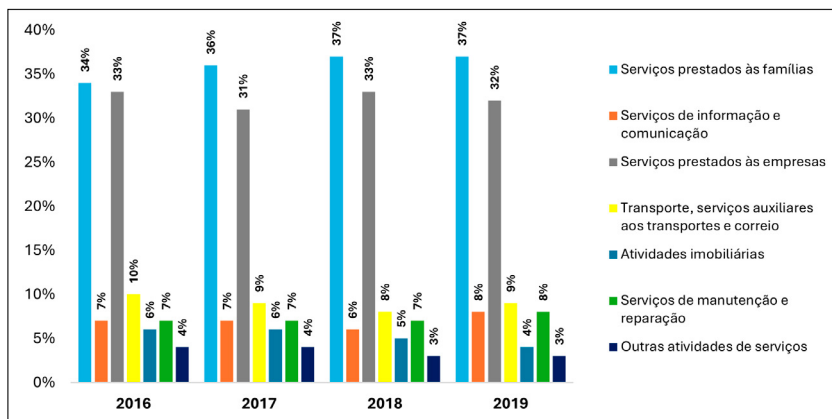
O segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares, além de ser a parcela com maior número de empresas (Gráfico 2), é também o de maior quantitativo de pessoas ocupadas. Analisando o gráfico acima, vemos que o segundo e o terceiro segmento que apresentam o maior quantitativo de pessoas ocupadas são também os mesmos segmentos que apresentam o maior percentual do número de empresas (vide Gráfico 2), sendo eles, os serviços prestados às famílias e o de transportes. No caso do primeiro, deve-se observar que a quantidade de empresas é maior do que o percentual de pessoas ocupadas.

De fato, cerca de 23% das pessoas ocupadas estão nos serviços prestados às famílias, com 30% das empresas em toda a série histórica. No caso dos transportes sua participação em termos de pessoal ocupado gira em torno de 20%, valor bem próximo do que emprega os serviços prestados às famílias (Ipece, 2021a, p. 45).

Em relação à variável “Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2016 a 2019”, os serviços que apresentam a

maior quantidade de empresas são os serviços prestados às famílias e os serviços prestados às empresas. Tomados conjuntamente, esses dois segmentos, no ano de 2018, representaram 70% das empresas que compõem a PAS.

Gráfico 2 – Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará 2016-2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: Ipece (2019).

Como se observa no gráfico acima, o setor hegemônico cearense são os serviços prestados às famílias, tendo inclusive ganhado mais participação nos anos de 2018 e 2019, atingindo a marca dos 37%. O segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é o terceiro em participação no número de empresas, mas com apenas 9% para o ano de 2019, sobre isso, o Ipece (2021a, p. 44) afirma que “esse segmento apresenta alta participação de receita, mas baixa participação em termos de número de empresas na PAS do Estado do Ceará”.

Quadro semelhante se repete para o segmento de informação e comunicação. O Gráfico mostra uma participação variando entre 6% a 8% na composição das empresas do setor, mas com participação da receita bruta operacional dos serviços do Estado acima de 1/5 nesse período (Ipece, 2021a, p. 44).

Em levantamentos feitos nessas bases de dados para períodos mais recentes, temos que, consoante ao relatório da PAS – Ipece/IBGE do ano de 2022, no primeiro trimestre daquele ano, constatou-se que os serviços prestados às famílias cresceram impressionantes 50,6%. Aprofundando a análise, a pesquisa mostra que o segmento de transportes cresceu 3,9% após vários trimestres de forte desempenho. Outro setor que tem se destacado são os serviços de Informação e Comunicação. Segundo o levantamento, juntos formam um segmento com elevada participação na receita operacional líquida nacional (1/5), representando 8% das empresas que compõem os serviços da PAS.

Outra fonte de dados consultada foi a “Série Ipece Conjuntura: boletim da Conjuntura Econômica Cearense de 2022”,² da qual foi possível extrair dados que novamente confirmam o crescimento do setor de serviços e a diminuição da participação da indústria em indicadores de emprego, renda, PIB, entre outros. Essa série concluiu, por exemplo, que, no primeiro trimestre do ano, a Indústria de transformação no Ceará voltou a registrar resultado negativo para evolução da sua produção física. Entre os meses de janeiro a março de 2022, a redução na produção foi de -12,8% na comparação com o mesmo período de 2021. Em contrapartida, dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE revelam que o segmento cresceu 15,2% no primeiro trimestre do ano de 2022, representando a quarta alta seguida do setor quando se compara ao mesmo período do ano anterior.

Ademais, no acumulado do primeiro trimestre de 2022, o setor de serviços foi novamente o que mais gerou empregos formais no mercado de trabalho cearense, pelo segundo ano consecutivo,

² A Série Ipece Conjuntura, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), apresenta inicialmente uma análise do cenário econômico nacional e internacional que serve para fundamentar a reflexão sobre o desempenho das atividades econômicas cearenses. O referido documento aborda diversos temas analisando indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense a partir das três grandes atividades: agropecuária, indústria e serviços. Ademais é feita uma análise sobre a dinâmica do mercado de trabalho formal e informal cearense e do comércio exterior local realizando uma análise comparativa com o país.

gerando um total de 7.257 vagas, seguido pela indústria (+1.853 vagas). O estudo reforça ainda que, em termos de contribuição com o PIB do Brasil, o setor de Serviços também alcançou destaque.

O valor adicionado dos Serviços cresceu 3,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. As atividades que apresentaram alta foram: Outras atividades de serviços (12,6%), influenciada pela retomada da demanda por serviços presenciais, Transportes (9,4%) e Administração Pública (2,9%) (Ipece, 2022a, p. 7).

A Indústria, por sua vez, apresentou queda de -1,5%, tendo a Indústria de Transformação (-4,7%) registrado a maior queda. Referente ao bom desempenho do PIB brasileiro no recorte temporal observado, o estudo apresenta que, “na comparação do primeiro trimestre de 2021, em relação ao quarto trimestre de 2020, trabalhando se com as séries dessazonalizadas, o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 1,0%”, explicada essa expansão econômica “pelo crescimento registrado nos Serviços (1,4%) e Indústria (0,1%) e pela queda na Agropecuária (-0,9%). Trazendo para a esfera estadual, o levantamento concluiu que, em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do primeiro trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, os Serviços foram o único setor que registrou crescimento (4,45%), com todas as suas atividades tendo registrado expansões. Em direção oposta, a Agropecuária (-0,95%) e a Indústria (-8,64%) apresentaram retrações.

Quando se compara um trimestre em relação ao imediatamente anterior, na comparação do primeiro trimestre de 2022 em relação ao quarto trimestre de 2021, o PIB do Ceará apresentou leve crescimento de 0,16%. Na análise dos setores da economia cearense, a Agropecuária teve queda de 4,25%, o setor da Indústria apresentou uma retração de 3,99%, enquanto os Serviços expandiram em 1,27% (Ipece, 2022a, p. 10-11).

Nos dados do “Boletim Conjuntura do 3º trimestre de 2022” e do levantamento do “Farol da Economia Cearense” (Ipece, 2022d),

os indicadores do desempenho dos serviços indicam, conforme dados da Pesquisa Mensal dos Serviços, que os segmentos de serviços empresariais não financeiros do Ceará registraram uma taxa de crescimento de quase 7% nesse terceiro trimestre de 2022, quando comparados ao mesmo trimestre do ano anterior. No trimestre em questão, o estudo revela:

O valor adicionado dos Serviços cresceu 4,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os destaques positivos foram registrados em: Outros serviços (9,8%) e Transporte, armazenagem e correio (8,8%). As demais atividades também apresentaram crescimento: Comércio (2,0%), Administração Pública (1,5%) e Intermediação Financeira (1,7%) (Ipece, 2022b, p. 7).

Na esfera estadual, a situação do Ceará, nesse trimestre, é expressa, novamente, pelo crescimento do setor da Agropecuária e Serviços. Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do terceiro trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, os resultados positivos foram verificados nos setores da Agropecuária (13,15%) e Serviços (0,51%), puxados pelas atividades de Alojamento e alimentação (18,65%), outros serviços (9,99%) e Transportes (4,39%) (Ipece, 2022b, p. 11).

Dos quatros segmentos que tiveram desempenho positivo, mais uma vez, o destaque foram os serviços prestados às famílias, com crescimento de 29%. “De fato, nos dois primeiros trimestres de 2022, o segmento havia crescido 50,6% e 88,4%” (Ipece, 2022b, p. 25). No entanto, deve-se considerar que a taxa de 29% já ocorreu numa base extremamente alta dado que o crescimento do terceiro trimestre de 2021 havia sido 50,8%. Os outros dois segmentos que apresentaram desempenho positivo foram os de transportes, serviços auxiliares aos transportes, correio e outros serviços com taxas de 7,4% e 7,3%, respectivamente. No geral, nesse 3º trimestre de 2022, o setor de serviços novamente apresentou crescimento, de 0,51%. No entanto, a indústria apresentou um recuo de 5,97%, em relação ao mesmo período de 2021.

No tocante à geração de empregos, o Relatório Ipece Conjuntura do 3º Trimestre de 2022 traz os seguintes dados: as atividades que mais contribuíram para a geração de empregos formais no mercado de trabalho formal cearense foram “Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; Indústrias de Transformação; Comércio e Construção”. Esses dados revelam que a geração de vagas de trabalho está bem espalhada entre as atividades econômicas do estado no período. Porém, em análise anual, o estudo reforça o destaque do setor de serviços na geração de empregos:

o grande responsável pela geração de emprego formal na economia cearense continuou sendo o setor de serviços com mais de 40 mil vagas criadas, seguido pelo total da indústria geral que gerou aproximadamente 21 mil vagas (Ipece, 2022b, p. 41).

Em relação a dados do PIB do país, de acordo com a projeção da Secretaria de Política Econômica – SPE, do Ministério da Economia, divulgada no Boletim Macro Fiscal de novembro, estimava-se que o PIB brasileiro cresceria 2,7% em 2022. Essa

projeção foi mantida no mesmo patamar da divulgada no Boletim de setembro, influenciada pelos resultados positivos dos indicadores mensais do segundo semestre, da perspectiva de continuidade de crescimento do setor de serviços e da força apresentada pelo mercado de trabalho (Ipece, 2022d, p. 7).

Já para o ano de 2023, a projeção de crescimento foi reduzida de 2,5% para 2,1%, influenciada, principalmente, pela piora das condições financeiras externas, com o aumento da taxa de juros norte-americana. Até essa parte dos levantamentos já se somam dados mais do que suficientes para comprovar a ideia de proeminência no crescimento do setor de serviços e o também constatado, porém não muito explorado neste artigo, recuo da indústria em praticamente todos os âmbitos averiguados.

Desse modo, evidenciamos, por meio dessas análises, a pujança e importância do setor de serviços na economia do estado do Ceará, constatando-se seus rebatimentos positivos em indicadores como PIB, geração de empregos e na renda da população cearense. Quanto aos reflexos no urbano, os serviços se evidenciam nas paisagens citadinas de forma contundente, emergem nos núcleos urbanos, desde os pequenos centros às grandes metrópoles, acarretam a confluência de variados fluxos materiais e imateriais no espaço urbano, manifestam-se nas mais facetadas formas, serviços de educação, de transporte, de administração, financeiros, clínico-hospitalares entre tantos outros, alinhando fluxos e moldando as formas do urbano contemporâneo.

Considerações finais

A análise da economia do estado do Ceará revela uma evolução significativa no papel do setor terciário. Esse setor, caracterizado principalmente por atividades urbanas e serviços, tem se destacado cada vez mais no contexto econômico regional. Sua importância é evidente tanto na contribuição para o PIB quanto na geração de empregos, sinalizando uma mudança no perfil econômico do estado que, tradicionalmente, era dominado pelos setores primário e secundário.

A presente análise quantitativa teve por objetivo analisar o impacto e a evolução do setor terciário no Ceará, destacando suas principais características e o papel fundamental que desempenha na estrutura econômica regional. Por meio de uma abordagem detalhada dos dados, procuramos entender as tendências atuais e as implicações futuras do crescimento do setor, evidenciando como ele molda o panorama econômico do estado.

A crescente proeminência do setor terciário reflete não apenas uma diversificação das atividades econômicas, mas também uma transformação estrutural significativa na economia do Ceará. Esse setor tem se expandido de maneira notável, indicando uma adaptação às novas demandas do mercado e uma reconfiguração das prioridades econômicas regionais. A análise dos dados demonstra que o setor terciário

está se consolidando como um pilar da economia cearense, moldando o panorama econômico atual e futuro do estado.

Para fundamentar essa análise, foram examinados dados provenientes de diversas fontes, incluindo o Ipece, a Diec, o IBGE e a Seplag. Adicionalmente, foram considerados relatórios de desempenho de indicadores econômicos que oferecem uma visão abrangente e detalhada sobre o desempenho e a evolução do setor terciário no Ceará. Essa abordagem multifacetada assegura uma compreensão robusta e precisa da crescente influência do setor terciário na economia estadual.

Os dados coletados e analisados abrangem uma temporalidade variável, com os mais recentes oferecendo uma visão atualizada do *status quo* das questões levantadas pela pesquisa que originou este artigo. Dada a versatilidade, abrangência e dinamicidade das informações, bem como as constantes transformações na economia e no território cearense, é evidente a necessidade de novas pesquisas mais aprofundadas e com atualizações contínuas para acompanhar as mudanças e assegurar uma compreensão completa da evolução econômica do estado.

Referências

AMORA, Zenilde Baima. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). *O Ceará: enfoques geográficos*. Fortaleza: Funece, 1999.

BARATA SALGUEIRO, Teresa; CACHINHO, Herculano. *Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2002. (Apontamentos de Geografia. Série Investigação, nº 14).

BARATA SALGUEIRO, Teresa; CACHINHO, Herculano. *Cidade pós-moderna: espaço fragmentado*. *Revista Território*, v. 3, n. 4, p. 39-53, jan./jun. 1998.

BEZERRA, Eciane Soares da Silva. *O mercado metropolitano de confecção nos circuitos da economia urbana de Fortaleza-CE*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRASIL, Cristina Índio do. IBGE: empresas de serviços não financeiros cresceram 1,6% em 2019. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/ibge-empresas-de-servicos-nao-financeiros-cresceram-16-em-2019#:~:text=As%20atividades%20das%20empresas%20prestadoras,auxiliares%20aos%20transportes%20e%20correio%2C>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Sistema Público de Emprego e Renda – Dados por Município do Ministério do Trabalho*. Verif. anual 2016.

CACHINHO, Herculano; BARATA SALGUEIRO, Teresa. *Os sistemas comerciais urbanos em tempos de turbulência: vulnerabilidades e níveis de resiliência*. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, 2015.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL), 12., 2009. Montevideú, Uruguai. *Anais [...]*. Montevideú, Uruguai: Associação de Geógrafos da América Latina, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Metamorfoses do setor terciário e terciarização contemporânea. *Mercator*, Fortaleza, ano 6, n. 12, p. 18-24, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>. Acesso em: 25 set. 2013.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Comércio ambulante no Centro de Fortaleza-CE (1975-1995)*. 1995. Dissertação (Mestrado

em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Metamorfoses do setor terciário e terciarização contemporânea. *Mercator*, Fortaleza, ano 06, n. 12, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Clélia Lustosa; SILVA, Carlos Lucas Sousa da. Fortaleza, de uma contaminação derivada dos lugares turísticos à transformação dos espaços de moradia em territórios de adoecimento e de morte. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, v. 45, 2020. Disponível em: journals.openedition.org. Acesso em: 3 dez. 2023.

DELLA ROSA, Fernanda Mendes. *O setor de serviços e a produtividade no Brasil*. São Paulo: Conselho Federal de Economia, 2020.

DIRETORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS (DIEC). *IPECE - Pesquisa por anos selecionados 2019, 2020, 2021, 2022*. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/DIEC>. Acesso em: 3 dez. 2023.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Economic restructuring and the new political economy of urbanization in Ceará/Brazil. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, 30 ago. 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: acumulação flexível – transformação sólida ou reparo temporário*. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE*. 2018a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36477.pdf> CNAE ibge 2018. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Anual do Comércio*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 1-60, 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9075-pesquisa-anual-decomercio.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 9 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Anual dos Serviços*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-57, 2018c.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Perfil municipal 2017 – Caucaia*. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_/Caucaia.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Conjuntura*, v. 4, n. 06, 2019. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2020/04/IPECE_CONJUNTURA_4_trim2019.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Indicadores econômicos do Ceará 2021*. 2021a. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/Indicadores_Economicos2021.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Boletim da conjuntura econômica cearense*, 4º trim. 2021b. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2020/04/IPECE_CONJUNTURA_4_trim2019.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Ipece lança nova edição do PIB do Ceará nas óticas da produção e da renda*. 2021c. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2021/12/27/ipece-lanca-nova-edicao-do-pib-do-ceara-nas-oticas-da-producao-e-da-renda/>. Acesso em: 30 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Boletim da conjuntura econômica cearense*: 1º trimestre de 2022. 2022a. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/07/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2022.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Boletim da conjuntura econômica cearense*: 3º trimestre de 2022. 2022b. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/12/IPECE_CONJUNTURA_3_trim2022.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Relatório – IPECE*, março de 2023 PIB Ceará: 4º trim. e acumulado de 2022. 2022c. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/> Acesso em: 22 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Farol da economia cearense*, n. 04/2022. 2022d. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/01/FAROL-DA-ECONOMIA-CEARENSE-N042022.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

KON, Anita. A reestruturação da indústria de serviços. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1992. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi180604.htm>. Acesso em: 3 dez. 2023.

KON, Anita. *Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico?* Texto para discussão. Núcleo de Pesquisas EITT- Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP, 2000.

KON, Anita. *Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 269 p.

KON, Anita. Reestruturação produtiva e terceirização no Brasil. *Nova Economia*, v. 7, p. 149-180, 1997.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 64-83, abr./jun. 1999.

LIPIETZ, Alain. O terciário arborescência da acumulação capitalista: proliferação e polarização. In: *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 177-209.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. *A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 36, n. 3, p. 420-443, set./dez. 2016.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica industrial. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. *Revista Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, 2019.

NETO, Nicolino Trompieri. *Produto Interno Bruto – PIB do Ceará nas óticas da produção e da renda/2018*. Fortaleza: Ipece, 2020. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2020/11/13/estudo-revela-numeros-do-pib-do-ceara-de-2018-com-base-nos-dados-consolidados-divulgados-pelo-ibge/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). 2018. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/sobre>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Borzacchiello da. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SOUSA, Samuel Antônio Miranda de; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. O espaço cearense a partir do setor terciário: uma proposta de análise. *Sociedade e Território*, Natal, v. 33, n. 3, p. 116-135 set./dez. 2021.

TELES, Glauciana Alves. *Dinâmicas metropolitanas contemporâneas: Caucaia na região metropolitana de Fortaleza*. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

ESPAÇOS DA PRODUÇÃO TÊXTIL E CONFECCIONISTA E MERCADO DE TRABALHO NO CEARÁ

*Alexsandra Maria Vieira Muniz
Francisco Gabriel da Silva Neto
José Átila Abreu de Sousa*

Introdução

Diante do contexto maior de reestruturação capitalista, tem-se a descentralização da produção, reestruturação produtiva e espacial, privatizações, por isso ocorre um processo de desindustrialização em antigos espaços industriais e crescente refuncionalização e especulação imobiliária com a expansão do setor imobiliário, comandado pelo capital financeiro.

Por outro lado, a presença de concentrações regionais é uma das peculiaridades do segmento têxtil e de confecções. Destaca-se a existência de grandes polos regionais de produção têxtil e confecionistas no Brasil. Os principais polos estão localizados na região Sudeste, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, bem como no Sul, nos estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, e, no Nordeste, nos estados do Ceará e Pernambuco – com crescentes incentivos fiscais, indústrias do setor têxtil e confecções localizam-se em várias cidades nordestinas.

Em geral, as políticas de industrialização consistem na oferta de infraestrutura física para atender as condições de produção industrial, como também na concessão de incentivos fiscais, representados pela isenção ou pela aplicação de alíquota diferenciada de impostos. É nesse contexto de mudanças que se insere o estado do Ceará.

Projetos estruturantes no estado (complexo industrial e Portuário Pecém, cinturão digital, cinturão das águas, HUBs aéreo, marítimo e de fibra digital) redefinem os circuitos da produção e da comercialização, diante da pressão do agronegócio, do capital financeiro, industrial, comercial e de serviços (educação, saúde, turismo e lazer).

As políticas sociais e setoriais e a ampliação dos investimentos públicos no experimento desenvolvimentista (Ribeiro, 2017) trouxeram impactos relevantes decorrentes da reconfiguração econômico territorial brasileira, com significativa expansão do emprego e da renda. Por outro lado, o período de crise e “inflexão ultraliberal” (Ribeiro, 2017), sobre o mercado de trabalho, acarretou a redução dos empregos formais e da renda, bem como uma refuncionalização dos espaços intraurbanos.

Dessa forma, o presente trabalho possui o objetivo de analisar os impactos socioeconômicos e espaciais da produção têxtil e de confecção no território cearense. Especificamente, procuramos identificar os espaços da produção têxtil e confeccionista e o mercado de trabalho.

A metodologia desta pesquisa quali-quantitativa de viés exploratório teve como base a realização de levantamento bibliográfico, coleta de dados em fontes oficiais como o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração de tabelas e mapas, construção de uma hemeroteca virtual com notícias atuais sobre o setor industrial têxtil e confeccionista, já que o trabalho de campo ficou limitado em virtude da pandemia do covid-19.

A delimitação espacial desta pesquisa tem como recorte o estado do Ceará, sobretudo os municípios com investimentos industriais, e quanto à abrangência temporal da análise é dada ênfase à última década, quando se impulsionam as transformações socioespaciais em curso.

Diante disso, utilizaram-se dados do sistema Rais nos anos de 2010 e 2019, período este escolhido por possuir semelhante metodologia de coleta e padrão de informações conforme o CNAE 2.0. O ano de 2019 foi designado por ter sido, na fase final da pesquisa, o último ano dos dados disponibilizados pela Rais. Assim, esses anos foram escolhidos para apresentar as transformações durante a última década, possibilitando a análise da industrialização no estado, os seus impactos, principalmente no que tange ao nosso objeto de estudo, os espaços de produção têxtil e confeccionista no Ceará e suas consequências na estrutura produtiva e mercado de trabalho.

Indústria têxtil e confeccionista na economia urbana cearense

A atividade têxtil é um setor pioneiro na industrialização cearense, com 140 anos de existência e grande relevância na economia e na empregabilidade no Ceará.

Como ressalta Aragão (2002, p. 69),

A industrialização de tecidos e fios no Ceará, diferentemente de outros Estados, que investiram no setor desde o começo do século XIX, só vai ocorrer nas duas últimas décadas do século XIX, considerando-se que a primeira fábrica têxtil, a Fábrica Progresso, que foi idealizada em 1881 e registrada em 1882 com o nome de Pompeu & Irmãos, veio efetivamente a funcionar em 1883.

Seu surgimento está atrelado à abundante presença de matéria-prima (algodão), oriunda do interior do território cearense, sendo direcionada majoritariamente para Fortaleza, o que também

contribuiu, inicialmente, para o desenvolvimento do gênero confeccionista na capital. Sendo assim, “os primeiros estabelecimentos industriais implantam-se nas cidades coletoras dos produtos agrícolas e em Fortaleza, principal ponto de escoamento da produção cearense” (Amora, 2005, p. 371-372).

Desde 1883, com o início da produção da primeira fábrica têxtil (Fábrica Progresso) no Ceará, até a atualidade, as atividades de produção e comercialização do setor têxtil e confeccionista cearense passaram por diversas fases, períodos delimitados pela atuação do empresariado local do setor, iniciado com o grupo de empresários denominados “os pioneiros” no período de 1882-1900, que ousaram ingressar no ramo têxtil, atividade sem precedentes na economia do estado. A segunda geração, denominada de “os empreendedores”, atuou durante o período entre 1900-1960 e era composta por empresários de grande iniciativa e agressividade nos negócios, sempre em busca de oportunidades de investimentos, mesmo com risco, e inovando a forma de administrar suas empresas (Aragão, 2002).

A terceira fase, marcada principalmente pelos incentivos fiscais, com a atuação planejada do Estado por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), consoante Muniz (2015, p. 64), propiciou uma descentralização de atividades industriais, na qual as zonas industriais tradicionais localizadas na capital passaram a se expandir para outros espaços, formando novas zonas industriais, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

As zonas industriais tradicionais compreendem a Av. Francisco Sá e os bairros no seu entorno; como também os bairros Antônio Bezerra, Mucuripe e Parangaba. Já as atuais zonas industriais são o Distrito Industrial (DI) de Maracanaú; a Zona Industrial do Eusébio; a Zona Industrial de Maranguape; além disto, temos o Eixo Industrial de Pacajus e Horizonte e o Complexo Industrial do Porto do Pecém (Muniz, 2015, p. 65).

Ademais, conforme Cabral, Muniz e Sampaio (2019, p. 176), essa desconcentração proporcionou transformações espaciais, suscitando também a refuncionalização de espaços que antes eram reservados para atividades industriais e que, segundo os autores, “atualmente apresentam [...] comércios, condomínios residenciais, entre outras atividades”, sendo assim, muitas dessas indústrias tradicionais citadas anteriormente acabaram sendo refuncionalizadas.

A quarta fase de desenvolvimento da indústria têxtil no estado do Ceará se estende dos anos 1980 até os dias atuais. Aragão (2002) estabelece esse período como “geração empresarial”, período caracterizado por crise econômica e escassez da matéria-prima; quanto à administração, assumem posturas equivalentes a empresários, envolvidos com a sociedade, profissionalizam suas empresas dando espaços de poder aos executivos na condução do negócio.

No início dos anos 1990, com os avanços das políticas neoliberais, os estados passam para o capital transnacional o papel de formador de estratégias, cabendo ao estado a tarefa de parceiro mais importante nos programas desenvolvidos pelas agências das instituições internacionais.

Cano (2017, p. 276) contextualiza o período final dos anos 1980:

As medidas recomendadas pelo Consenso de Washington cobrem o conjunto de reformas do modelo neoliberal sugeridas oficialmente em 1989, implementadas, na América Latina, no final da década de 1980 sendo as reformas: financeira, interna, abertura comercial, estado, privatização de ativos públicos, reforma e privatização da previdência social (público e privado) e legislação sobre contratos de trabalhos.

Muniz (2019) afirma que o processo de reestruturação produtiva ocorre na passagem do capitalismo industrial para o financeiro. No Brasil, somente na segunda metade dos anos 1980, evidencia-se timidamente um novo paradigma tecnológico e produtivo e uma nova organização do trabalho e do espaço.

Nessa conjuntura, surge o contexto de disputa entre os estados do Brasil, também chamado de guerra fiscal, que objetivava atrair indústrias para seus territórios. Santos e Silveira definem como a “guerra dos lugares”. Foi ao longo dos anos 1990 que o Ceará recebeu os incentivos para modernizar sua indústria no cenário da reestruturação produtiva.

No entanto, essa fase na qual a indústria cearense se encontra é produto da desconcentração de indústrias no Sudeste e a busca, por parte destas, pela redução dos custos da produção. Santos e Silveira (2001) enfatizam que “algumas firmas nordestinas são apenas filiais de empresas sulistas do setor têxtil e de confecções”. Nesse processo, muitas indústrias se deslocaram estimuladas por incentivos fiscais e infraestrutura criados por iniciativa do governo do Ceará.

Silva (2009, p. 38) destaca a seguinte reflexão acerca da Sudene, principal agência de fomento ao desenvolvimento econômico do Nordeste.

Celso Furtado não poderia imaginar a situação belicosa que se instaurou no Nordeste a partir dos anos 90. Tudo por uma indústria. Estados e municípios dilapidaram parte de seus recursos face uma perversa ‘guerra fiscal’. As exigências impostas pelas empresas em busca de incentivos é a mostra da ausência de um órgão catalisador das ações de desenvolvimento.

Sobre a reestruturação produtiva, Muniz (2016) enfatiza que, alicerçada sobre a produção flexível, ela reorganizou o processo de controle da produção e da força de trabalho, implementou novas técnicas gerenciais e produção de mercadorias, melhoramento de tecnologias, além de ter descentralizado a produção por meio de terceirizações ou realocação de indústrias. Conseqüentemente, essa reorganização resultou no encerramento das atividades de algumas empresas e na iniciação de outras, na alteração da relação entre capital e trabalho, em mudanças no consumo das pessoas e nos padrões de concorrência intercapitalista.

Santos e Silveira (2001) destacam que, no século XX, as atividades industriais se intensificaram no Brasil, desencadeando alterações nos padrões urbanos, sociais, culturais e econômicos. Atrairam mais pessoas para a cidade em busca de residências, lazer, locais de trabalhos, o que demandava a abertura de novas ruas e avenidas, escolas e hospitais. Essas estruturas estão em constante construção, modificação e destruição.

Na sua “teoria do ajuste espacial”, Harvey (2013) explica sobre a necessidade do capital de moldar o espaço de acordo com as suas necessidades, como circulação de mercadorias e transportes para sua realização. A velocidade é um fator essencial no processo, sendo incorporada no valor das mercadorias e, para tanto, obrigando o capital a modernizar e ampliar a rede de infraestrutura existente, caso contrário haverá uma desvalorização local.

A dinâmica no território cearense intensifica-se como parte das ações desenvolvidas pelo estado do Ceará voltadas à articulação com o setor privado, fundadas na implantação de serviços e construção de infraestrutura, na reestruturação do processo de produção, em programas de capacitação, oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais e demais atrativos locais, revelando a busca por sua inserção em face do quadro atual de competitividade mundial. (Muniz, 2015).

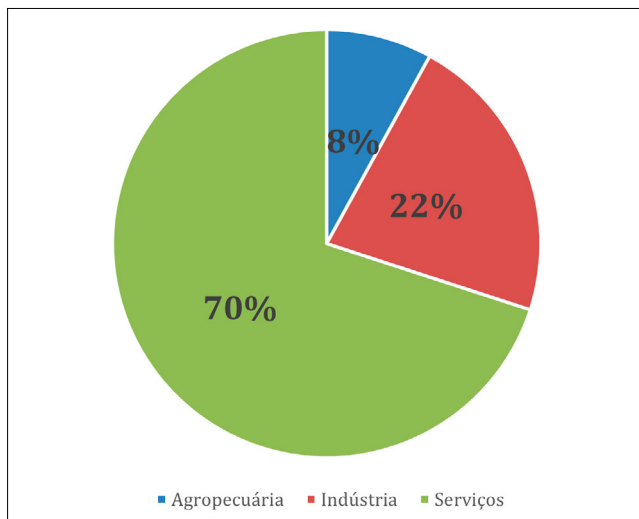
O esforço do Ceará em atrair novos investimentos exigiu a implantação ou reestruturação da infraestrutura existente. Ocorreu, por exemplo, a abertura, duplicação e ampliação de rodovias (CE-040, CE-060, CE-085, BR-116, BR-222, BR-020).

O estado do Ceará vem passando por muitas transformações evidenciadas, entre outras coisas, pela infraestrutura física, a integração do sistema de transporte, o aparato científico-tecnológico e as secretarias do Estado, os cursos profissionalizantes, os CVTs, Centecs, os IFCEs, as universidades públicas e privadas, as escolas profissionalizantes, as políticas de incentivo à industrialização, a redução de impostos para indústrias que venham a se instalar no estado, com o objetivo de avançar na reestruturação do capital, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos

serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada (fruticultura, horticultura, floricultura) e na agroindústria a ela associada.

Acompanhando a tendência mundial, o estado do Ceará tem no setor de serviços o maior destaque. Como pode ser verificado no gráfico abaixo, o setor representava, em 2008, 71%, enquanto a indústria, comparativamente, apenas 21%.

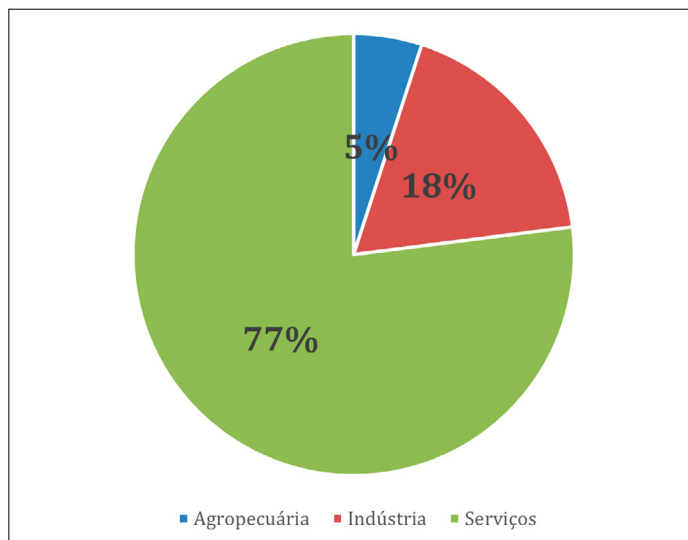
Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto – (VAB) Participação dos setores da economia no Ceará 2008



Fonte: Ipece, 2022.

Segundo dados do último ano, segundo o Ipece (2018), os serviços vêm apresentando crescimento no estado, enquanto a indústria, assim como a agropecuária, vem apresentando queda.

Gráfico 2 – Adicionado Bruto – (VAB) Participação dos setores da economia no Ceará 2018

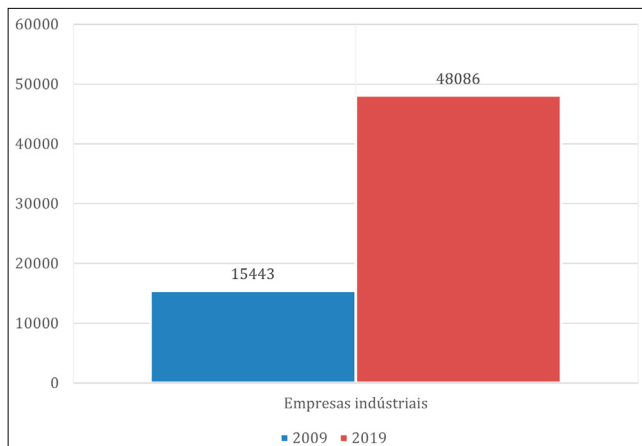


Fonte: Ipece, 2022.

Mesmo diante da busca por mudança no perfil industrial com investimento na indústria pesada (siderurgia) e indústria moderna com presença da indústria 4.0, ressalta-se que a indústria no Ceará tem predomínio no setor tradicional (alimento, calçados, têxtil e de confecção) com filiais de empresas nacionais e transnacionais.

A despeito do processo de desindustrialização no atual contexto, o estado do Ceará vem apresentando crescimento industrial já que, em 2009, era um total de 15.433 indústrias ativas no estado e, em 2019, o setor conta com um total de 48.086 industriais ativas, segundo dados do Ipece (2019).

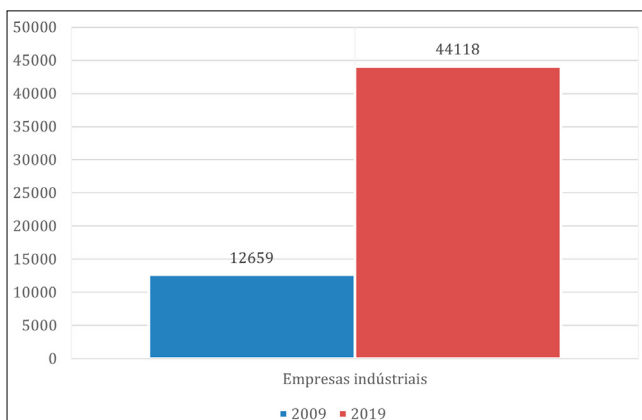
Gráfico 3 – Total de Indústrias ativas no Ceará 2009/2019



Fonte: Ipece, 2022.

Do total de indústrias ativas no estado, o destaque maior é para a indústria de transformação. Do total de 48.086 indústrias em 2019, 44.118 são de transformação, apresentando um crescimento significativo na última década, já que, em 2009, o estado tinha um total de 12.659 indústrias de transformação ativas.

Gráfico 4 – Total de Indústrias de transformação ativas no Ceará 2009/2019



Fonte: Ipece, 2022.

Como parte da indústria de transformação que é a que se destaca no estado, voltaremos nossa análise a seguir, notadamente, para a indústria têxtil e de confecção.

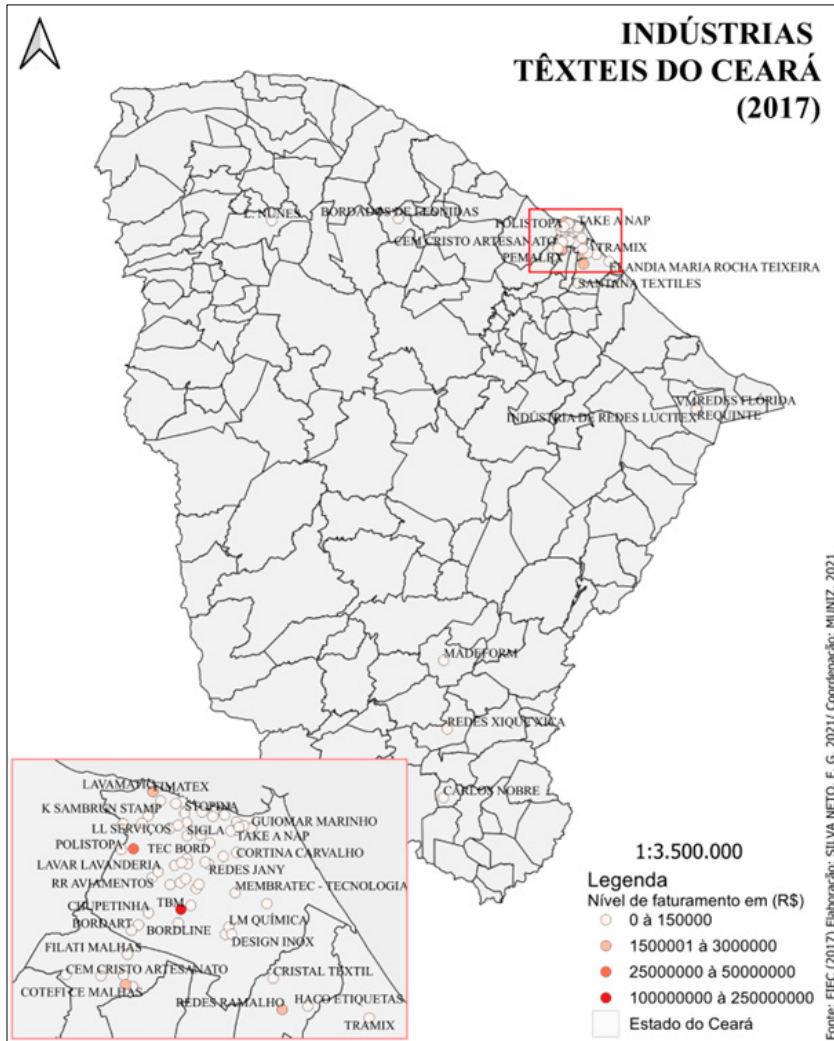
A indústria têxtil e confeccionista no Ceará: análises dos últimos anos

Conforme dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (Iemi, 2023) o destaque maior no Ceará é para a indústria de confecção, acompanhando a tendência nacional, notadamente o segmento voltado para produção de vestuário. No segmento têxtil do estado do Ceará, mesmo sendo o segmento de malharia o que se destaca, a representatividade maior sobre o país é no segmento de fiação.

O Ceará ocupava a 8^a colocação no *ranking* nacional e 1^o do Nordeste com 305 indústrias têxteis, passou à 10^a posição nacional e 3^o do Nordeste com 235 indústrias têxteis, seguido por Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Piauí, Maranhão e Alagoas. No setor confeccionista, o Ceará, detinha 3.064 indústrias, posicionando-o entre os dez (oitavo) estados do Brasil com o maior número de indústrias e o primeiro do Nordeste. Em 2019, o Ceará manteve a primeira posição no Nordeste, no entanto, mesmo com uma redução no número de indústrias confeccionista, 2.341, o Ceará alcançou a sétima posição em número de indústrias de confecção no Brasil.

Mesmo diante da representatividade do Ceará na economia regional, o Estado acompanha a tendência nacional de queda no número total de indústrias têxteis e confeccionistas. Não obstante, a economia urbana cearense tem, no capital industrial têxtil (235) e confeccionista (2.341), o total de 2.576 indústrias, com destaque para a de confecção.

Mapa 1– Indústrias têxteis no Ceará cadastradas na Fiec



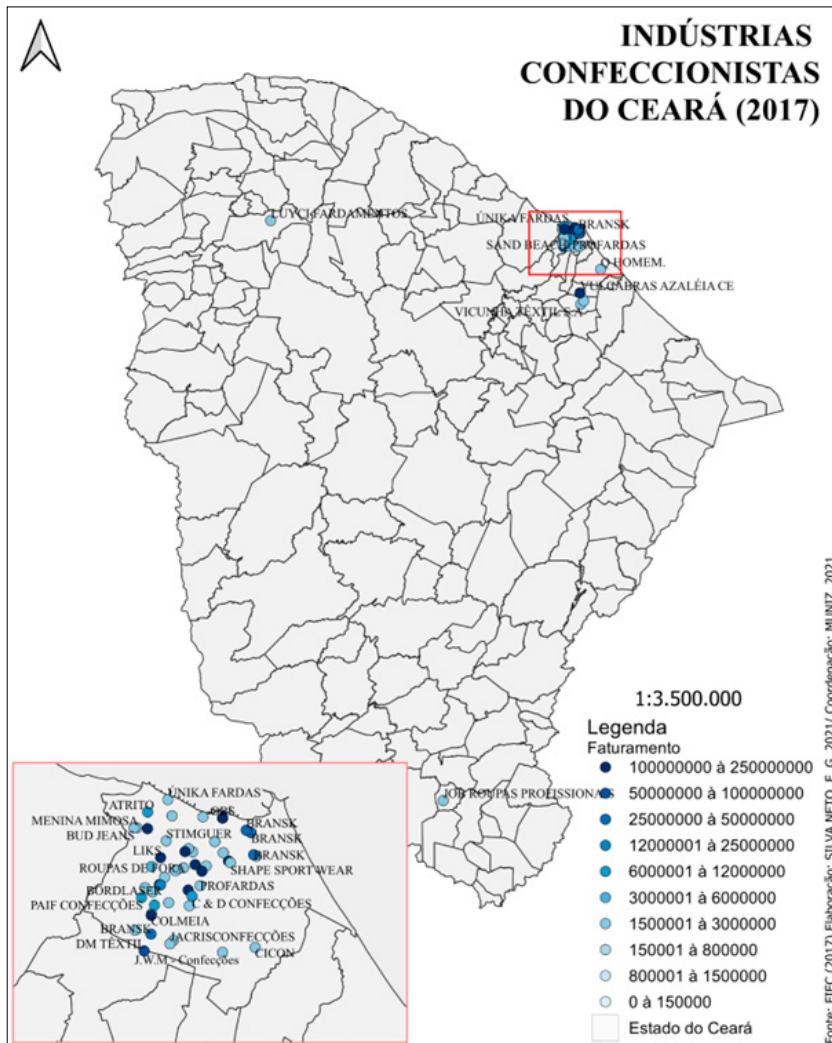
Fonte: Guia Industrial da Fiec, 2017.

Dados fornecidos pela Fiec (2017) (mapas 1 e 2) apresentam a concentração das indústrias têxtil e confeccionista na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), sobretudo em Fortaleza. A RMF detém as sedes das empresas com o maior nível de faturamento no estado, como a Têxtil Bezerra de Menezes (TBM), e a Unitêxtil, sediadas em Fortaleza, a Vicunha Têxtil S/A (Matriz em São Paulo) com três filiais em diferentes municípios da RMF (Maracanaú e Pacajus).

As indústrias de confecção são concentradas preponderantemente em Fortaleza, município onde predominam as indústrias com o maior nível de faturamento e quantidade de empregados de todo o estado. Além da presença de capitais externos, ressaltam-se os grupos econômicos originários do Ceará, com inserção na economia brasileira e internacional, Em Fortaleza, localiza-se a Têxtil Bezerra de Menezes, além da Unitêxtil, produtora de tecidos. Em Jaguaruana, temos a Jaguar Têxtil e a Multicor, que produzem fios para a confecção de produtos têxteis; em Maracanaú, Cotece, Filati e Jangadeiro Têxtil, fabricantes de malhas, além da Delfa, produtora de bojos para moda íntima e *fitness*. Em Horizonte, fica a Santana Têxtil, que produz denim, tecido utilizado para a fabricação de peças em jeans. No ramo confeccionista, podem ser citadas, em Maracanaú, a Rihomo, especializada na fabricação de roupas íntimas masculinas e femininas. Em Fortaleza, fica localizada a Guararapes, pertencente ao grupo Guararapes, o qual também é dono da Riachuelo.

Após análise dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) quanto ao capital industrial têxtil no estado, constatou-se a maior quantidade de indústrias têxteis na Região Metropolitana de Fortaleza.

Mapa 2 – Indústrias confeccionista no Ceará cadastradas na Fiec

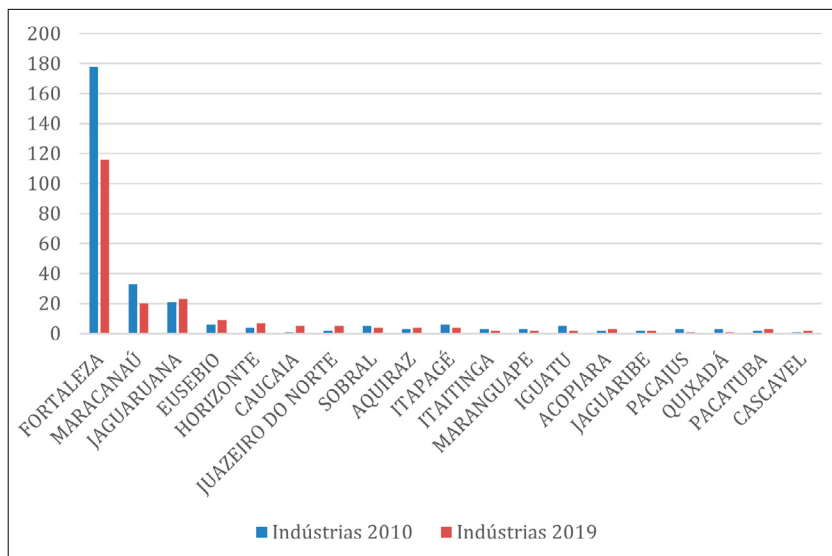


Fonte: FIEC (2017) Elaboração: SILVA NETO, F. G., 2021/ Coordenação: MUNIZ, 2021

Fonte: Guia Industrial da Fiec, 2017.

Fortaleza possui quantitativo industrial que se sobressai quando comparada com os outros municípios do território cearense, no entanto, a capital acompanha uma tendência nacional de queda no número de indústrias, como pode ser visto no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Indústria têxtil nos municípios do Ceará em 2010 e 2019



Fonte: RAIS/Brasil, 2006/2019.

Quando analisamos o intervalo entre 2010 e 2019, verificamos, conforme dados da Rais, que Fortaleza detinha 178 indústrias têxteis, quantidade reduzida para 116 em 2019. Outros municípios da RMF têm tendências variáveis no que se refere aos números de indústrias têxteis em seus territórios. Em queda, temos Maracanaú de (33) para (20); Itaitinga de (3) para (2), Maranguape de (3) para (2); Pacajus de (3) para (1). Em tendência de aumento, temos Eusébio de (6) para (9); Aquiraz de (3) para (4); Caucaia de (1) para (5); e Horizonte de (4) para (7). Para além da concentração industrial têxtil no estado do Ceará com destaque para Região metropolitana, temos a participação de Jaguaruana, que apresentou

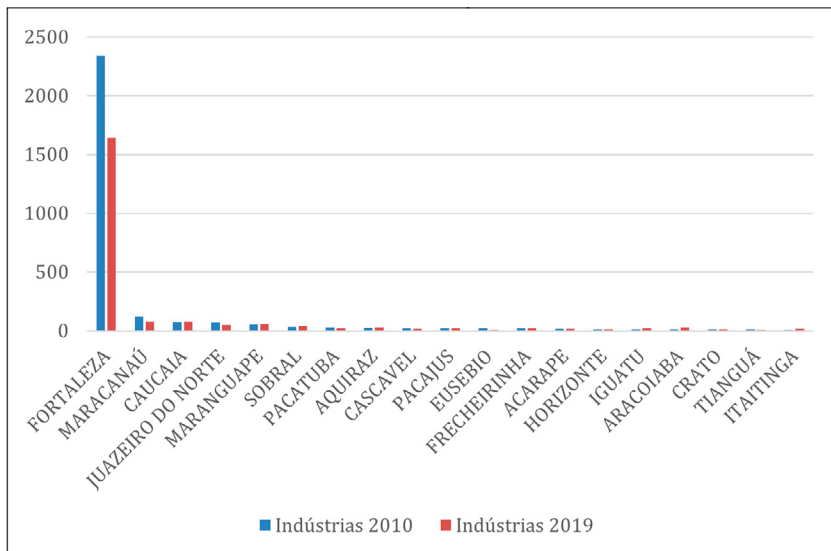
crescimento industrial na última década, passando de (21) para (23) indústrias têxteis; Já Juazeiro do Norte de (2) para (5) estabelecimentos industriais têxteis.

Pereira Júnior (2012, p. 128) explica a concentração de indústrias fora da Região Metropolitana de Fortaleza.

Os centros regionais não metropolitanos, numa proporção menor do que em Fortaleza, também registram concentração em relação às demais áreas. Mesmo que o movimento seja mais reduzido, os ritmos industriais em Sobral e no Cariri são significativos, salientando-se que, fora do ambiente metropolitano, a dinamização industrial escolhe as áreas polarizadoras de segunda ordem para desenvolver a sua produção.

Quanto à indústria confeccionista no Ceará (Gráfico 6), a capital possui, assim como a atividade têxtil, grande parte das indústrias de confecção; no entanto, entre os anos de 2010 e 2019, é perceptível uma queda no número dessas indústrias. Em Fortaleza, dados da Rais mostram que as 2.342 indústrias de confecção existentes em 2010 diminuíram para 1.641 em 2019. Assim, como o quantitativo industrial têxtil, a produção confeccionista no estado tem destaque no espaço metropolitano, sobressaindo-se Maracanaú logo após a capital, embora venha apresentando queda na última década, pois de 121 indústrias de confecção em 2010 passou em 2019 para 81. Caucaia é o terceiro município com maior número de indústrias de confecção, apresentando crescimento de 75 para 80 indústrias desse segmento. Maranguape, quarto município em destaque no capital industrial confeccionista, também vem apresentando crescimento de 55 para 60 indústrias de confecção. No estado do Ceará, também temos representatividade do capital industrial confeccionista no município de Juazeiro do Norte, que vem apresentando queda, na última década, de 73 para 49 indústrias de confecção e, em Sobral, que vem crescendo o quantitativo industrial confeccionista, passando de 33 em 2010 para 42 indústrias confeccionistas em 2019.

Gráfico 6 – Indústria de confecções nos municípios do Ceará em 2010 e 2019



Fonte: RAIS/Brasil, 2006/2019.

Essa redução no número de indústrias na capital pode ser relacionada à procura dos empresários por abatimentos no ICMS, pois é menor (45%) para as indústrias que se instalam na capital (Muniz, 2016). Por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) o Ceará cria uma série de benefícios para a instalação de empreendimentos industriais, fornecendo incentivos fiscais para promover a industrialização e o desenvolvimento do estado. O FDI se consolidou, nos últimos anos, como uma das principais políticas de desenvolvimento econômico do Ceará, principalmente focada na atração de indústrias para o Estado.

Leite (2020, p. 15) traz a informação de que essa prática seja bastante utilizada no pós-pandemia.

Utilizada fortemente pelo Governo do Ceará desde a década de 1990 para atrair investimentos ao Estado, a política de incentivos fiscais deve ganhar ainda mais destaque no atual cenário de crise, onde as empresas tendem a buscar melhores condições para continuar produzindo. Neste cenário, os programas municipais, estaduais e federais disponíveis para quem escolher o Ceará como destino despontam como diferenciais perante outras regiões e podem ser decisivos para que a economia cearense reaqueça mais rapidamente no pós-pandemia.

Muniz (2016, p. 432) também destaca a implementação dos fatores locacionais pelo governo estadual para a instalação e permanência das empresas no Ceará.

Assim, dentre os atrativos para alocação de indústrias embasados na política industrial, temos: a oferta de mão de obra, bem como serviços de água, esgotamento sanitário, energia, gás, portos e aeroportos, construção de estradas, sistemas técnicos ligados às comunicações, a oferta de distritos industriais que acompanha a infraestrutura necessária ao funcionamento das indústrias, mais recentemente os esforços de desconcentração regional têm envolvido a concessão de incentivos fiscais, com a isenção ou alíquota diferenciada de impostos.

Destarte, diante da representatividade da indústria têxtil e confeccionista no estado do Ceará, é imprescindível analisar seu papel quanto a empregabilidade e o perfil dos trabalhadores.

Considerações finais

Conclui-se que, ao mesmo tempo que o território cearense permanece com relevante participação no capital industrial, acompanhando a tendência mundial, o estado do Ceará destaca-se no setor de serviços.

O desenvolvimento da indústria têxtil e confeccionista no Ceará está intrinsecamente relacionado com o contexto sócio-histórico e econômico de formação e ocupação do espaço cearense.

A atividade têxtil e confeccionista é um setor pioneiro na industrialização cearense, com 140 anos de existência. O setor possui grande relevância na economia do Ceará, ao posicionar o estado entre os primeiros do país em número de empresas e pessoal empregado.

Foi possível constatar, pela análise de dados, na última década, segundo a Rais, que de um total de 2.576 indústrias têxteis e de confecção em 2019, com destaque para de confecção, ocorre uma redução no quantitativo industrial têxtil e confeccionista no território cearense, uma vez que, em 2010, esse quantitativo era de 3.369.

A produção têxtil e confeccionista se concentra predominantemente no espaço metropolitano, embora possamos observar uma difusão para alguns municípios da RM do Cariri, RM de Sobral e Baixo Jaguaribe, além de uma tímida presença nos demais municípios do território cearense

Como vimos, o capital industrial têxtil se concentra na RMF, com destaque para a capital e na sequência Maracanaú. Para além da Região Metropolitana de Fortaleza, há também representatividade no capital industrial têxtil no município de Jaguaruana, no Baixo Jaguaribe e Juazeiro do Norte, na região metropolitana do Cariri.

A indústria de confecção, que também vem apresentando redução em seu quantitativo no estado, predomina em Fortaleza e alguns municípios do espaço metropolitano, como Maracanaú, Caucaia e Maranguape. Para além da RMF, tem representatividade no quantitativo industrial confeccionista do estado, o município de Juazeiro do Norte, na região metropolitana do Cariri, e Sobral, na RM de Sobral.

Constatou-se que tanto a indústria têxtil como a de confecção estão em sua maioria em Fortaleza e em sua Região Metropolitana, sendo um fenômeno ainda bem concentrado. Esse fato deve-se ao que Muniz (2014) chama de descentralização produtiva concentrada, no qual as indústrias tradicionais localizadas em Fortaleza, por intermédio de diversos incentivos, vêm se realocando para outros municípios do território cearense, embora ainda se concentrem na Região Metropolitana.

Tanto a indústria têxtil como a de confecção vêm tendo uma redução no número de empregos gerados, o que se explica pelo contexto de crise e inflexão, enquanto o ano de 2010 constitui período do experimento desenvolvimentista com reflexo positivo nos investimentos produtivos e volume de emprego.

Embora seja Fortaleza que apresenta o maior número de indústrias têxteis, é o município de Maracanaú que se sobressai no número de empregos gerados, devido à presença de indústrias como as duas unidades da Vicunha, que empregam mais de três mil trabalhadores segundo estudo de tese de Muniz (2014). Em seguida, tem-se Fortaleza (TBM têxtil e Coats Corrente, cada uma com mais de dois mil trabalhadores). Considerando o espaço metropolitano como lócus do capital têxtil e confecção, o volume de empregos também se destaca no metropolitano. Na sequência, têm destaque, quanto ao número de empregos gerados, os municípios de Horizonte (Santana Têxtil com mais de mil trabalhadores) e Pacajus (Unidade III da Vicunha com mais de mil trabalhadores); e, para além do espaço metropolitano, destaca-se, na empregabilidade têxtil, o município de Jaguaruana, já apontado como destaque no capital têxtil após o espaço metropolitano de Fortaleza. Quanto à representatividade da indústria de confecção na empregabilidade do estado do Ceará (54.063 trabalhadores), é na capital que se sobressai o quantitativo de emprego na indústria confeccionista, concentrando-se na RMF e para além desta nos municípios de Juazeiro do Norte, na RM do Cariri e Sobral, na região metropolitana de Sobral.

Referências

ABIT aponta retomada efetiva no setor têxtil no 1º semestre de 2021. 2021. Disponível em: <https://texbrasil.com.br/pt/abit-aponta-retomada-no-setor-textil-no-1o-semester-de-2021/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 371-372.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza (org.). *O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará*. Fortaleza: Sinditêxtil/Fiec, 2002. 368 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório Anual de Informações Sociais*. Brasília: MTE, 2006-2019.

CABRAL, João Marcos Tavares; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; SAMPAIO, Patrícia Marques. A dinâmica industrial na região metropolitana de Fortaleza no contexto da reestruturação produtiva e espacial. *Revista Pegada*, v. 20, n. 2, 2019.

CANO, Wilson. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, ago. 2017.

CEARÁ. *Fundo de Desenvolvimento Industrial*. 2021. Disponível em: <https://www.sedet.ce.gov.br/incentivos-fiscais/fdi/>. Acesso em: 1 out. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ (FIEC). *Guia Industrial do Ceará*. 2017. Disponível em: <http://www2.sfiec.org.br/porta/v3/sites/guia2017/?st=acesso-restrito-consulta>. Acesso em: 1 jul. 2025.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PIB cai 9,7% no 2º trimestre de 2020*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020>. Acesso em: 16 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PIB cresce 7,7% no 3º trimestre de 2020*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29579-pib-cresce-7-7-no-3-trimestre-de-2020>. Acesso em: 16 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PIB cresce 1,2% no primeiro trimestre de 2021, diz IBGE*. 2021a. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30822-pib-cresce-1-2-no-1-trimestre-de-2021>. Acesso em: 16 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PIB fica em 0,1% no 2º trimestre de 2021*. 2021b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/2013-agencia-de-noticias/releases/31494-pib-fica-em-0-1-no-2-trimestre-de-2021.html>. Acesso em: 16 out. 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL (IEMI). *Brasil têxtil*, 2023. Disponível em: <https://iemi.com.br/inicio/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Anuário Estatístico do Ceará*. Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/anuario-estatistico-do-ceara>. Acesso em: 2 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Anuário Estatístico do Ceará*. Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/anuario-estatistico-do-ceara>. Acesso em: 2 jul. 2025.

LEITE, Áquila. *Ceará aposta em incentivos fiscais para reaquecer economia no pós-crise*. 2020. Disponível em: <https://www.trendsce.com.br/2020/07/02/ceara-aposta-em-incentivos-fiscais-para-reaquecer-economia-no-pos-crise/>. Acesso em: 2 out. 2021.

MENDES JÚNIOR, Biagio de Oliveira. Setor Têxtil. *Caderno Setorial ETENE*, 2020.

MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira. *A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira. O Ceará e a indústria têxtil no tempo-espaço. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiás, v. 36, n. 3, p. 420-443, 2016.

MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira. Produção do espaço metropolitano. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, 2015.

MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. *Revista Espaço e Economia*, Rio de Janeiro, 2019.

MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira *et al.* Economia urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza. *In*: RIBEIRO, Marcelo Gomes; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (org.). *Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*. Rio de Janeiro: IPPUR, 2020. v. 1, p. 76-116.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. *A industrialização como vetor de modernização econômica: abordagens sobre o espaço industrial no Ceará*. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento, 2012. 18 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2017. (Série Texto para discussão 012).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, José Borzachiolo da. Características gerais da região metropolitana de Fortaleza. *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org.). *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

O TERCIÁRIO DE CAUCAIA-CE

uma análise dos impactos socioeconômicos e espaciais

*Letícia Albuquerque Azevedo
Alexsandra Maria Vieira Muniz*

Introdução

As atividades econômicas foram imprescindíveis para a construção do Brasil de hoje, desde as atividades econômicas coloniais até as atuais. O setor terciário, que, consoante Kon (1996), configura-se pelas atividades de comércio e serviços, é atualmente o principal setor econômico do Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece, 2021). Não obstante, esse setor responsável pelo desenvolvimento do país sempre ocasionou impactos socioeconômicos e espaciais. A presente pesquisa visa compreender os impactos ocasionados pelo setor terciário no município de Caucaia.

O município de Caucaia localiza-se no estado do Ceará e faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Caucaia possui a 2ª maior população do estado cearense, ficando atrás apenas da capital, Fortaleza. Sobre sua economia,

o município possui o 9º maior Produto Interno Bruto (PIB), conforme a mesma pesquisa, tendo, como principal setor econômico, o setor terciário (Ipece, 2021).

Sendo um setor de forte participação em Caucaia, desde meados do século XX, as suas atividades acarretam diversos impactos no local, como no crescimento econômico, na quantidade de empregos, na dinâmica social da cidade e também nas transformações espaciais.

O objetivo geral da pesquisa aqui empreendida foi o de “realizar uma análise dos impactos socioeconômicos e espaciais do setor terciário no município de Caucaia-CE”. Como objetivos específicos, pode-se salientar: a) explicitar o destaque do município no setor terciário em relação à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e ao estado cearense; b) demonstrar a configuração dos vínculos empregatícios no setor terciário de Caucaia; c) analisar os impactos espaciais ocasionados pelo setor de terciário na cidade de Caucaia; d) entender a relação de interdependência entre os setor de comércio e serviços; e) compreender as transformações ocorridas no setor terciário pós-pandemia.

Esta pesquisa é do tipo quali-quantitativa exploratório. Dessa forma, para o seu desenvolvimento, foram realizadas as seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) levantamento de dados estatísticos em sítios governamentais como IBGE, Ipece e Rais/Caged; c) pesquisa de campo em duas localidades de Caucaia conhecidas pela intensa presença do setor terciário, a Av. Dom Almeida Lustosa na Jurema e a Av. Edson da Mota Correia e Av. Juaci Sampaio Pontes no centro do município, com a realização de entrevistas semiestruturadas.

Diante dos resultados obtidos, podem-se salientar as seguintes constatações: o destaque do setor terciário de Caucaia no âmbito da RMF e do estado do Ceará, assim como a sua importância na geração de renda para a população, além dos impactos nas dinâmicas espaciais que esse setor propicia, ampliando a relação Caucaia-Fortaleza e impactando na disponibilização de infraestrutura e recursos. Ainda,

pode-se salientar a dinâmica de interdependência e complementação entre as atividades comerciais e de serviços. E, por fim, os impactos que a pandemia ocasionou no setor terciário, os quais reduziram o poder aquisitivo de consumidores e conseqüentemente as vendas. Mas, além dos impasses, também foram observadas as soluções realizadas, como o crescimento da utilização de tecnologias e as vendas *online*, as quais impactam positivamente até no pós-pandemia.

Resultados

No contexto cearense, a partir de 1980, com a reestruturação produtiva e fim dos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a industrialização passou por distintos obstáculos (Leite, 1994). Diante disso, consoante a autora, houve o crescimento da aplicação do capital comercial e o desenvolvimento do setor terciário nos centros urbanos, em especial da Região Metropolitana de Fortaleza. Não obstante, Caucaia também começou a expandir-se nessa área, principalmente diante do fluxo de residentes advindos de outras regiões e o grande incentivo a habitações. Com o maior número de pessoas, a oferta de produtos e serviços deveria aumentar.

Nesse viés, na contemporaneidade, composto por atividades relacionadas a serviços e comércio, o setor terciário caucaense é destaque no município. No comércio, de acordo com o Ipece (2021), o último ano atualizado no *site*, o município de Caucaia tinha 9.299 estabelecimentos comerciais, sendo que 97,77% eram de comércios varejistas e, conseqüentemente, 2,23% de atacadista. Em relação ao estado do Ceará, o município aparece em 2º lugar em número de estabelecimentos nesse setor, depois de Fortaleza, que possui 92.878 (Quadro 1), sendo 3,64% dos comércios do estado. Mesmo sendo um percentual baixo, é importante levar em conta que Fortaleza possui uma parcela muito grande do total estadual, com 36,43%.

Quadro 1 – *Ranking* dos municípios com mais estabelecimentos comerciais no Ceará

ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ		
RANKING	MUNICÍPIO	TOTAL
1º	Fortaleza	92.878
2º	Caucaia	9.299
3º	Juazeiro do Norte	9.264
4º	Maracanaú	8.379
5º	Sobral	5.929
6º	Crato	3.279
7º	Itapipoca	3.172
8º	Iguatu	3.138
9º	Tianguá	3.011
10º	Maranguape	2.611

Fonte: Ipece, 2021. Adaptado por Azevedo, 2023.

Ademais, na Região Metropolitana que Caucaia integra, o município também aparece em 2º lugar (Quadro 2), atrás novamente de Fortaleza.

Quadro 2 – Estabelecimentos comerciais da Região Metropolitana de Fortaleza

ESTABELECIDAMENTOS COMERCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA		
RANKING	MUNICÍPIO	TOTAL
1º	Fortaleza	92.878
2º	Caucaia	9.299
3º	Maracanaú	8.379
4º	Maranguape	2.611
5º	Pacajus	2.246
6º	Eusébio	2.135
7º	Aquiraz	2.121
8º	Horizonte	2.083
9º	Cascavel	1.967
10º	Pacatuba	1.956
11º	Itaitinga	1.466
12º	São Gonçalo do Amarante	1.419
13º	Paracuru	1.158
14º	Trairi	1.063
15º	Paraipaba	859
16º	Pindoretama	677
17º	Guaiúba	493
18º	Chorozinho	420
19º	São Luís do Curu	302

Fonte: Ipece, 2021. Adaptado por Azevedo, 2023.

Sobre o tipo de comércio, conforme dados do Ipece (2021), em Caucaia, os principais produtos são tecidos, vestuário e artigos de armarinho-varejista (2.164); mercadorias em geral (1.285); perfumaria e produtos farmacêuticos (788); material de construção (713); peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas (688); e produtos de gêneros alimentícios (654).

Além disso, nos serviços, de acordo com o Ipece (2021), Caucaia também se apresenta como referência. Em relação aos municípios cearenses com maior número de estabelecimentos do setor de serviços, o município ocupa o 2º lugar, com 2.758, sendo responsável por 3,69% dos serviços do estado, ficando atrás somente de Fortaleza, que possui 31.261 (Quadro 3).

Quadro 3 – *Ranking* dos municípios com mais estabelecimentos de serviços no Ceará

ESTABELECEMENTOS DE SERVIÇO DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ		
RANKING	MUNICÍPIO	TOTAL
1º	Fortaleza	32.261
2º	Caucaia	2.758
3º	Maracanaú	2.477
4º	Juazeiro do Norte	2.364
5º	Sobral	1.841
6º	Crato	1.241
7º	Eusébio	988
8º	Maranguape	953
9º	Aquiraz	927
10º	Aracati	873

Fonte: Ipece, 2021. Adaptado por Azevedo, 2023.

Assim como no comércio, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Caucaia também aparece em 2º lugar, atrás novamente de Fortaleza (Quadro 4).

Quadro 4 – Estabelecimentos de serviços da Região Metropolitana de Fortaleza

ESTABELECIDAMENTOS DE SERVIÇOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA		
RANKING	MUNICÍPIO	TOTAL
6º	Aquiraz	927
7º	Cascavel	711
2º	Caucaia	2.758
18º	Chorozinho	90
4º	Eusébio	988
1º	Fortaleza	32.261
17º	Guaiúba	108
8º	Horizonte	656
12º	Itaitinga	516
3º	Maracanaú	2.477
5º	Maranguape	953
11º	Pacajus	549
9º	Pacatuba	653
15º	Pindoretama	256
10º	São Gonçalo do Amarante	586
19º	São Luís do Curu	39
16º	Paraipaba	220
13º	Paracuru	423
14º	Trairi	380

Fonte: Ipece, 2021. Adaptado por Azevedo, 2023.

Os principais tipos de serviços, segundo o Ipece (2021), em Caucaia, foram alojamento e alimentação (2.038); transporte e armazenamento (346); outros serviços coletivos, sociais e pessoais (186).

Nessa perspectiva, esses dados demonstram que Caucaia possui um setor terciário muito intenso. Contudo, nem sempre o município teve esse número de estabelecimentos, eles foram crescendo com o tempo. Analisando os dados de comércio do Ipece a cada decênio, com os anos de 2001 (o menor ano com atualização), 2011 e 2021 (o ano mais atualizado), observou-se o crescimento desse setor no município, tendo apenas 1.738 estabelecimentos em 2001, 3.379 em 2011 e 9.299 em 2021 (Quadro 5). No contexto estadual, o município, que estava em 2º lugar no ano de 2021, em 2011, encontrava-se em 3º lugar e, em 2001, ocupava o 4º lugar (Quadro 5).

Quadro 5 – Estabelecimentos comerciais no Ceará (2001, 2011 e 2021)

MUNICÍPIOS DO CEARÁ COM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (Ipece) - 2001, 2011 e 2021								
2001			2011			2021		
Nº	MUNICÍPIO	TOTAL	Nº	MUNICÍPIO	TOTAL	Nº	MUNICÍPIO	TOTAL
1º	Fortaleza	31.175	1º	Fortaleza	43.538	1º	Fortaleza	92.878
2º	Juazeiro do Norte	3.059	2º	Juazeiro do Norte	4.280	2º	Caucaia	9.299
3º	Sobral	1.976	3º	Caucaia	3.379	3º	Juazeiro do Norte	9.264
4º	Caucaia	1.738	4º	Maracanaú	3.303	4º	Maracanaú	8.379
5º	Maracanaú	1.685	5º	Sobral	2.668	5º	Sobral	5.929
6º	Iguatu	1.402	6º	Iguatu	1.756	6º	Crato	3.279
7º	Crato	1.286	7º	Crato	1.598	7º	Itapipoca	3.172
8º	Cratéus	990	8º	Tianguá	1.344	8º	Iguatu	3.138
9º	Canindé	902	9º	Quixadá	1.343	9º	Tianguá	3.011
10º	Itapipoca	832	10º	Cratéus	1.282	10º	Maranguape	2.611

Fonte: Ipece, 2021. Adaptado por Azevedo, 2023.

Nos serviços, os anos analisados foram os de 2002, 2011 e 2021, sendo que 2002 substituiu 2001, por ser o menor ano com dados. Dessa maneira, pode-se mencionar que, em 2002, existiam

134 estabelecimentos, 582 em 2011 e 2.758 em 2022, observando-se um crescimento, assim como nos comércios (Quadro 6). No contexto estadual, o município estava em 4º lugar em 2001 e em 2º em 2011 e 2021 (Quadro 6).

Quadro 6 – Estabelecimentos de serviços no Ceará (2001, 2011 e 2021)

MUNICÍPIOS DO CEARÁ COM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS (Ipece) - 2001, 2011 e 2021								
2002			2011			2021		
Nº	MUNICÍPIO	TOTAL	Nº	MUNICÍPIO	TOTAL	Nº	MUNICÍPIO	TOTAL
1º	Fortaleza	3.469	1º	Fortaleza	9.122	1º	Fortaleza	32.261
2º	Juazeiro do Norte	154	2º	Caucaia	582	2º	Caucaia	2.758
3º	Sobral	143	3º	Maracanaú	510	3º	Maracanaú	2.477
4º	Caucaia	134	4º	Juazeiro do Norte	456	4º	Juazeiro do Norte	2.364
5º	Maracanaú	111	5º	Sobral	396	5º	Sobral	1.841
6º	Iguatu	106	6º	Aracati	273	6º	Crato	1.241
7º	Crato	105	7º	Crato	261	7º	Eusébio	988
8º	Aracati	87	8º	Iguatu	225	8º	Maranguape	953
9º	Eusébio	71	9º	Eusébio	225	9º	Aquiraz	927
10º	Limoeiro do Norte	70	10º	Aquiraz	209	10º	Aracati	873

Fonte: Ipece, 2021. Adaptado por Azevedo, 2023.

O grande crescimento do setor no município, como já mencionado, pode ser atribuído ao desenvolvimento urbano de Caucaia nos anos de 1990 a 2010, consequência dos incentivos federais e estaduais anos anteriores, impasses no setor industrial e, principalmente, do aumento da quantidade de pessoas vindas de municípios vizinhos, principalmente da RMF, para áreas próximas ao grande centro

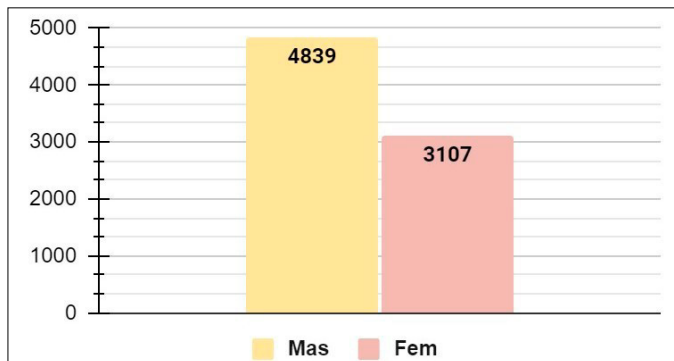
de Fortaleza. A cidade passou, então, a crescer além do centro, dos conjuntos habitacionais e da área do litoral, o que repercutiu diretamente na demanda por serviços e nas relações comerciais. O crescimento de Caucaia repercutiu no aparecimento de subcentralidades, como será observado.

Nesse sentido, para além do crescimento do número de estabelecimentos, é essencial compreender os vínculos empregatícios nesse setor, que, não obstante, teve também seu crescimento. Para isso, foram analisados dados do Rais/Caged, Brasil (2006, 2011, 2021), que possuem números de estabelecimentos menores, mas foram considerados essenciais para a análise dos vínculos dispostos. No caso do ano de 2006, é o menor ano que possui dados, infelizmente 2001 não possui dados no sistema com essas informações.

No sistema Rais/Caged, Caucaia possuía, em 2006, 546 estabelecimentos; em 2011, tinha 900; e, em 2021, 2.084. Diante disso, no que tange aos vínculos, os dados apontam que Caucaia tinha 2.365 em 2006, 5.025 em 2011 e 7.946 em 2021. Para conhecer mais esses profissionais, foram coletados dados referentes a sexo, idade e escolaridade. No que diz respeito ao sexo dos comerciantes, em 2021, 3.107 eram do sexo feminino e 4.839 do sexo masculino, havendo, portanto, mais trabalhadores do sexo masculino (Gráfico 1). Vale ressaltar que a participação feminina, mesmo que menor, é crescente se pensarmos que é muito atual no contexto histórico.

Sobre essa questão, como citado, a participação feminina no mercado de trabalho é muito recente. Conforme Barbosa (2014), no Brasil, de acordo com dados da Pnad, a taxa de participação das mulheres, entre 15 e 59 anos de idade, aumentou de 52,5% (em 1992), para 61% (em 2012), um avanço significativo, mesmo diante ainda da grande diferença na participação masculina e feminina e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado.

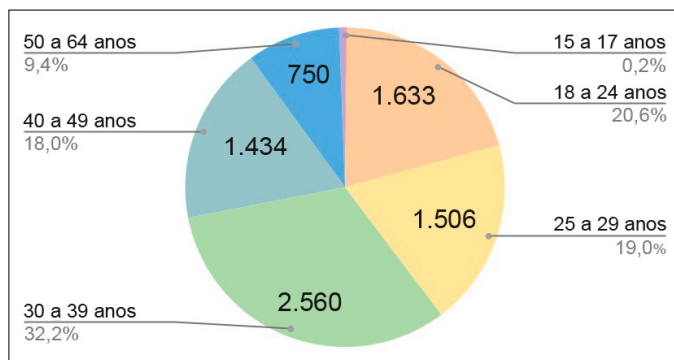
Gráfico 1 – Sexo dos vínculos comerciais de Caucaia



Fonte: Brasil, 2021. Elaboração própria.

Quanto à idade dos trabalhadores dos comércios de Caucaia, a maior parte com 32,2% do total, sendo 2.560 vínculos, foram os trabalhadores na faixa etária de 30 a 39 anos. Logo depois, os de 18 a 24 anos, totalizando 20,6%, com 1.633 vínculos; logo em seguida, os de 24 a 29 anos com 19% e 1.506 vínculos; e, em quantidade parecida, os de 40 a 49 anos, representando 18% do total, com 1.434 vínculos (Gráfico 2). Observa-se, no geral, que a idade dos trabalhadores é concomitante ao término do Ensino Médio e vai diminuindo à medida que o trabalhador se aproxima do tempo de aposentadoria.

Gráfico 2 – Faixa etária dos vínculos comerciais de Caucaia

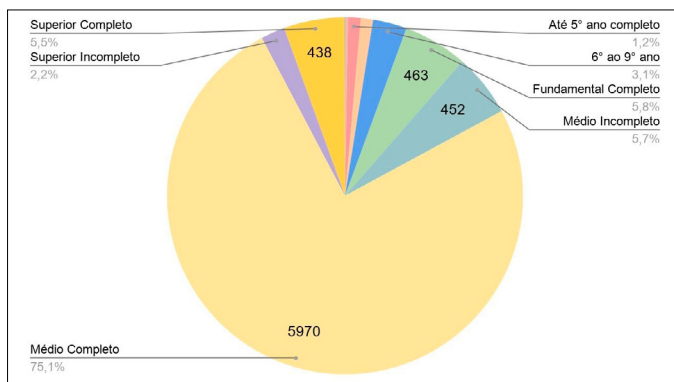


Fonte: Brasil, 2021. Elaboração própria.

Por último, pode-se observar o grau de escolaridade. A maior parte dos trabalhadores dos comércios possui ensino médio completo, contando com 75,1% do total com 5.970. Em menor parte, fundamental completo com 5,8% e médio incompleto com 5,7% (Gráfico 3). O grande protagonismo dos vínculos com ensino médio concluído pode ser atribuído à maior requisição de qualificação, diante dos moldes da competitividade advindos do processo de reestruturação urbana e produtiva – a análise em campo no comércio de Caucaia mostrou que, na maioria dos casos, os empregadores solicitavam dos candidatos ao emprego, no mínimo, o ensino médio completo.

No que diz respeito à questão de qualificação e reestruturação produtiva, diante desse processo, com a competitividade no mercado internacional e o uso de tecnologias, as indústrias começaram a pautar suas estratégias na qualificação dos trabalhadores e não mais tanto no uso intensivo de mão de obra semiquificada (Leite; Posthuma, 1996). Todavia, esse processo não impactou só as indústrias, mas o mercado de trabalho no geral, no qual se observa o maior requisito de qualificação nas empresas de comércios e serviços, mostrado anteriormente. Ademais, isso não indica melhoria nas condições de remuneração e de trabalho, mas uma maior competitividade na busca por emprego.

Gráfico 3 – Escolaridade dos Vínculos Comerciais de Caucaia

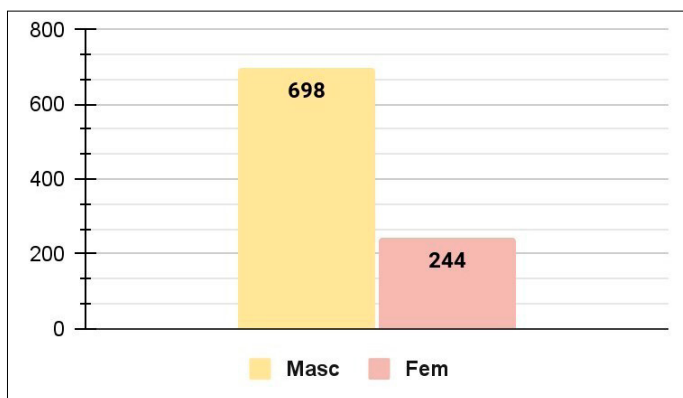


Fonte: Brasil, 2021. Elaboração própria.

No que tange aos serviços no município de Caucaia, no sistema Rais/Caged, em 2006, existiam 136 estabelecimentos; em 2011, eram 159 estabelecimentos; e, em 2021, 186. Já nos vínculos, os dados a serem analisados por esse sistema mostravam a existência de 518 vínculos em 2006, 735 em 2011 e 942 em 2021.

Assim como no comércio, foram analisados ainda os fatores sexo, idade e escolaridade dessas pessoas. Sobre o sexo desses trabalhadores, em 2021, 698 eram do sexo masculino e 244 do sexo feminino (Gráfico 4), seguindo condições parecidas com as do comércio.

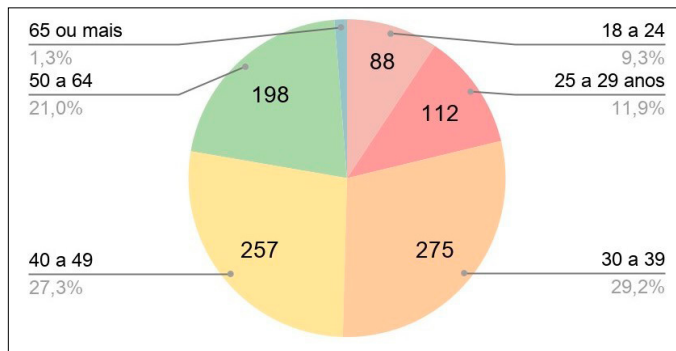
Gráfico 4 – Sexo dos Vínculos de Serviços de Caucaia



Fonte: Brasil, 2021. Elaboração própria.

Quanto à idade, a maior parte dos trabalhadores, segundo o Rais/Caged, possui de 30 a 39 anos, totalizando 29,2%, com 275 vínculos. Logo depois, os trabalhadores de 40 a 49 anos, com 27,3% do total e 257 vínculos; e de 50 a 64 anos com 21% e 198 vínculos (Gráfico 5). Observa-se, nessa área, uma idade mais avançada do que aquela constatada nos dados de comércio.

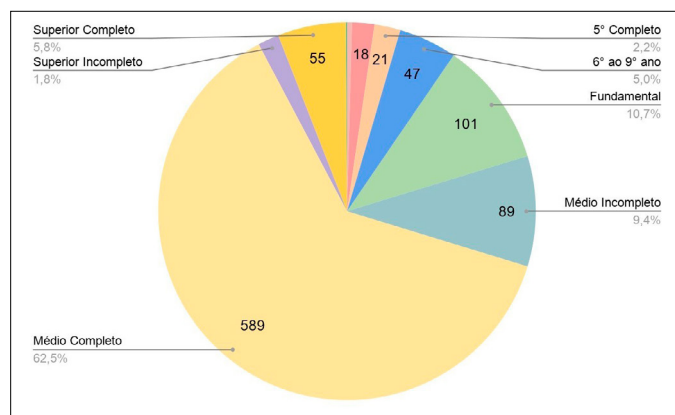
Gráfico 5 – Faixa Etária dos Vínculos de Serviços de Caucaia



Fonte: Brasil, 2021. Elaboração própria.

Por último, na escolaridade (Gráfico 6), nota-se que, em 2021, consoante os dados da Rais/Caged (2021) de Caucaia, a maioria dos pesquisados, assim como no comércio, apresentou vínculos com ensino médio completo, sendo 62,5% do total, com 589 vínculos. Os demais índices foram médio incompleto com 9,4% e fundamental completo com 10,7%. Assim como citado sobre o comércio, esse protagonismo do médio completo, deve-se à grande quantidade de serviços que empregam somente sob essa condição.

Gráfico 6 – Escolaridade dos Vínculos de Serviços de Caucaia



Fonte: Brasil, 2021. Elaboração própria.

Diante dos dados expostos e analisados, observou-se o impacto do setor terciário em Caucaia, assim como a sua influência no estado cearense e na RMF, além de observar dados sobre os profissionais que atuam nessa área no município. Para compreender melhor esse setor no município, foi realizada uma pesquisa de campo nos seus principais locais comerciais e de serviços: a Sede de Caucaia, principalmente as avenidas Edson da Mota Correia e Juaci Sampaio Pontes; e o bairro Jurema, mais especificamente, a avenida Dom Almeida Lustosa. Esses locais foram escolhidos por meio de análises no Google Earth, sobre os principais pontos do setor terciário em Caucaia e por meio de conversas com moradores de Caucaia de distintos distritos, utilizando a pergunta “Qual local você utiliza, dentro de Caucaia, com ampla gama de comércios e serviços para fazer as suas compras ou utilizar os serviços?”.

Destarte, foi realizada entrevista semiestruturada com comerciantes e trabalhadores do setor de serviços de tais áreas. Sobre as questões, foi elaborado um roteiro com catorze perguntas, com os tópicos: identificação do entrevistado; tempo de trabalho; informações do estabelecimento; informações sobre a atividade comercial e o produto comercializado; questões relacionadas ao local de trabalho; relação serviço e comércio; e impactos da pandemia.

Nesse sentido, ao todo, foram entrevistadas trinta profissionais, sendo quinze em cada local escolhido, dez de comércios e cinco de serviços. Sobre os estabelecimentos pesquisados, foram escolhidos comércios e serviços do setor informal e do formal. No que tange aos serviços e produtos comercializados, foram notados tipos variáveis em todos os locais e também foram escolhidos diferentes tipos para as entrevistas.

Assim sendo, o primeiro local está situado no Distrito da Jurema. De acordo com Souza (2015), sua história remonta a 1930, quando o Dr. José Turíbio de Souza herdou algumas terras e construiu a Fazenda Jurema, que alcançou grande destaque nas atividades do setor primário. José Turíbio, consoante a autora, também teve seu destaque na construção de infraestrutura para o local, construindo, inclusive, duas estradas sem incentivos do governo, sendo uma

delas a Av. Dom Almeida Lustosa. Posteriormente, com o desenvolvimento dos conjuntos habitacionais, esse espaço foi ganhando uma nova estrutura e também criando algumas comunidades, formando-se a Grande Jurema e, logo depois, o distrito. Assim como ressaltado anteriormente, muitos residentes da RMF foram para esse local, principalmente porque tinha uma boa estrutura e ficava mais próximo de Fortaleza.

Atualmente, segundo Lima, Costa e Coelho (2020, p. 151), a Jurema constitui-se como uma subcentralidade da RMF:

O distrito que nasce com uma função predominantemente residencial, hoje se firma pela importância e dinamismo do terceiro setor da economia, dinamismo este que confere uma multiplicidade de fluxos alçando Jurema a uma posição de destaque no contexto intraurbano, em contraposição à sede do município, sendo essa crescente importância passível de corroborar as ideias do projeto de emancipação político-administrativa a qual o distrito, em alguns momentos de sua recente história já se submeteu e colocou em debate, e que eventualmente emerge no cenário político de Caucaia.

Destarte, no que tange ao comércio e serviço, baseado nas análises, na Av. Dom Almeida Lustosa na Jurema (Figura 1 e 2), nota-se o predomínio do comércio de confecções, tendo também em grande quantidade comércio de alimentação, farmacêutico, óticas, eletrodomésticos e móveis, comércio de eletrônicos etc. Em relação a serviços, há muitos relacionados à saúde, e, em menor quantidade, os de beleza, automotores e bancários (Lotérica e Caixa Econômica) etc. Dentre as grandes empresas que se instalaram no local, destacam-se Macavi; Magazine Luiza; Freitas Varejo; BanBan Calçados; Açougue Boi & Cia; Casas Bahia; Caixa Econômica; Casa Lotérica; Farmácia do Trabalhador do Brasil; e Casa Pio.

Figura 1– Avenida Dom Almeida Lustosa (Jurema)



Fonte: Autoral.

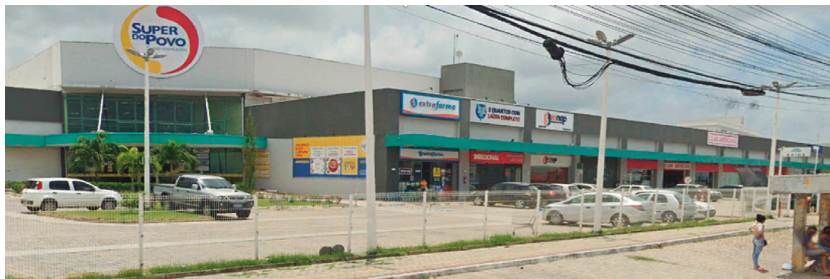
Figura 2 – Avenida Dom Almeida Lustosa (Jurema)



Fonte: Autoral.

Ademais, na avenida analisada, é importante salientar como uma estrutura comercial importante o Shopping Jurema, que, no momento da pesquisa, não possuía muitos comércios. No entanto, vale ressaltar os estabelecimentos Extrafarma e Lojas Americanas.

Figura 3 – Shopping Jurema



Fonte: Google Earth (2023).

Ainda, uma estrutura do comércio dito do circuito mais inferior, embora fundamental no local, é a feira da Jurema (Figura 4 e 5), que ocorre principalmente nos dias de sábado e domingo e vende produtos variados. Sobre o local da feira, existem distintos impasses, pois o local não possui estrutura apropriada, apenas espécies de barracas construídas pelos próprios feirantes, estando eles, muitas vezes, desprotegidos de fatores climáticos.

Figura 4 – Feira da Jurema



Fonte: Autoral.

Figura 5 – Feira da Jurema



Fonte: Autoral.

Para a melhoria de condições, há mais de dez anos, existe a promessa de mudança da feira para o Mercado da Jurema (Figura 6), mas a obra se iniciou e ficou parada por muito tempo, retornando apenas em 2021 e seguindo em construção atualmente, ano de 2024, com o objetivo da construção da estrutura com duzentos boxes, segundo entrevistados.

Figura 6 – Obra do Mercado da Jurema



Fonte: Autoral.

Além disso, existem muitos comerciantes que ficam nas calçadas, em barracas armadas por eles mesmos. Inclusive, a obra do calçadão, recentemente realizada, trouxe mais comerciantes desse tipo para o local. Mesmo com o aumento de comerciantes no calçadão, muitos entrevistados disseram que a obra também criou dificuldades, como a mudança de rota do transporte público,

que não passa mais onde se concentram comércios e serviços na avenida, fazendo muitos trabalhadores observarem a diminuição do fluxo de pessoas.

Retornando aos tipos de comércios e serviços, existem muitos estabelecimentos fixos. Entre os quinze entrevistados, dois eram próprios e treze eram alugados. Observa-se, diante disso, a diferenciação de estruturas. Os comerciantes do circuito inferior, que não podem adquirir um estabelecimento, encontram-se localizados em espaços, muitas vezes, com péssimas condições e negligenciados pelo poder público. Segundo Silveira (2015), a agregação do circuito inferior se dá em áreas criadas pelo acontecer homólogo e complementar. Consoante a autora, o poder público, inúmeras vezes, utiliza os projetos na revitalização de áreas para o circuito superior; em contrapartida, acaba expulsando os lugares de refúgio da economia da pobreza. Contudo, mesmo com essas dificuldades, nas questões relacionadas aos motivos de escolherem o local para empreender, todos os entrevistados na Jurema citaram o movimento e fluxo de pessoas.

Sob essa ótica, com essa gama de comércios e serviços dos mais distintos tipos na avenida, cria-se uma dinâmica no espaço. Nessa dinâmica, as empresas grandes impactam nas menores e nos pequenos empreendedores, seguindo a lógica do circuito superior influenciando o inferior, mesmo que muitas não sejam multinacionais. As empresas grandes impactam trazendo maior concorrência e, ao mesmo tempo, algumas propiciam movimento ao local, pois muitas pessoas vão consumir ou utilizar esses serviços e acabam também vendo a grande gama de oportunidades no local.

Isso ocorre, sobretudo, com os serviços, em especial a Caixa Econômica da Jurema, que recebe pessoas de toda a RMF e outros municípios cearenses, mas também podem-se citar serviços de saúde que recebem pessoas de toda Caucaia e arredores, entre outros. Um outro serviço essencial para o aumento de fluxo em todo o município é o transporte público, que ficou gratuito e, portanto, facilitou a locomoção de pessoas. Sobre a relação dos circuitos da economia, Dantas (2012) ressalta que

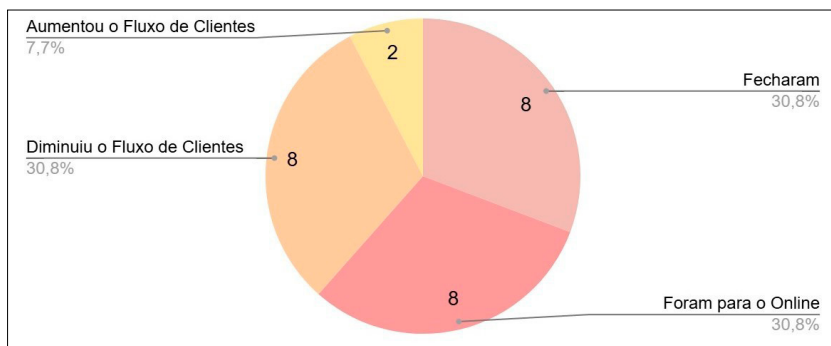
a divisão do espaço entre ambos os circuitos não necessariamente irá gerar uma forte divisão entre ambos, apesar de não haver harmonia entre ambos. No entanto, existe uma intrínseca relação entre ambos os circuitos.

Entrando em questões mais específicas do comércio, para se compreender a dinâmica do local, buscou-se compreender a origem dos produtos. No que tange aos entrevistados do comércio, os quais foram dez, a maioria dos produtos advém de compra e revenda ou distribuidora, sendo a maioria nacional e, mais especificamente, de Fortaleza, demonstrando forte rede de influência comercial da capital no espaço metropolitano. Ademais, existe maior fluxo de vendas de produtos para varejo, em comparação com o atacado, sendo que todos os entrevistados citaram que vendiam mais para varejo.

Quanto ao comércio *online* (*e-commerce*), muitas empresas vêm aderindo, sobretudo diante dos impactos da pandemia. Em sua maioria, os entrevistados possuem lojas *online* ou atendem pelo *whatsapp*, sendo no total 7 de 10. Sobre esse aumento no *e-commerce* com a pandemia, os canais de comunicação e vendas se modificaram, mas não só eles. Criou-se um novo tipo de consumidor, que busca instantaneidade e que encontrou a facilidade no serviço *online* (Rezende; Marcelino; Miyaji, 2020). Uma das entrevistadas citou que “Os consumidores diminuiram principalmente devido ao *e-commerce* e isso está ocasionando a diminuição de lojas fixas e empregos”. Além de vendas *online*, o comércio cada vez mais possui serviços de entrega, totalizando 6 de 10. Sendo assim, como é possível perceber, o comércio a distância vem ganhando cada vez mais adeptos.

Por último, foi perguntado como a pandemia impactou nas vendas, oito pessoas citaram que tiveram que fechar; oito falaram que foram para o *online*; oito disseram que diminuiu o fluxo de clientes; e, no caso de farmácias e outros da área de saúde, a pandemia melhorou as vendas (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Impactos da Pandemia no Comércio da Av. Dom Almeida Lustosa - Jurema



Fonte: Autoral.

No centro de Caucaia, por sua vez, também se percebe o surgimento de um centro do município e uma subcentralidade da RMF, a mais importante e antiga do município, já mencionado na parte da evolução urbana de Caucaia. Assim sendo, nas principais avenidas, na Av. Edson da Mota Correia e Av. Juaci Sampaio Pontes (Figura 7), percebe-se uma quantidade ainda maior de comércios e serviços. Não obstante, existe nesse espaço uma grande diversidade de tipos de produtos comercializados, ainda maior do que na Jurema. Pode-se citar entre os principais: confecção, alimentos, produtos farmacêuticos e eletrônicos. Nos serviços, ressaltam-se os serviços de saúde, bancários, beleza e automotores, tendo também ainda mais ofertas bancárias e de saúde do que na Jurema, sendo o local principal na escolha da população que busca esses serviços. Diante disso, nessa parte central, é possível citar várias empresas grandes instaladas.

Figura 7 – Centro de Caucaia



Fonte: Autoral.

Como estruturas comerciais, Caucaia possui o Shopping Iandê, o primeiro e maior *shopping* do município, tendo cinema, praça de alimentação, caixas 24 horas, atrações culturais e pequenas e grandes lojas (Figura 8).

Figura 8 – Shopping Iandê Caucaia



Fonte: Google Earth (2023).

Um outro espaço privado, a Praça do Comércio (antigo Mega Center) (Figura 9), possui várias lojas e praça de alimentação, mas, pelo alto custo de se instalar no local, muitos boxes encontram-se

ainda à venda (Figura 10). A Praça do Comércio, mesmo localizada no centro de Caucaia, infelizmente, é um local que, segundo entrevistados, tem baixo fluxo de pessoas, inclusive vale ressaltar a fala de uma comerciante, a qual citou que “provavelmente o problema seria que os consumidores já estão acostumados a comprar no comércio de rua, mercado ou nas grandes lojas”.

Figura 9 – Praça do Comércio



Fonte: Autoral.

Figura 10 – Lojas em venda na Praça do Comércio



Fonte: Autoral.

Além desses espaços, cabe mencionar também o Mercado Juaci Sampaio Pontes, que é referência em produtos alimentares da região, também comercializando outros tipos de produtos, como eletrônicos, confecção etc (Figura 11). Sobre o mercado, ele foi reformado em 2019, após diversos problemas estruturais existentes há bastante tempo no local. Contudo, segundo os entrevistados, as reformas no mercado voltaram-se mais para a fachada do local, restando ainda muitas melhorias a serem feitas. Além da estrutura, foi dito que a organização em relação a segurança e limpeza, precisava ser melhorada.

Figura 11– Mercado Juaci Sampaio Pontes



Fonte: Autoral.

Outro espaço é um Anexo da Prefeitura, que os comerciantes denominam de “Shopping Popular” (Figura 12). Esse espaço não é fixo e foi criado para que antigos comerciantes da feira de Caucaia, que foi dissipada, pudessem comercializar. Estruturalmente e em termos de organização, o local é bem negligenciado e precisa de inúmeras melhorias. Uma das entrevistadas citou que existem planos para eles irem para o camelódromo, estrutura construída ao lado do Shopping Popular. Contudo, quando foi criado, o camelódromo possuía péssimas condições, contendo pequenos boxes que ficavam desamparados em momentos de chuva e sol, por conta da

pouca cobertura. Atualmente, 2024, o camelódromo está sendo reformado novamente e espera-se que melhore as condições desses pequenos comerciantes

Figura 12 – Shopping Popular



Fonte: Autoral.

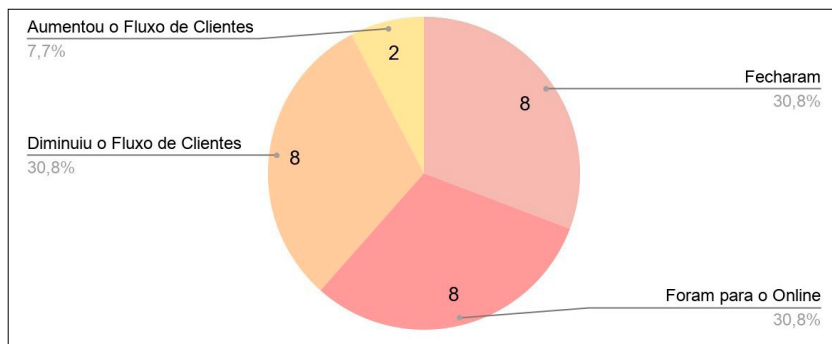
Além dessas estruturas, o Centro de Caucaia, assim como a Jurema, possui uma grande quantidade de estabelecimentos físicos, sendo treze alugados e três próprios, de quinze entrevistados do comércio e serviço caucaense. Ainda há muitos comerciantes que, por não serem incluídos nas estruturas públicas, acabam trabalhando na rua. Nota-se, diante disso, assim como na outra pesquisa em campo, a diferenciação das estruturas do público e do privado e os impasses com que se deparam os trabalhadores que dependem do governo para conseguirem o seu sustento.

Na dinâmica do comércio e serviço em Caucaia, pode-se salientar, assim como na Jurema, o impacto de estabelecimentos grandes sobre os pequenos e também a interdependência de comércio e serviço. Nas avenidas e próximo a elas, principalmente os serviços bancários – entre outros Caixa Econômica, Banco do Brasil, Itaú, Santander e Bradesco – trazem pessoas de todo o município e de outros municípios. Não obstante, os serviços de saúde também auxiliam no fluxo, tendo diversas clínicas médicas e laboratórios, constituindo o maior aglomerado dessa área no município.

Sobre as questões mais específicas do comércio do Centro de Caucaia, foram feitas dez entrevistas, nas quais se constatou que a maior parte dos produtos é advinda de compra e revenda, nacional, sendo a grande maioria de Fortaleza. Na saída dos produtos, a maior parte é para o varejo. Em relação ao ambiente *online*, em sua maioria, os entrevistados possuem lojas *online* ou atendem pelo *whatsapp*, sendo no total 7 de 10. Ademais, o comércio faz serviços de entrega, totalizando 7 de 10. Diante disso, assim como na Jurema, percebe-se que o serviço a distância vem ganhando cada vez mais adeptos.

Como última pergunta nesse espaço, foi questionado como a pandemia impactou nas vendas. As respostas foram semelhantes às da entrevista na Jurema. A maior parte (8 de 10) teve que fechar; enquanto 9 de 10 foram para o *online*; em 8 de 10, houve a diminuição do fluxo de pessoas comprando ou adquirindo serviços; e em três aumentou o fluxo de pessoas, sendo a maioria comércios ligados à saúde (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Impactos da Pandemia da Av. Edson Mota Correia e Av. Juaci Sampaio Pontes - Caucaia



Fonte: Autoral.

Em suma, a análise em campo propiciou uma melhor compreensão de como funciona o setor terciário no município e do quão representativo ele é na contemporaneidade, diante das mudanças históricas e geográficas ocorridas. Com isso, nota-se, que Caucaia

possui dois pontos principais de aglomerado de comercialização e serviços: Jurema e o Centro de Caucaia. Os dois possuem dinâmicas parecidas, tanto com a atração de produtos e serviços variados, quanto na atração de pequenos e grandes empreendedores, tendo uma dinâmica, muitas vezes, de interdependência entre esses estabelecimentos. Contudo, mesmo sendo muito influentes nessa área, enfrentam também impasses, a maior parte deles referente à negligência do poder público quanto aos pequenos comércios e serviços que não possuem local fixo, como citou uma das entrevistadas do Shopping Popular “Somos jogados de um lado para o outro, com promessas de melhorias, as quais nunca são cumpridas”.

Além disso, na dinâmica espacial de circulação de produtos, notou-se, nos dois espaços, uma forte dependência da capital do estado, Fortaleza, a qual fornece produtos para a maioria dos entrevistados, seja por intermédio de compra e revenda, quanto por distribuidoras. Por último, outras perguntas complementares foram realizadas para compreender o contexto contemporâneo, marcado pelo forte impacto das tecnologias e pelas consequências da pandemia da Covid-19. Resulta do primeiro ponto a forte adesão ao meio virtual, e do segundo, a diminuição expressiva do público consumidor e de seus poderes aquisitivos.

Considerações finais

Pode-se concluir que o município de Caucaia, tendo como principal setor econômico o terciário, é um dos grandes protagonistas do setor na RMF e no estado do Ceará, apresentando-se como o 2º lugar nos dois, atrás apenas da capital Fortaleza. Sobre quem compõe esse setor, pode-se ressaltar que a maior parte é do sexo masculino, mesmo sendo expressiva a participação feminina; a maioria encontra-se na faixa etária de 30 a 39 anos; e grande parte possui ensino médio completo, sendo que a maior qualificação profissional é um requisito entreposto pelo processo de reestruturação produtiva e o de globalização, diante da competitividade do mercado de trabalho.

Além disso, diante das entrevistas, pôde-se notar a distribuição espacial do comércio de Caucaia, com a maior parte localizado no bairro da Jurema e no Centro do município; a interdependência entre comércios e serviços; a diferença entre os espaços de comercialização de pequeno, médio e grande porte, havendo a negligência do poder público com os estabelecimentos de pequeno porte; a dinâmica espacial de circulação de produtos, com muitos produtos originários de Fortaleza; e o impacto da pandemia no poder aquisitivo dos consumidores e no desenvolvimento de tecnologias, especialmente para vendas *online*, com o objetivo de driblar esse impasse.

Em suma, nota-se que o setor terciário em Caucaia propicia diversos impactos na economia do próprio município, assim como no PIB estadual, mesmo que uma boa parte dos produtos provenha de Fortaleza. Com base nisso, o setor emprega diversas pessoas e configura-se como uma das principais fontes de renda das famílias caucaienses. Todavia, ainda se observam diversos impasses, como a falta de estrutura e apoio aos comerciantes de pequeno porte, inclusive aos informais, os quais nem sempre possuem locais adequados para trabalhar. Por fim, a pandemia trouxe ainda mais problemas, reduzindo o poder aquisitivo dos consumidores e, conseqüentemente, impactando de forma negativa na economia. Porém, os trabalhadores conseguiram minimizar tais impasses, com o suporte das tecnologias, que, desde então, passaram a integrar o dia a dia do setor terciário caucaiense.

Referências

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. *Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. Brasília, DF: MTE, 2006. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. Brasília, DF: MTE, 2011. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)*. Brasília, DF: MTE, 2021. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). *A cidade e o comércio ambulante: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975-1995)*. Fortaleza: EDUFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: indicadores de mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Indicadores econômicos do Ceará 2011*. Fortaleza: Ipece, 2011. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Indicadores econômicos do Ceará 2021*. Fortaleza: Ipece, 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Indicadores econômicos do Ceará 2021*. Fortaleza: Ipece, 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2025.

KON, Anita. *Evolução do setor terciário brasileiro*. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: COMIN,

Álvaro Augusto; OLIVEIRA, Carlos Alonso de (org.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994.

LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Anne Caroline. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 1, p. 63-76, 1996.

LIMA, Ana Letícia Freitas; COSTA, Maria Clélia Lustosa; COELHO, Francisco Alexandre. A produção do espaço urbano de Caucaia-CE: o caso do distrito de Jurema. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 22, n. 1, p. 134-153, abr. 2020.

REZENDE, Adriano Alves de; MARCELINO, José Antônio; MIYAJI, Mauren. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de covid-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo*, (Online), v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015.

SOUZA, Vlândia da Silva. *Emancipações político-administrativas no Ceará: uma reflexão sobre o caso de Jurema/Caucaia-CE*. Fortaleza, 2015.

REFUNCIONALIZAÇÃO DE MARANGUAPE-CE

espaços de vivências e memórias

*Mariane Lemos Abreu
Alexsandra Maria Vieira Muniz*

Introdução

Ao longo dos anos, o espaço urbano de Maranguape sofreu profundas transformações, impulsionadas, por exemplo, pela expansão urbana, pela produção cafeeira e pela industrialização. Nessa dinâmica, a paisagem, os casarões e o espaço urbano acabam se modificando, gerando novas formas e funções. Diante disso, os patrimônios históricos, turísticos e culturais emergem como um registro vivo das diversas fases da cidade, revelando as marcas do tempo e as camadas de memória que a compõem.

O município maranguapense teve um grande papel no processo de inserção do Ceará na economia nacional, por conta da agricultura, sendo elemento fundamental na construção da sua própria história. Mendes (2006) afirma que foi com a criação do gado e a produção do algodão, que o território cearense obteve grandes avanços de ocupações e apropriações sobre o espaço.

Em meados do século XIX, Fortaleza se estruturava como uma capital economicamente bastante forte, haja vista que se tornava um grande entreposto comercial do Ceará e que vinha recebendo e comercializando o algodão produzido no sertão, além do café que estava sendo produzido, em grande escala, nos municípios serranos, como o município de Maranguape, que aproveitou o crescimento econômico, para fazer melhorias urbanas, como arborização das ruas, construções de praças e da igreja matriz. Algumas dessas transformações ainda se encontram na paisagem do município, revelando assim marcas do passado presentes no hoje.

Este trabalho buscou analisar as mudanças ocorridas no bairro Centro no município de Maranguape entre os anos 1851-2022, com enfoque na refuncionalização do espaço urbano, observando as novas e antigas formas e funções. Constatamos assim as mudanças das funções dos locais que antes eram ocupados com indústrias e atualmente exercem um novo papel, principalmente para o setor terciário, com a construção de imóveis comerciais.

O presente trabalho, portanto, tem por objetivo principal analisar as transformações do espaço urbano do município de Maranguape-CE e, como objetivos específicos, a) identificar as mudanças que ocorreram no bairro Centro no município de Maranguape entre os anos 1851-2022, observando as suas novas e antigas formas e funções; b) compreender como os patrimônios históricos, culturais e turísticos contribuem na construção da memória da população local; c) avaliar como as transformações do espaço urbano influenciaram a vivência e a percepção de identidade dos moradores de Maranguape-CE.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, foi utilizada a pesquisa exploratória com uma abordagem qualiquantitativa, pois é necessário compreender como as transformações do espaço urbano estão atreladas à memória e vivência da população maranguapense, apoiados na quantificação de dados. Diante disso, foi realizada pesquisa bibliográfica, coleta e análise de dados, para pesquisar informações relacionadas com o tema da pesquisa, por meio de documentos,

artigos, teses, fotografias, livros e arquivos digitais. Dentre os autores fundamentais nesta investigação, destacamos: Carlos (1992), Santos (1996), Marques (2006), Leitão (2008), Franco e Muniz (2020).

Além disso, foram realizadas buscas no *site* oficial da Prefeitura de Maranguape e demais órgãos do governo do estado, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O município de Maranguape, em toda a extensão de seu território, possui diversos patrimônios históricos, turísticos e culturais, que marcam a história e o crescimento do município ao longo do tempo. O bairro Centro, localizado na sede do município, concentra uma grande quantidade de imóveis antigos, com fachadas características do passado. O bairro possui 66 patrimônios tombados.¹ É de suma importância que a população conheça a história desses patrimônios e os ocupe, preservando não apenas os espaços físicos, mas também as memórias e vivências desses lugares.

A origem da cidade de Maranguape: do povoamento ao *status* de cidade

Antes de apresentar as mudanças ocorridas no bairro Centro, em relação às suas novas e antigas formas e funções, é necessário compreender como ocorreu o processo de povoamento da cidade. Observando como esse processo contribuiu para o desenvolvimento da industrialização e urbanização do município.

Em grande parte do território brasileiro, ocorreu o processo de colonização, em que estrangeiros vinham em busca de riquezas, como prata e ouro, que podiam ser encontradas nas cavernas e nas terras ocupadas pelos povos originários, não sendo diferente na região onde hoje se localiza o município de Maranguape.

¹ Dado retirado do documento oficial da Lei Nº 1754/2003 municipal de patrimônios históricos, culturais e turísticos - 16 de dezembro de 2003.

As origens da colonização de Maranguape vêm do século XVII quando os holandeses, que já dominavam Pernambuco, resolveram conquistar esta outra parte do Nordeste. Correu a notícia entre os ocupantes de que havia prata no monte Itarema, na serra de Aratanha e proximidades da serra de Maranguape (Leitão, 2008, p. 33).

Porém, para os holandeses, a extração desses minérios não estava valendo o esforço, pois as despesas da extração eram maiores do que o mineral obtido por eles. Além disso, em 1654, os holandeses foram expulsos do Brasil. No início do século XVIII, ocorreu a divisão das terras da região, realizada pela Coroa Portuguesa, sendo os primeiros beneficiários Pedro da Silva e Antônio Moraes. Segundo Leitão (2008) e Pontes (2011), eles tomaram posse dessas terras em 12 de junho de 1707. Na mesma região, posteriormente, houve outras concessões.

No início do século XIX, ocorreu o processo definitivo de povoamento com a chegada do português Joaquim Lopes de Abreu. Ele fez uma solicitação de três léguas de terras na região, com o intuito de construir um engenho de açúcar, que futuramente se tornaria o município de Maranguape. De acordo com Pontes (2011, p. 15), “Com Abreu, nasceu o núcleo original da atual cidade de Maranguape, um arruado nascido à margem esquerda do riacho Pirapora, tendo ao lado uma capela erguida pelo colonizador [...]”, em homenagem a Nossa Senhora da Penha, com o intuito de atender aos interesses religiosos dos habitantes.

O pequeno povoado passa a ser nomeado por Alto da Vila, onde se localiza o bairro Outra Banda, sendo este o bairro mais antigo da cidade. Vale ressaltar que atualmente é possível encontrar no bairro algumas casas cujas fachadas ainda possuem características do passado (Figura 1). Entretanto com o passar dos anos, o número vem se tornando cada vez menor, dando espaço para novos imóveis e empreendimentos que mudam a paisagem do lugar. O espaço onde se localizava a antiga Maternidade Dr. Olinto Oliveira (inaugurada

no ano de 1994), por exemplo, foi transformado no Maranguape Shopping Mall (inaugurado em 14 de novembro de 2015).

Figura 1– Casas localizadas no bairro Outra Banda



Fonte: Abreu (2023a).

Nota: Conjunto de casas localizadas no bairro Outra Banda, tombadas pela Lei de patrimônio do município, Lei nº 1754/2003.

Desse modo, podemos observar, conforme a Figura 13, a presença de “Rugosidades Urbanas”, expressão de Santos (2012), na paisagem urbana de Maranguape. Trata-se de fixos espaciais que carregam as marcas do passado em contraste com a (re)produção do espaço urbano contemporâneo. Assim o espaço urbano de Maranguape apresenta áreas em que as rugosidades urbanas são preservadas, todavia, conforme o trabalho de campo, tais fixos espaciais que remontam ao passado também vêm sendo metamorfoseados e refuncionalizados para novos usos. Com isso, surgem novas questões que serão apresentadas adiante no corpo deste trabalho.

Destarte, sobre o conceito de rugosidade urbana, Santos (2012, p. 140), salienta que:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (Santos, 2012, p. 140).

Outrossim, às margens do Rio Pirapora, onde se localizava a região, a fertilidade do solo contribuiu com a agricultura, principalmente com a produção do café. Leitão (2008) reafirma isto quando aponta que “Maranguape, pelas condições de seu solo de textura argilosa, apresentou-se como território ideal para plantação de cana-de-açúcar e café”. Dessa forma, o pequeno povoamento vai ganhando mais espaço, acarretando grande fluxo migracional, contribuindo com o crescimento da população, que vinha em busca de terras para plantio. No ano de 1760, o povoado foi rebatizado como Maranguape² (atual nome do município).

De acordo com Marques (2006, p. 7), por Provisão de 1º de janeiro de 1760, Maranguape se torna um distrito e pelo Ato Provincial de 18 de março de 1842, passa a ser distrito de Fortaleza. De acordo com Pontes (2011 *apud* Leitão, 2008, p. 67), os documentos oficiais possuem as seguintes alterações:

Art. 1º – Fica elevada à categoria de Vila a povoação de Maranguape, com a mesma denominação.

Art. 2º – A povoação só será erecta em Via depois que for edificada uma Casa da Câmara, cuja planta deve ser aprovada pelo Presidente da Província.

Art. 3º – Os limites da Vila criada por esta lei são os seguintes: ao lado nascente do Siqueira, no lugar onde extrema a freguesia com a desta cidade, seguindo rumo à Lagoa do Gereraú e daí a encontrar o termo da freguesia da Vila de Aquiraz, sendo os mais limites os mesmos da freguesia.

Art. 4º – Haverá em dita Vila um só tabelião público, judicial e de notas, que será igualmente escrivão do crime, cível e de órfãos.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Joaquim Almeida Rego – Presidente da Província do Ceará.

² De acordo com Leitão (2008), o nome que originou a cidade de Maranguape possui controvérsias e diferentes significados, todos provenientes do tupi-guarani, sendo o mais conhecido o de “Maragoab”, que significa “Vale da Batalha”, em homenagem a um cacique que morava na região.

A mudança para a categoria de vila se deu no ano de 1851, pela Lei Provincial nº 533, de 17 de novembro. Emancipando-se de Fortaleza, o município passou a ganhar ainda mais espaço, aumentando, inclusive, o número de habitantes.

A passagem para a categoria de cidade ocorreu, anos depois, com a Lei Provincial nº 1.282, de 28 de setembro de 1869, com a mesma dominação.

Ao longo do tempo, muitas transformações aconteceram em todo o território maranguapense, porém, em alguns prédios, casas e outros espaços, é possível observar traços do passado, que atualmente possuem novas formas e funções, como a Praça Centro de Educação Infantil Joaquim Sombra (Figura 2), que, no passado, abrigou a primeira Rodoviária do município.

Figura 2 – Mosaico com as imagens da Praça Centro de Educação Infantil Joaquim Sombra



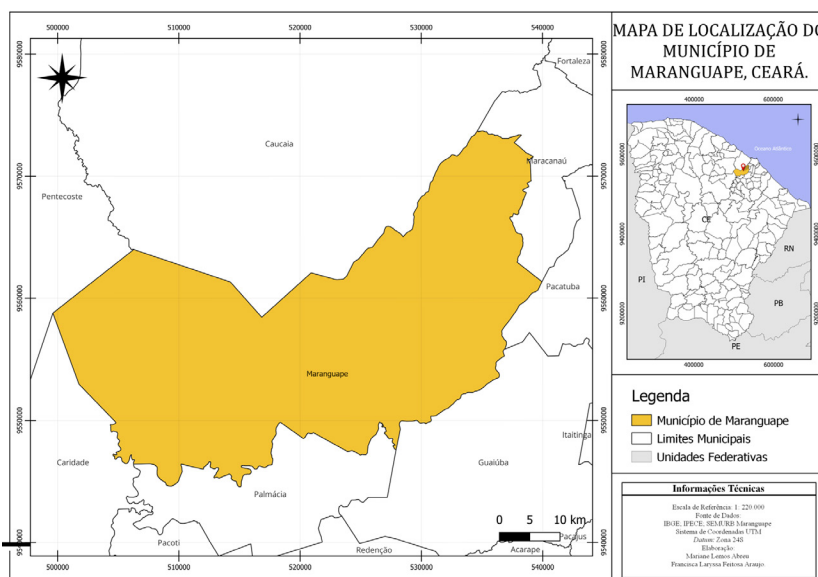
Fonte: Maranguape Fotos, 2017. Adaptada pelas autoras, 2023.

Nota: A/B – Praça Centro de Educação Infantil Joaquim Sombra em meados dos anos 1990. C/D – Praça Centro de Educação Infantil Joaquim Sombra atualmente.

Aspectos gerais do município de Maranguape

O município de Maranguape (Figura 3) está situado no nordeste do estado do Ceará, cerca de 27 km de distância de Fortaleza. Segundo dados do IBGE,³ o município possui aproximadamente 583.505 km² de espaço territorial, com uma população estimada em 105.093 pessoas,⁴ uma densidade demográfica de 180,11 hab./km². Segundo o IBGE (2020), o PIB *per capita* do município é de R\$ 11.511,56.

Figura 3 – Mapa do município de Maranguape-CE



Fonte: IBGE, 2021; Semurb, 2019. Adaptado pelas autoras, 2023.

Segundo dados do Caged,⁵ o município de Maranguape, em 2023, durante o mês de janeiro até outubro, contou com cerca de

³ Os dados encontrados são referentes ao ano de 2022.

⁴ Segundo dados do IBGE, em 2010, o número estimado de habitantes era de 114.005, o que representa uma queda de -7,82% em comparação com o censo de 2022.

⁵ Os dados encontrados são referentes ao ano de 2023 (janeiro a outubro).

3.426 admissões e 3.183 desligamentos das atividades econômicas do município maranguapense, ficando com um saldo positivo de 243. O Quadro 1 mostra que, durante o ano de 2023, houve saldo negativo nos meses de janeiro, maio e junho, entretanto o saldo positivo vem se mantendo durante os últimos três meses.

Quadro 1 – Valores de admissões, desligamentos e saldo de emprego no município de Maranguape

MESES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
Janeiro	269	329	- 60
Fevereiro	325	281	44
Março	443	358	85
Abril	458	354	104
Maió	262	334	- 72
Junho	288	373	- 85
Julho	342	316	26
Agosto	320	280	40
Setembro	325	257	68
Outubro	391	288	103

Fonte: Novo Caged, 2023. Adaptado pelas autoras.

No Quadro 2, é possível observar os valores das atividades econômicas do município de Maranguape no ano de 2023 (janeiro a outubro). O setor com maior número de admissões foi o da indústria com 1.375, enquanto o menor foi o da agropecuária com 104. O setor com o maior saldo positivo foi o comércio.

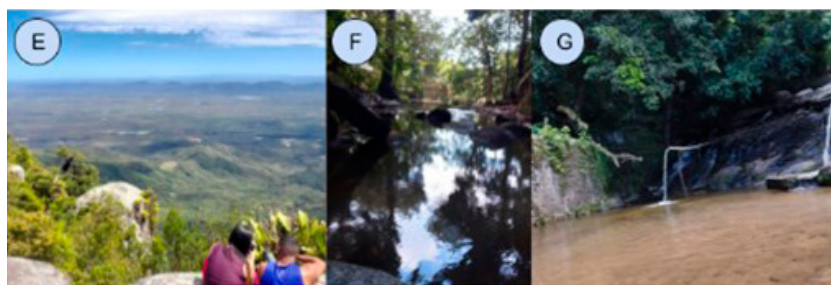
Quadro 2 – Dados das atividades econômicas no município de Maranguape

ATIVIDADES ECONÔMICAS			
Setores econômicos	Admissões	Desligamento	Saldo
Agropecuária	104	109	- 5
Indústria	1.375	1.381	- 6
Construção	121	267	- 146
Comércio	984	714	270
Serviços	842	712	130

Fonte: Novo Caged, 2023. Adaptado pelas autoras.

A cidade de Maranguape possui dois elementos marcantes em suas características. O primeiro é sua paisagem natural. Maranguape é uma cidade rodeada por serras e cachoeiras, que podem ser contempladas através de trilhas, como a trilha da Pedra da Rajada, que possui uma vista deslumbrante da cidade. A cachoeira das Três Bicas, por exemplo, é localizada na Serra da Pirapora (Figura 4). O segundo elemento marcante são os inúmeros imóveis antigos do município com suas fachadas características do período colonial. Ao andar pela cidade, é possível visualizar o passado se conectando com o presente.

Figura 4 – Mosaico com paisagem natural de Maranguape



Fonte: E – Vista da Pedra da Rajada. Luana, 2021. F/G – Cachoeira das Três Bicas. Ismael, 2023. Adaptado pela autora, 2023.

O clima de Maranguape é tropical quente úmido, favorável à agricultura, com temperatura média entre 26°C a 28°C, sendo o período chuvoso entre os meses de janeiro a maio. Em relação ao relevo, Maranguape possui, ao longo da sua distribuição geográfica, relevos com características predominantes, sendo eles Maciços Residuais e Depressões Sertaneja (Ipece, 2018). Sobre os relevos da cidade,⁶ Nunes (2020, p. 18-19) afirma que eles possuem

⁶ Os relevos que mais se destacam são as serras da Aratanha, Lajedo, Pelada e, a mais popular, Serra de Maranguape. Outros que se destacam são o Pico da Pedra Branca e o Cume do Lajedo.

[...], serras úmidas e sertão, com solos principalmente classificados como Argissolos, Luvisolos e Planossolos, possuindo uma flora característica, com espécies de vegetação de Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (Mata Seca).

Grande parte da população maranguapense realiza migração pendular,⁷ ou seja, o indivíduo mora em Maranguape e se desloca para os municípios vizinhos, principalmente Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, para trabalhar ou estudar, por exemplo.

A população que mora nos distritos, quando precisa se deslocar em transporte público para Fortaleza, em busca de determinados serviços, paga passagens de custo muito elevado para o tipo de transporte disponível. Em 2022, como mostra o Quadro 3, por exemplo, uma passagem de Itapebussu para Fortaleza podia custar até R\$ 17,20 reais. Ainda conforme o Quadro 3, temos que, para esse tipo de deslocamento, a população dispõe de mais de uma empresa de ônibus do município, sendo as três maiores a São Paulo, a Viação Penha e a Expresso Novo Maranguape (conhecida popularmente por Tabatinga), além dessas, existe a empresa Via Metro. As duas primeiras são responsáveis pela linha Maranguape (MPE) ↔ Fortaleza (linhas metropolitanas).

⁷ “Nos estudos urbanos, movimento pendular é um termo que significa um percurso cotidiano entre cidades ou aglomerações urbanas, realizado por moradores de uma cidade que trabalham ou estudam em outra cidade próxima. A cidade em que o morador habita é chamada de cidade dormitório. Esses movimentos são comuns em cidades que compõem regiões metropolitanas, em que há grande volume de viagens desse tipo. No processo de constituição dessas aglomerações, as rodovias desempenham um papel importante, na medida em que elas são utilizadas para essas viagens e, em suas margens, instalam-se indústrias, shopping centers, comércios e serviços, que impulsionam o mercado de trabalho intermunicipal”. NUNES, José Horta. Movimento Pendular. *Endici-Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=241>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Quadro 3 – Tarifas metropolitanas: Maranguape ↔ Fortaleza

TARIFAS METROPOLITANAS EM 2022		
ITINERÁRIO	INTEIRA	MEIA
MPE – FORTALEZA	R\$ 9,00	R\$ 4,50
MPE – JUBAIA	R\$ 7,15	R\$ 4,10
MPE – ITAPEBUSSÚ	R\$ 10,75	R\$ 5,40
MPE – AMANARI	R\$ 10,75	R\$ 5,40
ITAPEBUSSÚ – FORT	R\$ 17,20	R\$ 8,60
AMANARI – FORT	R\$ 17,20	R\$ 8,60
UMARIZEIRAS – FORT	R\$ 12,45	R\$ 6,20

Fonte: Viação Penha, 2022. Adaptado pelas autoras.

As características naturais e a tranquilidade que a região possuía tornavam bastante atrativo o lugar. Mendes (2006, p. 59) afirma que “[...] o interesse dos fortalezenses pela serra em época de férias, é sobretudo motivado pela tranquilidade oferecida pelo lugar e o contato mais próximo com a natureza”. Além disso, cabe ressaltar o fácil acesso a Fortaleza, principalmente pela CE-065.

Uma referência de espaço de lazer em meados do século XX é o Balneário Pirapora, inaugurado em 4 de março de 1937. O empreendimento foi um grande atrativo turístico e econômico, gerando muitas memórias. Esse empreendimento, posteriormente, foi substituído pelo Hotel Balneário Pirapora Palace⁸ (Figura 5), inaugurado em 1972 (Nunes, 2018a). Atualmente, o lugar está perdido no tempo, as marcas de seu auge ainda se fazem presentes, porém não foram bem preservadas, carecendo de revitalização, trata-se de um empreendimento que ainda poderia gerar empregos e renda para o município.

⁸ O Balneário Pirapora Palace não faz parte do acervo dos patrimônios tombados. Ele não está listado no documento oficial da Lei Municipal de Patrimônios N° 1754/2003.

Figura 5 – Mosaico com as imagens do Balneário Pirapora



Fonte: Nunes, 2018a. Adaptada pela autora, 2023.

Nota: H – Balneário Pirapora. I – Hotel Balneário Pirapora Palace. J/K – Hotel Balneário Pirapora Palace como está após o encerramento das atividades.

As paisagens e o clima da cidade, além de atraírem turistas, favoreceram a fruticultura e o início do processo de industrialização no município (Leitão, 2008). As indústrias possuem um papel fundamental na economia das cidades. Segundo Carlos (1992, p. 66), a “[...] concentração da indústria e de grande massa populacional atrai não só o poder econômico como o político, passando a comandar espaços maiores, de acordo com o seu poder”, ou seja, a geração de novos empregos acaba atraindo novos habitantes, por meio da migração, dessa forma, as pessoas saem de sua moradia, e vão em busca de uma vida melhor em outra cidade.

Leitão (2008) aponta que, no município, eram cultivados “[...] a manga, a banana, a jaca, o abacate, a goiaba, a laranja, [...]”. De acordo com Nunes (2020, p. 20), o município vem se destacando na produção de acerola, tornando-se um atrativo para os produtores rurais. Ainda de acordo com o autor, no ano de 2017, em Maranguape, foram produzidas 2.131 toneladas de frutos, concentrando assim mais de 28% da produção do estado do Ceará (Nunes, 2020, p. 17, 33). Em relação às primeiras indústrias maranguapenses, Franco e Muniz (2018, p. 129) destacam que elas predominavam fortemente ligadas à produção agrícola, mais precisamente o cultivo de algodão. Além disso, Matos (1966, p. 58 *apud* Mendes, 2006) afirma que:

[...] produtos como o algodão, a mandioca e a cana-de-açúcar contribuíram para o surgimento das primeiras unidades fabris e para a instalação de infraestrutura, principalmente corretores e estradas que possibilitassem o escoamento e a comercialização da produção.

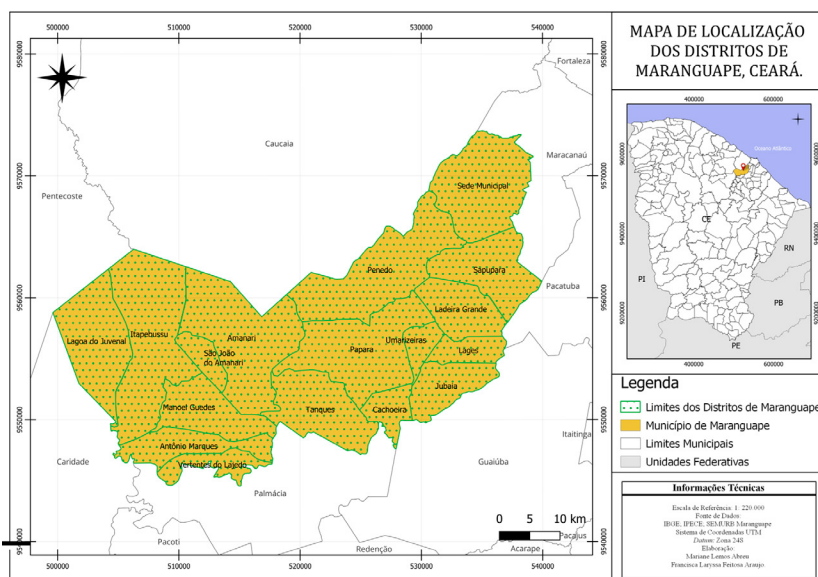
Com o destaque do algodão na economia, surgiram as primeiras fábricas de tecidos. A Thomaz Pompeu Têxtil, por exemplo, foi a primeira fábrica têxtil do estado do Ceará (Queiroz; Muniz, 2020). As fábricas de porte mais significativo localizavam-se, principalmente, nas cidades de Fortaleza, Sobral e Aracati. Na cidade de Maranguape, esse cenário pôde ser visto em meados do século XX, com um maior destaque tanto na produção, quanto no comércio do algodão, acarretando assim a instalação de usinas de beneficiamento. Atrelado a isso, o município acaba se destacando no trabalho artesanal, com a utilização da argila (panelas, pratos e jarros de barros) e pelos bordados (Mendes, 2006, p. 59).

De acordo com Pontes (2011, p. 16), o município

Limita-se ao Norte, com os municípios de Caucaia e Maracanaú; ao Sul, com os municípios de Caridade, Palmácia e Guaiúba; a Leste, com os municípios de Guaiúba, Maracanaú e Pacatuba e, a Oeste, com os municípios de Caridade e Pentecoste, [...].

O município é dividido atualmente em dezesseis distritos e uma sede. Como distritos, temos Amanari; Antônio Marques; Cachoeira; Itapebussu; Jubaia; Ladeira Grande; Lages; Lagoa do Juvenal; Manoel Guedes; Papara; Penedo; Sapupara; São João do Amanari; Tanques; Umarizeira; e Vertentes do Lajedo; e, finalmente, a sede Maranguape, como representado no mapa abaixo (Figura 6). Vale ressaltar que o número de empreendimentos, casas e serviços públicos é mais concentrado na sede (Maranguape), principalmente no bairro Centro. Já os moradores dos distritos precisam, muitas vezes, deslocar-se para a sede, caso desejem ter acesso a determinados serviços hospitalares (o Hospital Municipal Dr. Argeu Gurgel Braga Herbster, por exemplo) ou até mesmo a certas opções de lazer, como o cinema (o Maranguape Shopping Mall, por exemplo, conta com uma sala de exibição).

Figura 6 – Mapa com os distritos de Maranguape

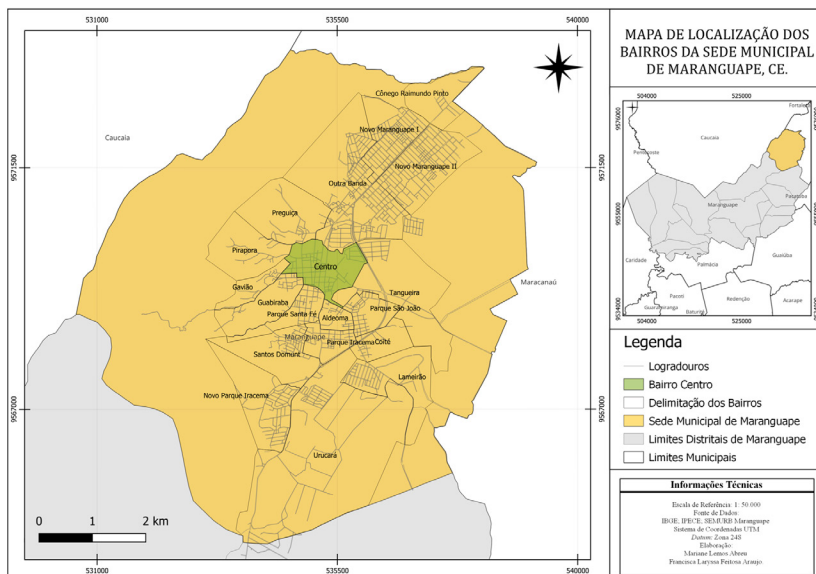


Fonte: acervo das autoras, 2023.

De acordo com a Lei Municipal nº 1015/89, a sede possui dezenove bairros: Aldeoma; Centro; Coité; Cônego Raimundo

Pinto; Gavião; Guabiraba; Lameirão; Novo Maranguape I; Novo Maranguape II; Novo Parque Iracema; Outra Banda; Parque Iracema; Parque Santa Fé; Parque São João; Pirapora; Preguiça; Santos Dumont; Tangureira; e Urucará (Figura 7).

Figura 7 – Mapa dos bairros de Maranguape (Sede)



Fonte: IBGE, 2021. Adaptado pelas autoras, 2023.

Os bairros da sede possuem suas próprias características. Alguns deles têm mais recursos, outros menos, como saneamento básico e áreas de lazer, a depender da atuação da prefeitura. Alguns bairros estão em crescente evolução, como o bairro da Tangureira que irá inaugurar um polo industrial, com início das obras em 2023, gerando emprego e renda para o município.⁹

⁹ Matéria do Jornal *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 9 mar. 2023: Obra do polo industrial de Maranguape começa em 2023; investimento de R\$ 200 milhões. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/victor-ximenes/obra-do-polo-industrial-de-maranguape-comeca-em-2023-investimento-de-r-200-milhoes-1.3343845>. Acesso em: 2 maio 2023.

O processo de ocupação e organização espacial do município de Maranguape

De acordo com Carlos (1992, p. 56), a origem de uma cidade pode estar relacionada a três setores principais: industrial, cultural (como religião, universidades e cidades-museus) ou administrativo (comercial ou político). Como resultado, as cidades se tornam o centro das atividades econômicas e sociais, transformando os espaços para atender às suas necessidades. Mas o que é exatamente o espaço urbano? De acordo com Corrêa (1993, p. 7), “[...], um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, possuindo fluxos, materiais e imateriais constantes, sendo um espaço bastante fragmentado.

Após o início da colonização em Maranguape, houve um aumento significativo no processo de ocupação com a chegada do português Joaquim Lopes de Abreu. No decorrer do século XIX, Abreu solicitou à Coroa Portuguesa permissão para expandir o número de sesmarias. Sua justificativa era baseada na fertilidade do solo da região e na crença de que isso atrairia um maior número de pessoas para se estabelecerem ali. Leitão (2008) aponta que Abreu foi em busca de mão de obra para trabalhar em suas terras, nas regiões vizinhas.

Mendes (2006, p. 45) destaca que o processo de ocupação de Maranguape ocorreu em estreita relação com as características naturais da região, uma vez que está localizado dentro do domínio das serras úmidas do Ceará. Portanto, as condições naturais proporcionaram o desenvolvimento da agricultura, tendo como destaque “[...] a produção do café e da fruticultura nas áreas mais úmidas presentes nos sopés das serras e do algodão na porção sertaneja do município” (Mendes, 2006, p. 49).

No relatório apresentado na Assembleia Legislativa Provincial do Ceará em 1863,¹⁰ a produção de café no Ceará ocorria em maior escala nas serras Maranguape, Aratanha, Baturité e Acarape (Relatório, 1863, p. 46 *apud* Assis, 2023, p. 96-97). Em relação à produção cafeeira maranguapense, Pontes (2011, p. 15) destaca que, em 1851-1852, o plantio que era realizado na região era produzido quase todo nas serras de Maranguape. Essa ocupação agrícola acarretou o fortalecimento e crescimento das cidades que produziam alimentos como café, açúcar, laranja e banana. Tendo em vista os fatores já mencionados, é possível notar que as cidades com serras úmidas passaram a produzir e lucrar bastante. A atividade agrícola do café acaba ganhando bastante espaço como mostra Mendes:

Os lucros propiciados pela cultura do café levaram não apenas os donos de propriedades na serra, mas também os proprietários de fazendas de gado no sertão a investirem também nessa atividade, passando estes a dominar dois espaços: o sertão com o gado e a serra com o café (Mendes, 2006, p. 53).

Leitão (2008) reforça que Maranguape, antes de adquirir foros de cidade, já apresentava um bom desempenho econômico. O autor aponta ainda que, em 1861,¹¹ o município contava com:

40 engenhos, que produziam 300 mil arrobas de açúcar e 45 mil canadas de aguardente. Tinha 110 sítios de café, que produziram 62 mil arrobas. Também produzia 9 mil arrobas de algodão em pluma, exportava 6 mil arrobas de farinha de mandioca, [...] e mais 3.700 cargas de frutas (Leitão, 2008, p. 27).

¹⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excelentíssimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma Assembleia no dia 9 de outubro de 1863. Ceará, Typ. Cearense, 1863.

¹¹ Por meio de um ofício, de 20 de dezembro de 1861, o Presidente da Câmara da época informou ao Presidente da Província do Ceará a quantidade de produtos que eram produzidos pela Vila de Maranguape (nesse período, Maranguape ainda não tinha adquirido o *status* de cidade).

Mendes (2006) aponta que o crescimento da cafeicultura no Ceará acarretou uma maior demanda de mão de obra. Com isso, as pessoas acabavam se deslocando para as cidades em busca de emprego e acabavam morando próximo dos maciços, criando assim cidades e novos espaços e contribuindo na economia de cidades já existentes, como Fortaleza, Baturité e Maranguape. A autora afirma ainda que a produção do café ganhou tanto espaço na região do Maciço de Baturité, que acabou sendo um produto exportado para países da Europa, agregando ainda mais seu valor econômico.

Esse processo de ocupação das serras para plantio de alimentos é bastante antigo. Em relação à cidade de Maranguape, a entrada da agricultura nesse espaço contribui com a mudança da cidade. Na atualidade, o processo da produção agrícola ainda é bastante presente. Segundo dados do IBGE (2017), por exemplo, foram produzidas 54 toneladas de mamão, 2 toneladas de maracujá, e 1.580 toneladas de banana.

Com o crescimento da população, Maranguape sofre mudanças não apenas na economia, como também na paisagem, acarretando assim uma reorganização do espaço urbano, deixando marcas que contam a história da cidade. Foi entre a segunda metade do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX (1862 a 1920), que o café se tornou a principal economia da cidade. A necessidade de mudança no espaço urbano evidenciava-se, como mostra Mendes a seguir:

Entre as intervenções desta época, destacam-se: a construção da igreja matriz; a abertura de espaços para construção de praças (1862); agência postal de correios e telégrafos (1886); arborização das ruas (1910), reforma no mercado público (1911), limpeza de ruas e terrenos baldios (Mendes, 2006, p. 54).

A matriz Paróquia de Nossa Senhora da Penha (Figura 8) foi inaugurada no dia 4 de agosto de 1849,¹² no bairro do Centro. Ela ainda guarda traços da arquitetura original.

Figura 8 – Igreja Matriz Paróquia de Nossa Senhora da Penha



Fonte: IBGE, s/d.(a). Abreu, 2023f.

Nota: No ponto A, temos a Igreja Matriz Paróquia de Nossa Senhora da Penha; no ponto B, a mesma igreja em 2023.

A cidade possui dois padroeiros, Nossa Senhora da Penha e São Sebastião, porque a cidade passou por duas grandes epidemias (febre amarela e cólera), que acarretaram muitas mortes. Com esses acontecimentos, os habitantes devotos de São Sebastião pediam pela melhoria da saúde da população, e, como forma de agradecer pela prece alcançada, o santo foi eleito como segundo padroeiro.

A cidade de Maranguape vai se reorganizando ao longo da sua história, de acordo com a atuação de diferentes agentes produtores do espaço. Segundo Carlos (1992, p. 57), “A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta diferenciada, em função de determinações históricas específicas”, ou seja, cada processo de formação

¹² Como mencionado anteriormente a primeira capela da cidade foi construída no Alto da Vila (atualmente Outra Banda). O nome da capela era em homenagem a Nossa Senhora da Penha, porém a capela se encontrava em ruínas. Assim, a população decidiu demoli-la para construir outra. Quando surgiu a ideia de construir a atual matriz, as opiniões divergiram: parte da população queria que a igreja fosse construída em outro local, enquanto outra parte desejava que permanecesse no local. O resultado dessa disputa foi a mudança de localização. Ao lado da igreja matriz, foi construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, que foi inaugurada no dia 13 de outubro de 1942.

urbana tem suas especificidades, de forma que uma cidade pode possuir um aspecto mais industrial, religioso ou universitário.

Levando isso em consideração, é por meio da utilização dos espaços da cidade, que ela vai ganhando aspectos únicos, moldados pela ação social, construindo diferentes memórias afetivas, como as praças, clubes, rodoviária, entre outros.

Concordamos com Mendes (2006, p. 56) quando aponta que, durante o apogeu da cultura cafeeira, o município maranguapense testemunha o surgimento de

uma pequena elite urbana que também foi efêmera devido ao declínio da produção, mas que deixou vestígios desta época áurea através da ostentação de seus casarões, como também da infraestrutura urbana criada nesse período.

Um dos edifícios que marcam o período é o Solar do Bonifácio (Figura 9), construído em meados do século XIX. O “Sobrado do Bonifácio”, como era popularmente conhecido, era propriedade de pessoas com boas condições financeiras. A parte superior do edifício foi planejada para ser utilizada como residência, enquanto o térreo funcionava como estabelecimento comercial. Seus portais e assoalho em madeira são inspirados na arquitetura portuguesa (Nunes, 2018c).

Figura 9 – Solar do Bonifácio



Fonte: Abreu, 2023h.

É notório que, durante os séculos XIX e XX, o município passou por grandes transformações, que foram modificando a sua paisagem urbana. O fato corrobora a afirmação de Santos (1996, p. 16) de que a paisagem urbana não é algo inerte, mas está submetida a constantes modificações, refletindo os valores, cultura e crenças da sociedade em um determinado momento histórico.

Segundo Assis (2023, p. 68), o crescimento da produção do café e do algodão no Ceará acarretou mudanças significativas na economia e na sociedade. Essas mudanças exigiam um maior investimento em infraestrutura, como em relação aos transportes e portos, para facilitar a exportação da produção.

Dessa forma, buscando uma locomoção mais rápida na distribuição dos produtos produzidos em Maranguape para outras regiões, foi idealizada a construção de um ramal ferroviário. No ano de 1875, foi inaugurada a Estação da Rede Viação Cearense, que ligava Fortaleza a Maracanaú (na época, um distrito de Maranguape, atualmente um município independente). O prédio sede de Maranguape (Figura 10) foi construído em 1893.

Figura 10 – Estação ferroviária de Maranguape



Fonte: Nunes, 2021b. Adaptada pela autora.

Segundo Leitão (2008), “Com o trem, os maranguapenses conquistaram, ainda no século XIX, um excelente meio de escoamento de sua produção e de intensificação de seu vínculo com a Capital”. Isto concretizou, de fato, o desejo da locomoção mais rápida dos produtos. Além do transporte da produção agrícola, ocorria também o transporte dos habitantes do município para a Capital.

Com o desenvolvimento urbano de Maranguape, o comércio e os serviços principais da cidade acabaram se aglomerando na parte central do município, de modo que as lojas e mercados foram se concentrando no mesmo ambiente, disputando o espaço e os consumidores (Figura 11).

Figura 11 – Lojas comerciais do bairro Centro



Fonte: Abreu, 2023b.

O Mercado Municipal (Figura 12) foi construído em meados dos anos 1960, para venda de diversos produtos, como frutas, legumes, carne, queijo e peixe. Atualmente, a edificação faz parte do patrimônio do Município e passou por reformas ao longo dos anos. O Mercado Municipal possui também boxes de vestuários, pequenos restaurantes que servem lanches e comidas caseiras, locais de conserto de relógios, hortifrúteis e outros serviços.

Figura 12 – Entrada principal do Mercado Municipal de Maranguape, próximo da Praça João Leite



Fonte: Abreu, 2023c.

O bairro Centro agrega, além do comércio, inúmeros serviços de saúde, educação e lazer, por exemplo. Além disso, possui vários dos principais Patrimônios Históricos, Culturais, Arquitetônicos, Ambientais, e Turísticos do município, apresentando, em sua paisagem, um elo entre o passado e o presente.

Para Mendes (2006, p. 56), “Estudar a cidade no passado remete entender os processos políticos, culturais e econômicos responsáveis pela projeção da sociedade no espaço urbano de determinada época”. A autora afirma ainda que, a partir das análises do processo histórico e das relações sociais que elas desencadearam, é possível compreender o arranjo espacial de Maranguape.

A mudança no espaço urbano: o antigo presente no hoje

Como abordado anteriormente, foi durante os séculos XIX e XX que o município de Maranguape passou por grande transformação no espaço urbano. Entretanto, Leitão (2008) aponta que, no

final dos anos 1920, a produção cafeeira cearense sofreu um grande declínio. Atrelada a isso, estava a crise econômica de 1929, que atingiu a produção cafeeira brasileira. Nesse cenário, o processo produtivo maranguapense adquiriu uma nova roupagem. Mendes (2006, p. 59) ressalta que o município passa a se destacar pela produção e comercialização do algodão, acarretando, assim, “a instalação em sua sede de unidades de beneficiamento desse produto agrícola”.

Uma das indústrias têxteis maranguapenses que se destacaram foi a Fábrica de Tecidos Maranguape (Fatema). A jornalista Neide Nunes, em seu blog *on-line*, resgata a história do estabelecimento, além de apresentar uma entrevista com um dos ex-funcionários da fábrica, que conta como era o dia a dia da empresa e pontua momentos marcantes dela. De acordo com a jornalista, a Fatema (Figura 13) era administrada pelo grupo Jota Macedo, sendo alguns de seus funcionários oriundos de outros estados do país, tendo em vista que os donos da fábrica buscavam ter funcionários com uma maior experiência em fiação e tecelagem. Foi José Dias Macedo que deu apoio para que fosse criado um sindicato de fiação e tecelagem em Maranguape. No ano de 1968, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias de Fiação e Tecelagem de Maranguape.

Figura 13 – Fatema, atual supermercado Pinheiro



Fonte: IBGE, s/d.(b). Adaptada pela autora.

Ainda de acordo com Neide Nunes, após a implantação da fábrica, foi planejada uma vila de casas para abrigar os funcionários que vinham de outros estados para treinar os operários. Construir as casas seria melhor do que investir em imóveis alugados. Os funcionários que ficavam morando nas casas não pagavam aluguel, mas era descontado o valor de 20% do seu salário. Essas casas estão localizadas no bairro Parque Iracema e acabaram perdendo sua arquitetura original após terem sido vendidas por ocasião do fechamento da empresa. Ao longo dos anos, a fábrica de tecidos foi ganhando novas formas e funções. Atualmente, o espaço não possui elementos do passado, abrindo caminho para um novo capítulo em sua história com o Pátio Pirapora (Figura 14).

Figura 14 – Pátio Pirapora



Fonte: Google maps, 2023.

Com a expansão da população, o espaço urbano de um município passa por grandes mudanças ao longo do tempo, e essas transformações deixam marcas. A partir delas, é possível conhecer um passado não muito distante. Como afirma Carlos (1992, p. 57), ao longo da construção de sua história, a cidade vai assumindo formas, características e funções distintas. Queiroz *et al.* (2022b, p. 364) reafirma essa ideia ao apontar que os inúmeros elementos do espaço urbano deixam marcas na cidade, como impressões digitais. Alguns

locais são refuncionalizados, passando a realizar novas funções no espaço, como espaços de comércio, serviços ou de produção.

Ainda de acordo com o autor citado, os fixos espaciais carregados de memórias, trajetórias e marcas, produzidas pelas atividades humanas ao longo do tempo, aliadas a outros processos, são essenciais para compreender as transformações das atuais formas de produção do espaço, denominando essas arquiteturas como rugosidades urbanas.

O município de Maranguape-CE possui, ao longo do seu território, patrimônios que possibilitam às futuras gerações apropriarem-se de sua história. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 216, o patrimônio cultural brasileiro é composto por bens de natureza material e imaterial, que representam a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade brasileira. Esses bens podem ser individuais ou coletivos e são importantes para a preservação da cultura e da história do país.

Ter experiência e vivências com os patrimônios é de suma importância para que o indivíduo conheça a sua herança cultural e passe a valorizar e se apropriar dessa cultura. Partindo disso, a educação patrimonial se torna um grande instrumento para que a população resgate a relação com a história e memória da sua comunidade, aprendendo de forma lúdica e prazerosa. Sobre a importância da educação patrimonial, Queiroz *et al.* (2022a, p. 56) diz:

A educação patrimonial pode se tornar um importante instrumento na alfabetização cultural, possibilitando uma leitura, por parte dos grupos sociais, acerca do mundo e dos artefatos que os rodeiam, de forma a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal na qual estão inseridos.

Em relação à educação geográfica, aliada à educação patrimonial, é possível que os indivíduos compreendam, de forma prática, as mudanças que ocorrem no espaço em que vivem, visualizando as marcas deixadas ao longo do tempo. Ximenes Neto (2017) afirma que:

a educação geográfica, praticada à luz da Educação Patrimonial, apoiará os sujeitos a formarem uma consciência da espacialidade dos fenômenos vivenciados como parte da sua história socio-cultural, buscando, então, desenvolver meios de intervenção no lugar e, conseqüentemente, no mundo, bem como desenvolver o pensamento crítico acerca dos acontecimentos existentes nesses espaços (Ximenes Neto, 2017, p. 78).

Os patrimônios maranguapenses estão presentes no cotidiano da população e, por falta de informações, acabam ficando despercebidos na paisagem urbana. Entretanto, muitos desses patrimônios foram fundamentais para a construção da identidade cultural do município.

Conforme a Lei N° 1.754/2003, a cidade de Maranguape possui 93 patrimônios que integram o Patrimônio Histórico, Cultural, Arquitetônico, Ambiental e Turístico do município, sendo eles divididos em três categorias: Categoria A, Categoria B e Categoria C.

A Categoria A é reservada para os bens de maior valor histórico e cultural, como o Solar dos Correias, que foi construído em meados do século XX. A Categoria B é para bens de valor intermediário, como o Mercado Municipal, construído nos anos 1960. E, por fim, a Categoria C agrupa bens de menor valor, como alguns conjuntos de casas.

O bairro Centro possui 66 patrimônios que estão contemplados na Lei N° 1.754/2003. Entre eles, estão conjuntos de casas, praças, imóveis e a igreja matriz. Alguns desses patrimônios, ao longo dos anos, modificaram sua forma e função inicial e passaram a realizar uma nova funcionalidade urbana, como a Chenile do Nordeste S/A (Chenosa), que foi refuncionalizada como espaço de produção para comercialização no Pátio da Serra.

É notório, portanto, que muitos patrimônios estão sendo esquecidos com o tempo e acabam perdendo não apenas seu espaço físico para novos empreendimentos, como também acabam sendo “apagados” da memória e da história de uma comunidade local, por isso é muito importante que esses imóveis antigos recebam o registro

de tombamento. Somente assim, um patrimônio tem maior garantia de que será preservado e não será destruído como muitos já foram, modificando a paisagem local. Por outro lado, não se trata apenas de promover o tombamento, é necessário criar projetos que visem mostrar a importância da preservação e manutenção desses espaços.

Considerações finais

Nos patrimônios históricos, turísticos e culturais, é possível observar as marcas do passado ainda presente no cotidiano da população. As mudanças que ocorreram no espaço urbano de Maranguape estão atreladas às mudanças econômicas que estavam ocorrendo na época.

Entre elas, destacam-se a produção do café e a fruticultura, em áreas próximas das serras em meados do século XIX. Com o crescimento da cafeicultura, foi impulsionada a expansão urbana, tendo em vista que muitas pessoas migravam em busca de emprego, acarretando assim uma reorganização espacial. Outro momento que se destaca na história do município é o cultivo do algodão, em meados do século XX, contribuindo para o surgimento das primeiras fábricas e o melhoramento do transporte, aumentando o fluxo de pessoas e produtos. Com o crescimento do café e do algodão, Maranguape passou por transformações na paisagem urbana e na economia local.

Essas mudanças na infraestrutura da cidade podem ser observadas nos patrimônios que ainda resistem na paisagem urbana, como a Estação Ferroviária de Maranguape, que foi construída em 1893 e atualmente ainda possui parte da sua estrutura. O Mercado Municipal, que foi construído em meados dos anos 1960 e, recentemente, passou por diversas manutenções em sua estrutura, mas ainda exerce a mesma função, com venda de diversos produtos e serviços.

A antiga fábrica Fatema se destaca dentre as refuncionalizações ocorridas no espaço urbano de Maranguape. Ela foi uma indústria de grande importância do setor têxtil maranguapense, tendo em vista ter sido ela pioneira em criar o primeiro Sindicato dos

Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Maranguape, em 1968. Além da fábrica, foi construída uma vila de casas para os funcionários que vinham treinar os operários da fábrica. Ao longo dos anos, a fábrica de tecidos foi ganhando novas formas e funções, o espaço não possui mais elementos do passado, o local deixou de atuar no setor da indústria, passando a contar uma nova história, o local atualmente possui centro comercial Pátio Pirapora, com supermercado, lojas e com a previsão de abrir novos empreendimentos. Em seu entorno, atualmente se encontram muitas lojas comerciais e serviços. A troca de função contribuiu para um crescente aumento de fluxos de pessoas que passaram a utilizar o espaço para compras.

Referências

ABREU, Mariane Lemos. [*Casas localizadas no bairro Outra Banda*]. 2023a.

ABREU, Mariane Lemos. [*Lojas comerciais do bairro Centro*]. 2023b.

ABREU, Mariane Lemos. [*Entrada principal do Mercado Municipal de Maranguape*]. 2023c.

ABREU, Mariane Lemos. [*Mapa do município de Maranguape-Ce*]. 2023d.

ABREU, Mariane Lemos. [*Mosaico com as imagens da Praça Centro de Educação Infantil Joaquim Sombra*]. 2023e.

ABREU, Mariane Lemos. [*Paróquia de Nossa Senhora da Penha*]. 2023f.

ABREU, Mariane Lemos. [*Pátio Pirapora*]. 2023g.

ABREU, Mariane Lemos. [*Solar do Bonifácio*]. 2023h.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. *Ferrovias de papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)*. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74115>. Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). *Painel de informações do nosso CAGED*. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNW15NWl0O-DEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YW12IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYm-FmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

FRANCO, Gerlaine Cristina Silva; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira Muniz. A indústria do bordado e a produção do espaço urbano em Maranguape-Ce. *Revista Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 8, n. 3, p. 121-139, 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/904>. Acesso em: 3 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Base de faces de logradouros por UF/Municípios*. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE Cidades: Maranguape*. 2020. Disponível em: <https://>

cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/panorama. Acesso em: 3 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE Cidades: Maranguape*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/pesquisa/15/11985?ano=2017>. Acesso em: 10 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IBGE Cidades: Maranguape*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/panorama>. Acesso em: 3 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Igreja matriz paróquia de Nossa Senhora da Penha: Maranguape, CE-1951. s/d.(a)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/historico>. Acesso em: 3 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Fábrica de tecidos: Maranguape. s/d.(b)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/historico>. Acesso em: 3 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Perfil Municipal 2017- Maranguape*. Fortaleza, 2018. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Maranguape_2017.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

LEITÃO, Juarez. *Maranguape: edição escolar*. Fortaleza: Assaré, 2008.

MARANGUAPE. Lei N° 1015/89. *Delimita as linhas divisórias dos bairros da cidade de Maranguape*. Paço da Prefeitura Municipal de Maranguape, 1989.

MARANGUAPE. Lei N° 1754/2003. *Altera e consolida a legislação atinente à proteção do patrimônio histórico, cultural e turístico do município de Maranguape e adota outras providências*. Paço da Prefeitura Municipal de Maranguape, em 16 de dezembro de 2003.

MARQUES, Alfredo. *Maranguape sua gente, sua história (uma cronologia)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.

MENDES, Marília Colares. *Metropolização e indústria: Maranguape no contexto da região metropolitana de Fortaleza - Ce.* 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Curso de Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, Ismael. [*Cachoeira das Três Bicas*]. 2023.

NUNES, José Horta. Movimento Pendular. *Endici-Enciclopédia Discursiva da Cidade*, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=241>. Acesso em: 14 dez. 2023.

NUNES, Marcelo Henrique Raulino Soares. *Estudo de caso do cultivo de acerola em Maranguape, Ceará*. 2020. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

NUNES, Neide. O difícil caminho de volta do Balneário Pirapora Palace. *Blog Neide Nunes*, Maranguape, 28 ago. 2018a. Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2018/08/28/o-dificil-caminho-de-volta-do-balneario-pirapora-palace/>. Acesso em: 5 out. 2022.

NUNES, Neide. Praça Capistrano de Abreu. *Blog Neide Nunes*, Maranguape, 27 abr. 2018b. Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2018/04/27/primeiro-post-do-blog/>. Acesso em: 5 out. 2022.

NUNES, Neide. Solar Bonifácio Câmara herança que permanece de pé com soberania. *Blog Neide Nunes*, Maranguape, 28 ago. 2018c. Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2018/06/24/solar-bonifacio-camara-heranca-que-permanece-de-pe-com-soberania/>. Acesso em: 5 out. 2022.

NUNES, Neide. Sentimentos de afeto e saudade na história da Fábrica de Tecidos J. Macedo. *Blog Neide Nunes*, Maranguape,

8 jun. 2021a. Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2021/06/08/3665/>. Acesso em: 5 out. 2022.

NUNES, Neide. O troc... troc... do trem. *Blog Neide Nunes*, Maranguape, 11 abr. 2021b. Disponível em: <https://neidenunes.wordpress.com/2021/04/11/o-trocroc-do-trem/>. Acesso em: 5 out. 2022.

PONTES, Luiza Mikaelly Rocha. *Educação na Primeira República no Ceará: a implantação do grupo escolar de Maranguape*. Monografia (Especialização) – Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

QUEIROZ, Emanuelton Antony Noberto de *et al.* A educação patrimonial ambiental na prática docente do Pibid da geografia – UFC ensino remoto na escola municipal de tempo integral Professor Álvaro Costa – Emtipac. In: FALCÃO, Cleire Lima da Costa; TELES, Glauciana Alves (org.). *Pibid e o ensino de geografia*. Fortaleza: Observatório do Semiárido, 2022a. p. 53-71.

QUEIROZ, Emanuelton Antony Noberto de *et al.* O uso de trilhas urbanas para compreender as transformações do espaço urbano no bairro Cais do Porto Fortaleza – CE na escola municipal de tempo integral Professor Álvaro Costa – Emtipac. Conedu – Ensino e suas intersecções... Campina Grande: Realize Editora, 2022b. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91312>. Acesso em: 19 nov. 2023.

QUEIROZ, Emanuelton Antony Noberto de; MUNIZ, Aleksandra Maria Vieira. Da Thomaz Pompeu Têxtil ao novo beco da poeira: papel no circuito inferior da economia e na requalificação do centro de Fortaleza. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 9, p. 115-144, 2020.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (SEMURB). *Maranguape em mapas*. Disponível em: <http://semurb.maranguape.ce.gov.br/service/maranguape-em-mapas/> Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUSA, Luana. [*Vista da Pedra da Rajada*]. 2021.

VIAÇÃO PENHA. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/viacaopenha?igsh=MTQ4d28ydDIwMXAyZw==>. Acesso em: 30 jun. 2025.

XIMENES NETO, João Clímaco. *O ensino de geografia na educação patrimonial: ações educativas no ensino médio integrado do IFPB de Catolé do Rocha-PB*. 2017. 191 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB.

XIMENES, Victor. *Obra do polo industrial de Maranguape começa em 2023; investimento de 200 milhões*. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 9 mar. 2023. Disponível em: [diariodonordeste.verdesmares.com.br /opiniaocolumnistas/victor-ximenes /obra-do-polo-industrial- de-maranguape-comeca- em-2023-investimento-de-r-200-milhoes-1.3343845](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/victor-ximenes/obra-do-polo-industrial-de-maranguape-comeca-em-2023-investimento-de-r-200-milhoes-1.3343845). Acesso em: 2 maio 2023.

OS AUTORES

Alexsandra Maria Vieira Muniz



Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (2004). É bacharel (2001) e licenciada (2006) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora da Rede Observatório das Metrôpoles – Núcleo Fortaleza (Lapur). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Ensino e Geografia Agrária. Desenvolve pesquisas ligadas ao eixo da Geografia Econômica e Planejamento Urbano: Economia Urbana e as Relações entre os Circuitos Superior e Inferior; Reestruturação Produtiva e Espacial e Dinâmica no Urbano-Industrial, bem como na Agroindústria, mercado de trabalho e os circuitos espaciais da produção; Comércio e serviços associados à atividade industrial têxtil e confeccionista e sua influência na reestruturação urbana, refuncionalização e especulação imobiliária no contexto da financeirização e inflexão ultraliberal.

Maria da Penha dos Santos Costa



Docente da Rede Pública Municipal de Ensino de Itapajé/Ceará. Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (PPGGEO/UFC). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Licenciada (2018) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Atualmente é vinculada ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Lapur/UFC). Foi Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes). Desenvolve pesquisas na área de Geografia Econômica e Geografia Urbana, com ênfase nos estudos sobre Dinâmicas Territoriais, Indústria, Reestruturação Produtiva, Economia Urbana, Espaço Urbano Regional, Cidades Médias e Pequenas.

Francisco Gabriel da Silva Neto



Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Ceará. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Bacharelado (2019) e Licenciatura (2023). Atualmente está vinculado ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Lapur/UFC) e é bolsista do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Fortaleza (2026). Bolsista de Iniciação Científica – Pibic, participando da pesquisa intitulada “Espaços da Produção e comercialização têxtil e confeccionista e os

serviços associados no contexto da Reestruturação Produtiva no Ceará” (2020-2021). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic, participando da pesquisa intitulada “Espaço e Economia Metropolitana: Serviços associados à produção e comercialização Têxtil e Confeccionista” (2021-2022). Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq com o projeto “Reestruturação produtiva e mercado de trabalho urbano metropolitano no contexto de inflexão ultraliberal e pandemia” (2022 a 2023). Professor da Rede Particular de Ensino (2021).

José Átila Abreu de Sousa



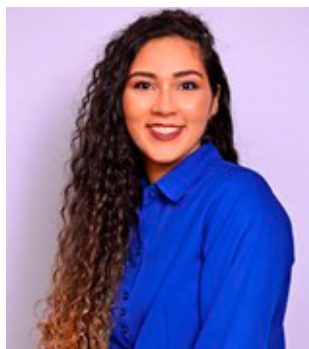
Doutorando pelo programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. É membro do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Lapur – UFC) e do Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles. Atua como professor da Educação Básica na rede privada de ensino em Fortaleza. Foi bolsista de Iniciação Científica com a pesquisa intitulada “Espaço e Economia Metropolitana: Serviços Associados à Produção e Comercialização Têxtil e Confeccionista (2021-2022)”. Atuou como bolsista de extensão no projeto “Trajetórias Urbano-Industriais e a Geografia Escolar”, desenvolvendo propostas para compreender e difundir as consequências socioespaciais da atividade industrial no espaço metropolitano de Fortaleza. Foi professor de Geografia do Espaço Mundial no Projeto Novo Vestibular (PNV) da UFC (2021-2023). Possui experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana e Industrial, Geografia e Ensino, Geografia do Comércio e Econômica.

Letícia Albuquerque Azevedo



Atua como Professora da rede básica de ensino na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e na Secretária de Educação do estado do Ceará. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2022) e graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil. Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia e Psicopedagogia e Educação Inclusiva pela Faculdade de Minas (2024). Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia e Ensino. Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid (2020-2021). Participou do Pibic-UFC nos projetos “Reestruturação produtiva, Agroindústria e Mercado de Trabalho no Espaço metropolitano de Fortaleza: Relações campo x cidade” (2020) e “Serviços Associados à Produção e Comercialização Têxtil e Confeccionista (2021-2022)”. Atuou no projeto de extensão “Trajetórias Urbano Industriais e Geografia Escolar (2022).

Mariane Lemos Abreu



Professora de geografia pela Universidade Federal do Ceará (2023). Foi bolsista de Iniciação Acadêmica em 2019 e 2020 no projeto: “O professor supervisor de geografia: acompanhamento e inovação da prática de ensino durante o estágio curricular”. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) de 2020 a

2022. Participou do Programa de Iniciação à Docência (PID) atuando como monitora da disciplina de Oficina Geográfica III no ano de 2022. Foi bolsista do Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (Paip) no projeto “Espaço urbano e industrial no contexto de uma geografia inclusiva”, atuando no projeto no ano de 2022. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia e Ensino.

Alana Sales Neco



Professora de Geografia da Rede Estadual do Ceará. Graduada de licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Ceará - UFC. Atuações em Bolsas Institucionais: Programa Institucional Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) no Subprojeto de Geografia, nos anos de 2018-2019 no período de dezoito meses; Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA/PRAE UFC), trabalhou com a Temática de Comércio e Serviço associado a atividade industrial têxtil e confeccionista e sua influência na reestruturação urbana da cidade de Fortaleza orientada pela Professora Doutora Alexandra Maria Vieira Muniz, nos anos de 2020-2021 no período de doze meses; Programa de Iniciação à Docência (PID/Prograd UFC) com a disciplina de Geografia da Energia e das Indústrias, orientada pela Professora Doutora Alexandra Maria Vieira Muniz, em 2020 no período de nove meses; Extensão Universitária (Prex/UFC) no projeto Trilhas Urbanas, orientada pela professora Clélia Lustosa; Professora no cursinho Pré Vestibular Projeto Novo Vestibular (PNV) vinculado ao curso de História da Universidade Federal do Ceará, onde atuou no trabalho voltado à educação de jovens e adultos oriundos da escola pública e da classe trabalhadora.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Av. da Universidade, 2932 – Benfica
CEP.: 60020-181 – Fortaleza–Ceará, Brasil
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
imprensa@proplad.ufc.br

No contexto das comemorações dos 70 anos da Universidade Federal do Ceará, a Coleção de Estudos da Pós-Graduação da UFC, em sua edição 2024-2025, celebra a maturidade de uma instituição que forma, pesquisa e transforma. Composta por 30 títulos selecionados em edital público, a coleção reforça o compromisso da UFC com a qualificação da formação discente e a valorização da sua produção intelectual. Os livros refletem a vitalidade da produção acadêmica que nasce no rigor da ciência, mas dialoga com os desafios regionais e globais. Fruto de seleção pública, esta edição testemunha o papel da pós-graduação na formação de excelência e no avanço do conhecimento, reafirmando o compromisso da UFC com o futuro, além de destacar a centralidade da pós-graduação na construção de uma universidade pública de referência.

ISBN 978-85-7485-648-3



9 788574 856483